



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO**

**DENISON DA SILVA FERREIRA**

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS**  
**DAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA**

**BELÉM-PA**  
**2014**

**DENISON DA SILVA FERREIRA**

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS  
DAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO/IFCH/UFPA) como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. João Santos Nahum (UFPA)

BELÉM-PA  
2014

Dados internacionais de catalogação – na – Publicação (CIP)  
Sistema de Biblioteca da UFPA

---

Ferreira, Denison da Silva, 1983-

Dinâmica socioespacial em comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba-PA /  
Denison da Silva Ferreira. - 2014. Orientador: João Santos Nahum.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Belém, 2014.

1. Cidades e Vilas - Abaetetuba (PA). 2. Vida ribeirinha - Amazônia. 3. Recursos Naturais.  
4. Pesca - Abaetetuba (PA). 5. Açaí– Abaetetuba (PA). I. Título.

CDD 23. ed. 307.76098115

---

**DENISON DA SILVA FERREIRA**

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS  
DAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO/IFCH/UFPA) como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de Concentração:** Dinâmicas Territoriais na Amazônia

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum (UFPA)

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. João Santos Nahum**

Orientador/ Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA)

---

**Prof. Dr. Josué da Costa Silva**

Examinador/ Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO/UNIR)

---

**Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo**

Examinador: Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA)

Dedico este trabalho a minha querida Mãe, Felipa Ferreira  
A minha amável esposa, Elisângela Sena, e  
As comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba-PA

## AGRADECIMENTOS

No final desta etapa tão importante em minha formação acadêmica e cidadã, lembro-me do enfrentamento das tantas dificuldades de minha trajetória de vida. Nascido no seio de uma humilde família ribeirinha, oriunda da comunidade N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Perpétuo Socorro, no rio Maúba, município de Abaetetuba-PA, aprendi com meus pais (IZAIAS e FELIPA) que as dificuldades do dia-dia também servem para nos fortalecer na busca de nossos sonhos. Como dizia meu velho pai: “a vida não é fácil”. É preciso ter serenidade diante dos “maus momentos” e persistência para alcançar os “bons momentos” da vida.

Em minha trajetória acadêmica sempre me deparei com determinadas circunstâncias que envolveram tomadas de decisões das quais pude contar com a ajuda de inúmeras pessoas. Creio que estes “bons momentos” que possibilitaram os encontros com estas pessoas não foram apenas circunstâncias do destino, mas acima de tudo benção de Deus. Por isso, agradeço em primeiro lugar, a essa força divina que sempre acreditei estar presente em minha vida iluminando-me, em especial na realização deste trabalho.

Agradeço também à minha querida Mãe que com seu amor incondicional dedicou incansáveis momentos de orações em favor da realização deste sonho, apoiando nos “bons” e “maus” momentos.

Ao meu amor (Elisângela Sena), companheira de todos os dias, com a qual compartilhei minhas inquietações e felicidades. Obrigado pelo apoio desde os tempos de Graduação. Obrigado também pelo amor e pela paciência que teve durante a minha trajetória acadêmica na espera pela realização de nossos projetos comuns.

À minha irmã (Maria do Socorro) que me acolheu e me ajudou como um filho. Serei eternamente grato pelo apoio e pelos cuidados.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGEU/UFPA que muito contribuíram na jornada de formação acadêmica. As discussões oportunizadas nas Disciplinas destes professores foram de relevância imprescindível para as reflexões contidas nesse trabalho.

Ao orientador desta dissertação Prof. Dr. João Santos Nahum pela paciência, compreensão para com minhas inquietações teóricas, e, principalmente, pela contribuição intelectual imprescindível na concretização deste projeto.

Aos colegas de Turma de Mestrado (2012) pelos “bons momentos” de descontração e diálogo acadêmico na produção do conhecimento.

Ao Padre Adolfo Zon Pereira (Abaetetuba) pela doação de raras imagens (fotografias) usadas nesta Dissertação.

Aos colegas Fernando Alves (PPGEO/UFPA) e Junior Silva (FGC-UFPA) que com presteza e competência contribuíram na elaboração da base cartográfica aqui utilizada.

Ao amigo Rafael Gomes e seus pais que me acolheram no lar da família em Belém do Pará durante o período de estudo. Obrigado pelo coração aberto, pela honra dos diálogos, pela bondade e pela oportunidade de ter vivenciado “bons momentos” como amigos.

Aos moradores das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba por representarem a principal inspiração de nosso trabalho. A estes é que dedicamos os esforços empreendidos nesta dissertação.

*Infelizmente o silêncio e o desconhecimento que rodeiam a história dos ribeirinhos os tornaram alvo de preconceitos e discriminação (...). Romper o silêncio e devolver a voz aos secularmente silenciado [os ribeirinhos] não é um processo fácil para a sociedade regional [Amazônica]. Mas este processo constitui uma tarefa inevitável num mundo global que tende a negar as raízes e as iniciativas próprias das populações locais (...).*

Karl Heinz Arenz

## RESUMO

A Dissertação aborda a dinâmica socioespacial ribeirinha na Amazônia tendo como ponto de partida as comunidades circunscritas na porção insular do município de Abaetetuba, Nordeste do Estado do Pará. Trata-se do desdobramento de uma discussão que envolve o dinamismo da vida ribeirinha, sobretudo no que diz respeito à inter-relação entre o uso dos recursos naturais, o modo de vida e a dinâmica socioespacial prevalente nas áreas sob influência dos rios e igarapés onde tradicionalmente os ribeirinhos estabelecem suas moradas. O trabalho encontra-se subdividido em três capítulos seguidos das considerações finais. O primeiro capítulo visa resgatar alguns aspectos históricos da formação ribeirinha na Amazônia com vistas à área de estudo. O segundo capítulo trata do processo de expansão e declínio dos engenhos de aguardente em Abaetetuba e suas implicações na dinâmica socioespacial entre os ribeirinhos das ilhas no período compreendido entre as décadas 1960 à 1988. O terceiro e último capítulo analisa a dinâmica socioespacial local a partir das práticas de uso dos recursos naturais – de modo especial a pesca e o agroextrativismo do açaí – e sua relação com o modo de vida. De uma maneira o trabalho busca dar ênfase as experiências concretas vivenciadas pelos ribeirinhos que habitam as mais de 60 comunidades existentes na porção insular do município de Abaetetuba. Os primeiros resultados (de um esforço analítico que pretendemos desdobrar em trabalhos futuros) permite a conclusão de que, à exemplo de outras áreas ribeirinhas do Estuário amazônico, o contexto socioespacial ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba reflete a capacidade de resiliência de um modo de vida que, a despeito da histórica condição de invisibilidade e preconceitos, se mantém vivo ainda hoje caracterizando uma das mais antigas formas de produção do espaço amazônico.

**Palavras-Chave:** Amazônia. Ribeirinhos. Modo de vida. Recursos Naturais. Dinâmica Socioespacial.

## ABSTRACT

The dissertation addresses the socio-spatial dynamics in the Amazon riverside taking as a starting point in insular communities circumscribed portion of the municipality of Abaetetuba, northeastern state of Para. This is the offshoot of a discussion that involves the dynamics of river life, especially in concerns the inter-relationship between the use of natural resources, the mode of life and the prevailing socio-spatial dynamics in areas under the influence of rivers and streams where the riparian traditionally establish their dwellings. The work is subdivided into three chapters followed by concluding remarks. The first chapter aims to rescue some historical aspects of the Amazon river training with a view to the study area. The second chapter deals with the process of expansion and decline of the mills of liquor in Abaetetuba and their implications on socio-spatial dynamics between riparian islands in the period between the decades 1960 to 1988. The third and final chapter examines the local socio-spatial dynamics from practices of natural resource use - special fishing mode and agroextractivism açai - and its relation to the way of life. In a way the paper seeks to emphasize the lived concrete experiences by coastal inhabiting the more than 60 existing communities in the island portion of the city of Abaetetuba. The first results (an analytical effort that we intend to deploy in future work) allows the conclusion that the example of other riverine areas of the Amazon estuary, in the coastal islands of socio-spatial context Abaetetuba reflects the resilience of a way of life that despite the historical condition of invisibility and prejudices, remains alive today featuring one of the oldest forms of production of Amazonian space.

Keywords: Amazon. Riparian. Lifestyle. Natural Resources. Socio-Spatial Dynamics.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO BAIXO-TOCANTINS (PA) POR MUNICÍPIOS (2013) .....	20
Quadro 2 - FORMAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA (1616-1945) .....	64
Quadro 3 - POPULAÇÃO RIBEIRINHA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA ANTES E DEPOIS DOS ENGENHOS DE AGUARDENTE.....	69
Quadro 4 - LEVANTAMENTO DOS ENGENHOS QUE EXISTIRAM NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA (1950-1988) .....	75
Quadro 5 - PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES DOS ENGENHOS DE AGUARDENTE NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA (1960-1987) .....	105
Quadro 6 - PRINCIPAIS ATIVIDADES LIGADAS À DINÂMICA DE USO DOS RECURSOS NATURAIS NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA .....	114
Quadro 7 - TIPOS DE PESCA DE SUBSISTÊNCIA PRATICADA POR RIBEIRINHOS NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA .....	117
Quadro 8 - PRINCIPAIS PRODUTORES DE AÇAÍ NAS MICRORREGIÕES DE BREVES, ARARI E CAMETÁ (PA) NO ANO DE 2012 .....	135
Quadro 9 PECULIARIDADES E SIMILARIDADES DA PESCA E DO AGROEXTRATIVISMO DO AÇAÍ NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA.....	149

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - POPULAÇÃO DO PARÁ E DA AMAZÔNIA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 1840-1910 .....	55
Tabela 2 - CADORES SOBRE A AGROINDÚSTRIA DE AGUARDENTE NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA E IGARAPÉ-MIRI (PA) ENTRE 1920 À 1987.....	92
Tabela 1 - POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA ENTRE AS DÉCADAS DE 1970-2000 .....	102
Tabela 4 - DINÂMICA DE SAFRA ENTRESSAFRA DE AÇAÍ NAS ILHAS DE ABAETETUBA (PA) DE ACORDO COM O PERÍODO DO ANO .....	138

Tabela 5 - AMOSTRAGEM DA PRODUÇÃO DE AÇAÍ EM TRÊS UNIDADES FAMILIAR NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA, ANO 2013 .....	142
--	-----

### **LISTA DE ESQUEMAS**

Esquema 1 - PRINCIPAIS AGENTES ENVOLVIDOS COM A DINÂMICA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA .....	145
Esquema 2 - ELEMENTOS LIGADOS À DINÂMICA COTIDIANA DE USO DOS RECURSOS NATURAIS PELOS RIBEIRINHOS NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA.....	151

### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO BAIXO-TOCANTINS-PARÁ .....	19
Mapa 2 - LOCALIZAÇÃO DAS ILHAS DE ABAETETUBA-PARÁ .....	22
Mapa 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHOS DE AGUARDENTE NOS MUNICÍPIOS DE ABAETETUBA E IGARAPÉ MIRI (1960-1987).....	74
Mapa 4 - ROTA DOS REGATÕES DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA NO PERÍODO DA ECONOMIA DE AGUARDENTE .....	91
Mapa 5 - LOCALIZAÇÃO DO COMPLEXO HIDRIGRÁFICO DO RIO PARÁ .....	112

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - BATELÕES USADOS PARA O TRANSPORTE DA CANA NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA (DATA APROX. 1970) .....	79
Fotografia 2 - ENGENHO SANTA MARIA, SITUADO ÀS MARGENS DO RIO QUIANDUBA, ILHAS DE ABAETETUBA-PA/ (DATA APROX. 1970).....	80
Fotografia 3 - RAMPA PARA DESCARREGAR A CANA NO PICADEIRO EM UM ENGENHO NO RIO ABAETÉ/ILHAS DE ABAETETUBA-PA (DATA APROX. 1975).....	81
Fotografia 4 - QUEIMA DA LENHA E DO BAGAÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA FORNALHA DO ENGENHO DE AGUARDENTE/ ILHAS DE ABAETETUBA-PA (DATA APROX. 1970).....	85
Fotografia 5 - TRABALHADORES INTRODUZINDO A CANA NA MOENDA /ILHAS DE ABAETETUBA-PA (DATA APROX. 1970).....	86
Fotografia 6 - “PAIOL”, LOCAL ONDE SE ARMAZENAVA A GARAPA APÓS A TRITURAÇÃO DA CANA (DATA APROX. 1970) .....	86
Fotografia 7 - DORNAS DE FERMENTAÇÃO DA GARAPA NO ENGENHO /ILHAS DE ABAETETUBA-PA (DATA APROX. 1970) .....	87
Fotografia 8 - ALAMBIQUE DE DESTILAÇÃO DA AGUARDENTE /ILHAS DE ABAETETUBA-PA (DATA APROX. 1970) .....	88
Fotografia 9 - ENGENHO SANTA ROSA, QUE FUNCIONOU NO RIO GUAJARAZINHO /ILHAS DE ABAETETUBA-PA (DATA APROX. 1970).....	93
Fotografia 10 - ENGENHO SÃO JERÔNIMO APÓS TER SIDO ABANDONADO ÀS MARGENS DO FURO DE PANACUERAZINHO/ ILHAS DE ABAETETUBA-PA (DATA APROX.1999) .....	100
Fotografia 11 - ENGENHO “PACHECO”, SITUADO ÀS MARGENS DO RIO FURO GRANDE /ILHAS DE ABAETETUBA-PA, (2013).....	101
Fotografia 12 - FECHAMENTO DA PESCA DE BLOQUEIO NO RIO MAÚBA, ILHAS DE ABAETETUBA-PA.....	120
Fotografia 13 - DIVISÃO DOS PEIXES DEPOIS DA PESCA DE BLOQUEIO NO RIO MAÚBA, ILHAS DE ABAETETUBA-PA .....	121
Fotografia 14 - RETIRADA DO <i>PARI</i> DEPOIS DA PESCA DE TAPAGEM, ILHAS DE ABAETETUBA-PA.....	123

Fotografia 15 - MATAPI: APETRECHO UTILIZADO NA PESCA DO CAMARÃO NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA (60 CM DE COMPRIMENTO 26cm DE DIÂMETRO) .....	124
Fotografia 16 - FEIRA DO CAMARÃO NA CIDADE DE ABAETETUBA-PA .....	126
Fotografia 17 - ESPINHEL: APETRECHO DE PESCA USADO POR RIBEIRINHOS NA COMUNIDADE DE MAÚBA, ILHAS DE ABAETETUBA-PA.....	127
Fotografia 18 - APANHADOR DESCENDO DO AÇAIZEIRO COM O CACHO DE AÇAÍ NAS MÃOS, ILHAS DE ABAETETUBA-PA.....	140
Fotografia 19 - DEBULHA DO AÇAÍ POR UM MORADOR DA COMUNIDADE DE MAÚBA, ILHAS DE ABAETETUBA-PA .....	141
Fotografia 20 - COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ NA FEIRA DA CIDADE DE ABAETETUBA-PA .....	143

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA (PA) COMO PONTO DE PARTIDA DA PESQUISA .....	18
<b>2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA (1616-1945) .....</b>	<b>34</b>
2.1 A INFLUÊNCIA INDÍGENA NA FORMAÇÃO RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA.....	35
2.2 COLONIZAÇÃO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA SOCIEDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA (1616-1798) .....	42
2.3 O EXTRATIVISMO DA BORRACHA E A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA (1877-1945) .....	53
<b>3 DINÂMICA SOCIOESPACIAL RIBEIRINHA NAS ILHAS DE ABAETETUBA NO PERÍODO DOS ENGENHOS DE AGUARDENTE (1960-1988) .....</b>	<b>66</b>
3.1 A INSTALAÇÃO DOS ENGENHOS DE AGUARDENTE NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA .....	67
3.2 CONTEXTO RIBEIRINHO ANTES DA EXPANSÃO DOS ENGENHOS.....	71
3.3 O PROCESSO DE EXPANSÃO DOS ENGENHOS .....	73
3.4 AS TÉCNICAS TRADICIONAIS DE CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR .....	77
3.5 O BENEFICIAMENTO DA AGUARDENTE .....	84
3.6 O COMÉRCIO DA AGUARDENTE NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO .....	89
3.7 A MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DAS ILHAS EM FUNÇÃO DOS ENGENHOS.....	94
3.8 O DECLÍNIO (1975-1988) .....	95
3.9 AS IMPLICAÇÕES DO DECLÍNIO DOS ENGENHOS NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL RIBEIRINHA .....	101
<b>4 USO DOS RECURSOS NATURAIS E MODO DE VIDA: FACES DA DINÂMICA SOCIOESPACIAL RIBEIRINHA NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA .....</b>	<b>108</b>
4.1 AS ILHAS DE ABAETETUBA NO CONTEXTO GEOGRÁFICO DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO .....	111
4.2 A DINÂMICA DE USO DOS RECURSOS NATURAIS E SUA RELAÇÃO COM O MODO DE VIDA .....	113

4.3 A PESCA E OS SABERES TRADICIONAIS LIGADOS AO UNIVERSO DAS ÁGUAS .....	115
4.3.1 A PESCA DE BLOQUEIO .....	118
4.3.2 A PESCA DE MALHADEIRA .....	121
4.3.3 A PESCA DE TAPAGEM .....	122
4.3.4 A PESCA DE MATAPI .....	123
4.3.5 A PESCA DE ESPINHEL .....	127
4.4 O AGROEXTRATIVISMO DO AÇAÍ E OS SABERES TRADICIONAIS LIGADOS À FLORESTA .....	133
4.4.1 TÉCNICAS TRADICIONAIS DE CULTIVO E MANEJO DE AÇAIZAIS .....	136
4.4.2 O PREPARO DOS AÇAIZAIS PELOS RIBEIRINHOS .....	138
4.4.3 A COLHEITA DO FRUTO .....	139
4.4.4 A COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ .....	142
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>152</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXO A .....</b>	<b>167</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O debate contemporâneo sobre a dinâmica de produção e organização do espaço amazônico, não pode prescindir-se dos dilemas vivenciados pelos múltiplos seguimentos sociais rurais que historicamente participam da constituição e da dinâmica desta região compondo, assim, de forma significativa suas tramas de complexidades, suas peculiaridades e suas contradições atuais, vivendo e convivendo, existindo e resistindo neste universo dinâmico e plural que constitui esta vasta região cheia de contradições.

Quando Maués (1999) se referiu as “várias Amazônias” este autor buscou chamar a atenção para o fato de existir na hileia amazônica, além da biodiversidade, uma rica *sociodiversidade* que reflete diferentes modos de ser e de viver resultantes da herança do índio, do europeu e do negro africano. São populações indígenas, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, quilombolas, ribeirinhos e muitos outros. Estes diversos seguimentos sociais têm sido classificados no cenário social sob diferentes categorias, como “comunidades”, “povos”, “culturas” etc., que se fazem acompanhar de adjetivos, como “campesinato histórico”, populações “tradicionais” ou “autóctones”, “caboclos” dentre outros.

Nesse rico universo sociocultural, as sociedades ribeirinhas aparecem como importante referência das primeiras formas de produção do espaço amazônico processadas antes mesmo da chegada dos colonizadores, pois considera-se que os ribeirinhos “estão diretamente ligados biológica, histórica e culturalmente à população ameríndia que ocupava a planície Amazônica na época do contato com os europeus” (WITKOSKI, 2007, p. 97).

Nesse sentido, a despeito das colocações de Tocantins (1961), Wagley (1988), Furtado (1993) Porro (1995), Ribeiro (1995), Arenz (2000), Gonçalves (2001), Witkoski (2007), dentre outros, desde a época anterior ao processo de colonização a cultura de predominância ribeirinha se faz presente na região conformando uma das mais representativas da cultura amazônica, seja quanto aos seus traços de originalidade, seja como resultado da acumulação das experiências sociais admitidas no mundo vivido, aquela onde podem ser percebidas, mais fortemente, as raízes culturais de sua originalidade, ainda florescentes em nossos dias (FRAXE, 2004).

A despeito das observações de Witkoski (2007) e Arenz (2000), pode-se dizer que os primeiros habitantes das margens dos rios e igarapés da Amazônia, representados pelos chamados *índios das águas*<sup>1</sup> (WITKOSKI, 2007) tiveram seus padrões culturais

---

<sup>1</sup> *Índios das águas* é uma designação usada por Witkoski, (2007) para caracterizar a população que ocupava a planície amazônica na época do contato com os europeus. O termo faz referência à diferenciação entre a população indígena que habitava a terra-firme e a população que vivia às margens dos rios.

profundamente alterados a partir do século XVII com a chegada dos colonizadores europeus na região, que através do modelo eurocêntrico de civilização, subjugarão a população ribeirinha, embora dependessem do conhecimento destas populações no tocante de seus interesses econômicos.

De modo geral as sociedades ribeirinhas da Amazônia apresentam um conjunto de características que as distingue das demais populações do meio rural ou urbano. Tais características se aproximam do que Diegues (1996) denomina cultura ou modo de vida *tradicional* que, dentre outros, caracteriza-se:

[...] a) pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constroem o modo de vida; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se refletem na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; c) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadoria possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; d) pela importância das simbologias mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; e, e) pela auto-definição ou identificação por outros por pertencer a uma cultura distinta (DIEGUES, 1996, p. 87-8).

No seio das populações ribeirinhas estas e outras características traduzem a constituição de um modo de vida que atravessa gerações refletindo a própria trajetória histórica destas populações, esquecidas ou não devidamente retratadas na literatura, tampouco nas políticas públicas.

O universo empírico vivenciado no cotidiano destas populações traduz a construção de uma rede de significados manifestos tanto nas relações de sociabilidade quanto na própria interação com a natureza, particularmente com o ambiente aquático. Nesse contexto, conforme sublinhou Cruz (2006; 2008), o rio continua tendo uma importância fundamental na dinâmica de produção e organização do espaço, sendo o referencial central da “geograficidade” (organização espacial, modo de vida), além de matriz da temporalidade (ritmo social) e do imaginário social (lendas, mitos, crenças, cosmologias).

No âmbito das Ciências Humanas – para se restringir apenas à essa área de conhecimento – o debate envolvendo os povos ribeirinhos da Amazônia têm ensejado debates profícuos nos últimos anos, embora este seja um tema que ainda necessite de maiores aprofundamentos sobretudo no campo do conhecimento geográfico. Os estudos desenvolvidos por Tocantins (1969), Wagley (1988), Furtado (1987; 1993; 2002), Hiraoka (1993), Arenz (2000), Gonçalves (2001), Fraxe (2004), Witkoski (2007); dentre outros, trazem importantes contribuições para o enriquecimento dos debates, ao passo que problematizam as condições de vida dos ribeirinhos em diversas áreas sob influência dos rios e igarapés.

No que diz respeito às pesquisas envolvendo Teses e Dissertações, a título de exemplificação, poderíamos citar os estudos de Arenz (2003; 2005), Silva (2000), Silva (2006), Lopes (2006), Cruz (2006), Cruz (2007), Pereira (2007), Corrêa (2008), Heidtmann (2008), Reis (2008), Vilhena (2011), Almeida (2013), dentre outros, que também contribuem de maneira significativa com o debate a partir de temas diversos envolvendo o manejo dos recursos naturais; a organização político-social; a capacidade de adaptação ao ambiente de várzea; os saberes e fazeres tradicionais compreendidos nas práticas socioeconômicas, etc. Muitos destes estudos atentam para o fato de que com processo de reestruturação socioespacial ocorrido na região amazônica, sobretudo pós década de 1960-70, novas formas de ordenamentos territoriais alteraram profundamente as bases tempo-espaciais do padrão de organização do espaço amazônico que Gonçalves (2001) denominou de *rio-várzea-floresta*.

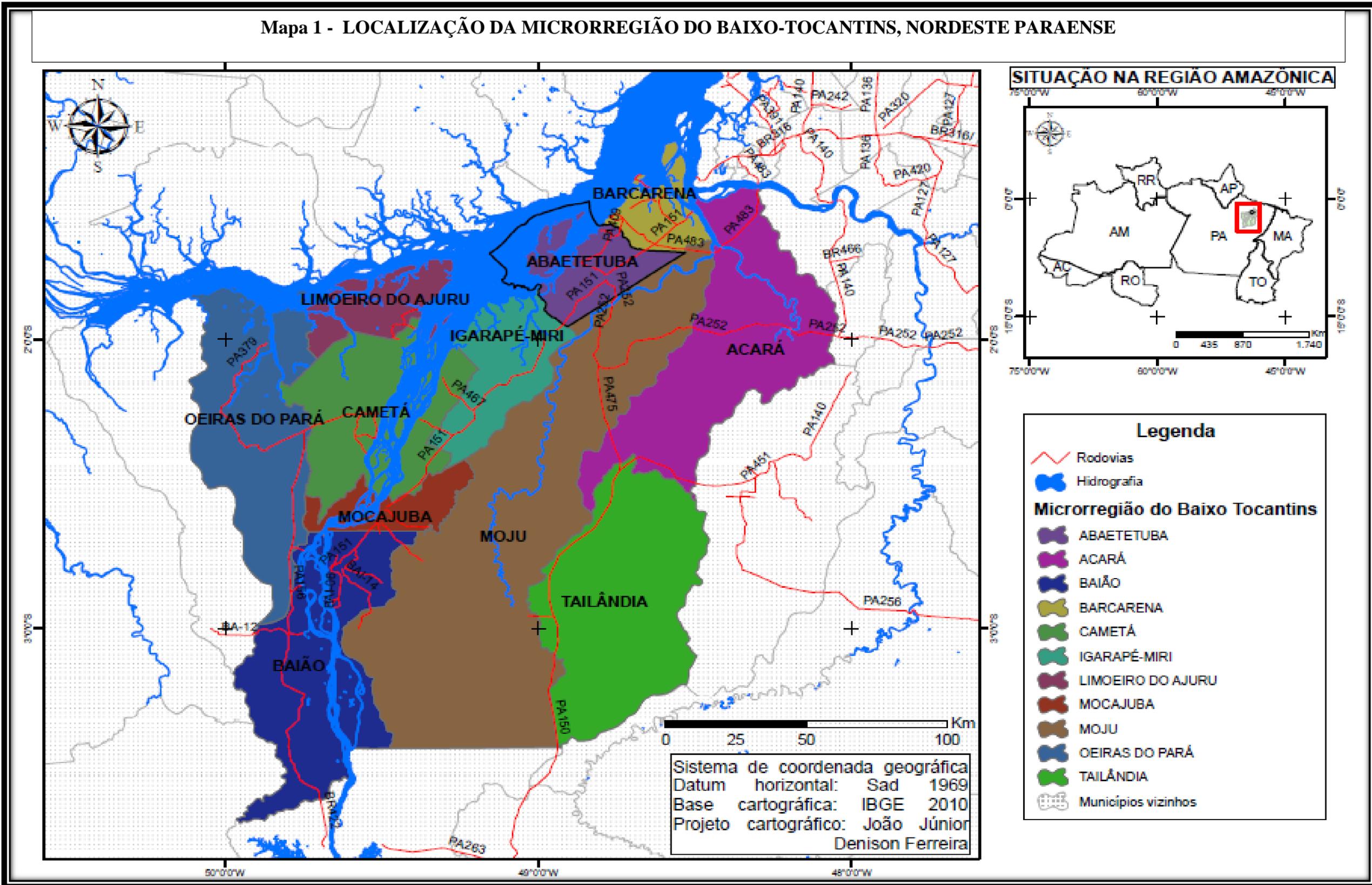
No entanto, reconhecer estas implicações desse processo não significa dizer, de modo algum, que estas bases tempo-espaciais característica das primeiras formas de produção do espaço amazônico deixaram de existir, haja vista que, ainda hoje existe uma grande parcela da população amazônica vivendo às margens dos rios, protagonizando padrões complexos de adaptação ao ambiente amazônico que garante, em última análise, um processo histórico de reprodução socioespacial.

Um dos exemplos característico que envolve esta realidade pode ser vislumbrado no contexto geográfico da microrregião do Baixo-Tocantins, mas especificamente na porção insular o município de Abaetetuba, estuário tocantino. Ali as ações concretas do cotidiano traduzem uma dinâmica socioespacial intimamente ligada aos cursos d'água, conformando uma realidade típica das pequenas comunidades ribeirinhas que há séculos habitam o estuário amazônico. É a partir desse recorte empírico que a presente análise será direcionada.

## 1.1 O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA (PA) COMO PONTO DE PARTIDA DA PESQUISA

O município de Abaetetuba fica localizado na microrregião do Baixo-Tocantins, Estado do Pará, mais precisamente na confluência dos rios Tocantins e Pará, no Estuário Tocantino, a uma distância de aproximadamente 80 km a oeste da capital Belém, totalizando uma área de 1.090 km<sup>2</sup>.

Mapa 1 - LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO BAIXO-TOCANTINS, NORDESTE PARAENSE



Como mostra o Mapa 1, a microrregião do Baixo-Tocantins é composta pelos seguintes municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Baião, Cametá, Moju, Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru Tailândia, e Oeiras do Pará. De acordo com censo do IBGE (2014), o município de Abaetetuba é um dos mais populosos desta microrregião.

Quadro 1 - População da microrregião do Baixo-Tocantins (PA) por municípios (2013).

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (2013)	Posição
ABAETETUBA	148.873	1º
CAMETÁ	129.161	2º
BARCARENA	112.921	3º
TAILÂNDIA	93.906	4º
MOJU	76.096	5º
IGARAPÉ MIRI	59.998	6º
ACARÁ	54.047	7º
BAIÃO	42.513	8º
OEIRAS DO PARÁ	30.490	9º
MOCAJUBA	28.933	10º
LIMOEIRO DO AJURU	26.961	11º

Fonte: IBGE 2014

A história de ocupação do município de Abaetetuba, originalmente denominado “Abaeté”, insere-se no contexto mais amplo de ocupação e transformações do espaço amazônico protagonizado pelos colonizadores europeus, particularmente pelos portugueses, a partir do século XVII. Contam os historiadores que por volta de 1635 padres capuchos vindos do Convento do Una, na Capital Belém, após percorrerem os rios da região, juntaram-se a uma aldeia de tribos nômades, a tribo Mortiguar, provavelmente originária da ilha de Marajó, do outro lado da baía. O aglomerado foi inicialmente denominado **Samaúma** e depois batizado de Beja por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Marquês de Pombal.

Para assegurar sua efetiva ocupação, o governo português partilhou o território conquistado (a Amazônia) em Capitânicas hereditárias em seguida em Sesmarias, entregando a ricos senhores portugueses, enormes extensões de terras para que pudessem ocupá-las e explorá-las. Assim, em 1724, o português Francisco Azevedo Monteiro, viajando de Belém com toda sua família para tomar posse de sua Sesmaria que localizava no rio Jarumã (próximo à atual cidade de Abaetetuba), enfrentara uma forte tempestade na Baía do Marajó (Pará) desviando sua rota e fazendo-o aportar, em 8 de Dezembro, às margens do rio Maratauíra. Ali, construiu uma capela como pagamento de promessa por ter salvo toda sua família da tempestade e dedicou à Nossa Senhora da Conceição, por ser o dia consagrado a ela. Em seguida tomou posse da terra e comunicou ao então Governador da Província do Pará (MACHADO, 2008). Ao redor da capela foi surgindo um povoado ao qual Francisco

Azevedo Monteiro denominou de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté; primeiro pela sua devoção à virgem, segundo pelo nome do rio próximo ao povoado, rio Abaeté, cujo topônimo é de origem indígena.

A propósito das observações de Machado (2008), é bastante provável que o relato da tempestade e da promessa tenha sido apenas justificativa para que Francisco Monteiro ocupasse deliberadamente este novo local em busca de possíveis fontes das chamadas drogas do sertão (cravo, canela, castanha, pimenta, cacau, urucum, dentre outras) de grande valor no mercado europeu e fonte de riqueza dos portugueses.

Por volta de 1797, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté. Em 1980, depois de ter sido anexada administrativamente a vários municípios do Pará (como Belém e Igarapé-Miri) a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté foi elevada à categoria de Vila, com o nome simplificado para Vila Abaeté incorporando as terras da então Freguesia de Beja, o berço da colonização do município (ROQUE, 1998). Em 15 de agosto de 1895, a então Vila Abaeté foi elevada a categoria de Cidade. Finalmente por força do Decreto Lei-Estadual de nº 4505, de 30 de Dezembro de 1943, o município passou a chamar-se definitivamente Abaetetuba para diferenciá-la de outra Abaeté situada no Estado de Minas Gerais (mais antiga que a Abaeté paraense). O nome Abaetetuba provém do topônimo indígena Tupi e significa “*Lugar de Homens Valentes e Ilustres*”.

Dada a configuração geográfica local, município de Abaetetuba subdivide-se em duas porções de terras: a porção de terra-firme e a porção a insular. A porção de terra-firme é formada pela sede municipal, a cidade da Abaetetuba, que está situada à margem direita do rio Maratauíra, afluente do rio Tocantins; e pelos ramais e estradas que conectam a cidade ao distrito de Beja (o berço da colonização do município) e aos demais municípios circunvizinhos, como Igarapé-Miri, Moju, Barcarena, Belém etc.

Já a porção insular é composta por um conjunto de ilhas entrecortadas por rios, furos, paranás e igarapés que formam um complexo hidrográfico, compreendendo o baixo curso do rio Tocantins, já na confluência com o rio Pará, cujos principais transportes são rabetas canoas e barcos. Pela força da tradição cultural local e em virtude da própria configuração geográfica local a porção insular do município de Abaetetuba recebe localmente a denominação de “**Região das ilhas de Abaetetuba**”. É a partir desse recorte espacial, onde vivem historicamente dezenas de comunidades ribeirinhas, que lançaremos as bases empíricas desta pesquisa.



Conforme se pode observar no Mapa 2, as dezenas ilhas que compõem a porção insular deste município são entrecortadas por uma complexa malha hidrografia formada por rios, igarapés, paranás baías e furos em sua maioria navegáveis. O maior rio que entrecorta a porção fluvial do município é o rio Pará, seguido pelo rio Maratauíra onde, à sua margem direita, está situada a sede municipal, cidade de Abaetetuba.

O conjunto de elementos da paisagem local caracteriza um labirinto de floresta e água onde se forja um modo de vida muito particular intimamente ligado à dinâmica dos rios. A relação dos moradores locais com os cursos d'água traduz não apenas uma relação de proximidade, mas igualmente uma relação de existência onde tudo parece estar em função do rio. O próprio ordenamento das casas, em sua maioria construídas em madeira e cobertas de palhas, segue a direção natural dos rios que além de funcionarem como “caminhos” do ir e vir, influenciando decisivamente o próprio ritmo da vida, também constitui importante aspecto da construção da identidade ribeirinha neste município.

Os terrenos que compreendem as ilhas de Abaetetuba são constituídos em sua maioria em área várzeas. O relevo predominante é constituído por uma topografia plana, sem elevações que mereçam destaque, representada por formas típicas de tabuleiros (baixos platôs) terraços e várzeas que fazem parte da estrutura morfo-estrutural da planície amazônica. As terras mais altas das ilhas não excedem a três metros sobre o nível máximo das marés, ou seja, trata-se de uma área constituída de terras baixas, sujeitas ao constante regime de marés que inundam a várzea baixa duas vezes ao dia.

Os solos mais comuns são os solos hidromórficos de formação quaternária situados em várzeas ou terraços. Pouco resta da cobertura vegetal primitiva predominando na região florestas secundárias adaptadas ao ecossistema de várzea, com destaque para o açazeiro (*Euterpe oleácea* Mart) que predomina em até cinco vezes em relação às outras espécies típicas do sistema de várzea local.

Em 1988, através da atual Constituição Federal do Brasil, o Governo brasileiro determinou que todas as ilhas sob influência de marés (como é o caso das ilhas estuarinas de Abaetetuba) pertenceriam ao patrimônio da União (BENATTI, 2005). Por isso, juridicamente a quase totalidade da porção insular que compreende as ilhas Abaetetuba constitui-se como *Terra da Marinha*, ou seja, da União, e os moradores vivem em concordância com uma concessão de uso, emitida pelas Gerências Regionais de Patrimônio da União (GRPU). Porém existem nas ilhas algumas localidades habitadas por remanescentes de quilombos que a partir do ano de 2002 passaram a constituir-se enquanto *Território Quilombola* sob a jurisdição do estado do Pará através do Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

Análogo às outras áreas ribeirinhas da Amazônia, os moradores da porção insular deste município formam pequenos núcleos de povoamento às margens dos rios constituindo as chamadas *Comunidades Ribeirinhas*. A denominação *Comunidades* faz referência à tradição católica através das chamadas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Em cada comunidade vivem dezenas de famílias ribeirinhas que se organizam socialmente em torno de uma pequena capela ou igreja construída às margens do rio onde os moradores costumam se reunir para rezar e debater seus problemas comuns.

Pelo fato da porção insular ser constituída por dezenas de ilhas fluviais é comum que o termo Comunidade seja empregado localmente enquanto sinônimo de ilha. No entanto, trata-se de aspectos diferentes de uma mesma realidade. A denominação ilha refere-se apenas à unidade de paisagem que compõem a configuração geográfica da porção insular deste município; ao passo que o sentido de comunidade designa um sentido social que estar para além do aspecto estritamente da localização, neste caso ligado à tradição da igreja católica.

Ao todo existem nas ilhas de Abaetetuba aproximadamente 60 (sessenta) Comunidades Eclesiais de Base identificadas cada qual pelo nome de um Santo Padroeiro, revelando, assim, a força da tradição católica que remete ao próprio processo histórico de colonização assim como ocorreu em outras partes da Amazônia.

Segundo alguns líderes comunitários<sup>2</sup> locais, vivem nestas comunidades cerca 45 mil habitantes que constituem a população ribeirinha do município, ou seja, quase 1/3 da população total de Abaetetuba, e mais que o quantitativo da população de alguns municípios do Baixo Tocantins – como Oeiras, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru.

De maneira geral as comunidades locais são diferenciadas de acordo como o rio em habitam e com o respectivo Santo Padroeiro em que cultuam, sendo que em alguns casos em um mesmo rio pode haver mais de uma comunidade. Um aspecto importante a ser destacado é que a organização social e territorial envolvendo as ilhas de Abaetetuba se dá exatamente a partir destas comunidades que integram, do ponto de vista de sua organização, a Diocese de Abaetetuba através da Paróquia das ilhas.

Em termos de originalidade étnica pode-se dizer que os moradores destas comunidades são oriundos de diversas etnias e em sua grande maioria descendentes de populações indígenas e de escravos negros introduzidos na região pelos colonizadores principalmente a partir de 1750 (HIRAOKA, 1993) para trabalhar nas fazendas e nos

---

<sup>2</sup> O Censo oficial do IBGE não disponibiliza informação sobre o quantitativo da população que habita especificamente porção insular ilhas de Abaetetuba. Por isso estas informações foram obtidas junto a alguns líderes comunitários locais.

engenhos de aguardente instalados às margens dos rios do município. Por isso, longe de parecerem homogêneas, do ponto de vista da formação sociocultural e da dinâmica cotidiana, estas comunidades promovem na atualidade uma rica diversidade de costumes, crenças e hábitos, com destaque para as cosmologias ligadas aos rios, e a preservação dos costumes de seus antepassados (principalmente dos indígenas), assim como a forte manifestação de devoção aos Santos Padroeiros através de cultos e festividades religiosas que emergem como uma das principais formas de expressão da cultura ribeirinha nestas comunidades.

Saindo da sede municipal, a cidade de Abaetetuba, rumo aos rios navegáveis que dão acesso às comunidades, é possível vislumbrar uma paisagem típica do estuário amazônico que reflete o dinamismo da vida ribeirinha. Ali os barcos, as rabetas<sup>3</sup> e as pequenas canoas movidas à remo não apenas servem como meio de transporte, através do emaranhado de rios e igarapés, como também ditam um ritmo de realização da vida onde o movimento cíclico da natureza (estações do ano, marés etc.) orientam e, de muitas maneiras, determinam os fenômenos sociais.

Num olhar apressado de quem viaja pelos rios em direção às comunidades locais a vida ribeirinha pode parecer estar parada na moldura do tempo. As pequenas palafitas de “poucas paredes”, o colorido das pequenas canoas, que teimam em lutar contra a força das águas, tudo expressa um ritmo lento e cíclico, onde a pressa parece não existir e o tempo do relógio parece concorrer com o tempo da natureza, pois a maré é o relógio que regula os horários; e é no movimento das águas que a vida pulsa. Aí o tempo pode ser aquele da espera ou da procura: o espera da enchente ou da vazante, do inverno ou do verão; ou o tempo da procura dos cardumes de peixes, a hora de revistar as malhadeiras e os matapis na busca do alimento. É nesse contexto, que as ações concretas do cotidiano ganham visibilidade se repetindo ciclicamente no pulsar das águas – movimentos das marés – que, de algum modo, regulam os horários e os comportamentos. São peculiaridades de um modo de vida intimamente ligado à dinâmica dos rios.

Ocupando e vivendo em áreas relativamente afastadas dos núcleos urbanos, às margens dos rios e igarapés, os ribeirinhos das comunidades das ilhas de Abaetetuba interagem e mantêm relações sistemáticas com diferentes ecossistemas de várzea e de terra-firme com os quais têm acesso; ambientes estes que fazem parte do cotidiano e constituem importantes aspectos da dinâmica socioespacial local. Suas histórias, diversidade social,

---

3 “Rabeta” é uma denominação dada à um tipo de embarcação motorizadas que navega os rios da Amazônia, com capacidades em média de 10 à 20 pessoas. Em geral navegam com rapidez em relação às outras embarcações de pequeno porte devido principalmente ao seu formato e ao seu tamanho.

cultural, econômica, territorial, etc. refletem o jeito de ser e de viver nestas áreas, constituindo especificidades múltiplas, tipicamente amazônicas e variavelmente complexas em suas manifestações cotidianas. Trata-se de formas peculiares de produção da vida que remetem às antigas origens do passado ribeirinho; um universo pleno e inesgotavelmente rico em surpresas.

A construção da problemática envolvendo as comunidades das ilhas de Abaetetuba perpassa pela própria reflexão acerca da realidade ribeirinha vivenciada entre as pequenas comunidades ribeirinhas circunscritas no contexto do estuário tocantino amazônico. Ao contrário de alguns pressupostos de que o modo de vida destas populações, frequentemente considerados “primitivos”, “atrasados”, “tradicionais”, não teriam mais sentido frente a um mundo “moderno” e em constante processo de transformação, há de se convir (como a própria história se incumbe de mostrar) que durante séculos de ocupação e transformação do espaço amazônico o modo de vida ribeirinho, mesmo nas áreas mais isoladas, continua vivo, sendo criado e recriado nas mais diversas tramas do cotidiano. Tal fato leva a refletir sobre o processo histórico de produção do espaço ribeirinho na Amazônia, de modo especial na área de estudo, que dentre outras características, é marcado pela resiliência de um modo de vida que atravessa gerações conservando de maneira significativa os valores de seus antepassados.

É exatamente com base nesse princípio que tomamos como exemplo as comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba como ponto de partida da pesquisa. Ao longo de sucessivas gerações os moradores destas comunidades cristalizam um modelo tradicional de produção do espaço onde a relação com os cursos d’água traduz um sistema de vida tipicamente ribeirinho, como seus ancestrais, que foram ribeirinhos que sempre dependeram dos recursos naturais para sobreviver. As relações estabelecidas com a terra, com a floresta e com a água traduziram ao longo do tempo formas de sobrevivência bastante peculiares, as quais têm sido constantemente redefinidas para garantir a reprodução socioespacial e a permanência desse agente nessas áreas.

Considera-se que a partir da década de 1960-70, os ribeirinhos em estudo passaram a vivenciar cada vez mais um conjunto de transformações socioespaciais que influenciaram diretamente suas condições de vida dos moradores locais, dentre as quais podemos citar a abertura da Rodovia Belém-Brasília; da PA-151 e 152 (interligando a cidade de Abaetetuba a outros municípios circunvizinhos); a implantação da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, no alto curso do rio Tocantins; a instalação do complexo industrial Albrás-Alunorte, em Barcarena; além do processo de crescimento urbano; além da conseqüente pressão sobre os recursos naturais locais dos quais estas populações sempre dependeram para sobreviver.

Dentre esse conjunto de transformações tem-se que um dos marcos da dinâmica socioespacial ribeirinha neste município, a partir do período mencionado, foi a expansão da economia de aguardente através do funcionamento de pequenos engenhos artesanais, instalados às margens dos rios da região. A grande procura pela aguardente produzida na Amazônia deste os tempos coloniais resultou na multiplicação do número de engenhos nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri principalmente entre os anos de 1960 a 1975 quando a agroindústria de aguardente alcançou sua fase áurea. Nessa época, dezenas de pequenos engenhos foram construídos às margens dos rios e igarapés destinados à produção exclusiva da cachaça, cuja qualidade fez fama em todo o Estado do Pará e Amazonas naquele período.

A fabricação de aguardente trouxe impactos positivos à economia do município como um todo, ao passo que influenciou diretamente as condições de vida da população ribeirinha, tanto no que diz respeito à dinâmica social, compreendendo o conjunto de relação socioeconômicas voltadas naquele contexto ao desenvolvimento desta atividade; quanto à própria configuração territorial, uma vez que ordenamento dos objetos espaciais, como os engenhos, os terrenos dominados por plantações de cana-de-açúcar, e dos meios de transporte, dentre, outros, que refletiam a importância dada a esta atividade e sua influência na dinâmica ribeirinha no município de Abaetetuba quanto em Igarapé-Miri.

Depois de um breve período de expansão (1960 à 1975) os mais de 40 engenhos espalhados pelas margens dos rios e igarapés das ilhas entraram paulatinamente em declínio, sendo que no final dos anos de 1980 o fim da economia da cachaça já era fato consumado. O resultado desse processo trouxe profundas consequências para a população ribeirinha que mais uma vez mostrou sua capacidade de adaptação frente às condições adversas, que acontecera em outros períodos econômicos que marcaram a história do município.

Por estas e por outras transformações vislumbra-se que tradicionalmente a busca pela sobrevivência ribeirinha neste município esteve em função de uma série de atividades desenvolvidas de maneira complementar a partir de diferentes setores produtivos, com destaque para a pesca (historicamente desenvolvida pelos moradores locais) e o agroextrativismo do açaí, que a partir da década de 1990, com a valorização do mercado do fruto, tem representado uma das principais (senão a principal) atividade produtiva desenvolvida pelos moradores ribeirinhos das comunidades das ilhas.

A questão a ser notada em relação ao contexto exposto é exatamente o fato de que, mesmo diante de uma série de transformações socioambientais que se colocam em questão nestas áreas, as múltiplas estratégias de sobrevivência acionadas cotidianamente moradores locais têm possibilitado não apenas a produção dos meios de sobrevivência, mas, igualmente,

têm refletido ao longo do tempo um processo de reprodução socioespacial com características peculiares, típicas dos primeiros habitantes das áreas ribeirinhas da Amazônia.

Nesse sentido, considerando o cotidiano ribeirinho vivenciado no município em estudo, sobretudo pós-década de 1960, suscitamos os seguintes questionamentos: a) como se estabelece a dinâmica socioespacial ribeirinha nas comunidades das ilhas de Abaetetuba, considerando o modo de vida e as práticas de uso dos recursos naturais? b) em que medida a fase que marcou a expansão e declínio dos engenhos de aguardente no Baixo-Tocantins (1960-1988) influenciou a dinâmica socioespacial local? c) e, que relações há entre as práticas atuais de uso dos recursos naturais, o modo de vida e a dinâmica socioespacial vivenciada pelos moradores das comunidades das ilhas?

Partindo desse conjunto de questões, delineamos como objetivo geral desta dissertação analisar a dinâmica socioespacial entre os ribeirinhos moradores das comunidades das ilhas de Abaetetuba buscando dar ênfase à complexa relação desses agentes com a natureza, assim como às situações vivenciadas por estes em meio aos constantes processos de transformações socioambientais compreendidas no contexto do estuário amazônico nas últimas cinco décadas.

Para melhor compreensão a cerca da problemática levantada suscitamos, em complementação, três objetivos específicos: a) fomentar o debate acerca do processo histórico de formação ribeirinha na Amazônia com vistas às peculiaridades desse processo na área de estudo; b) Analisar o período de expansão e declínio dos engenhos de aguardente no município de Abaetetuba (1960 á 1988), buscando perceber suas implicações na dinâmica de reprodução socioespacial entre os moradores das comunidades das ilhas; e c) estabelecer uma relação entre as formas de uso dos recursos naturais, o modo de vida e a dinâmica socioespacial local.

A hipótese defendida aqui é a de que o contexto socioespacial vivenciado entre os habitantes das comunidades das ilhas de Abaetetuba traduz um exemplo característico da complexidade que envolve a dinamismo da vida ribeirinha no interior da Amazônia. Um dos elementos mais notáveis nesse aspecto é exatamente o histórico processo de reprodução socioespacial de um modo de vida intimamente ligado aos cursos d'água cuja tradição remente ao protagonismo dos primeiros moradores das margens dos rios da região. Um modo de vida que atravessa gerações com suas cosmologias próprias, seus saberes e fazeres cotidianos, traduzindo maneiras peculiares de relação com a natureza.

Ademais entendemos a vivência ribeirinha se faz presente na Amazônia deste antes do início do processo de colonização (como frisado anteriormente), logo traduzem antigas formas de produção do espaço que não podem ser apreendidas com base apenas na visão que institui a

região amazônica no seio da lógica capitalista de produção, embora esteja inserida nesse contexto mais amplo. Por isso, partimos do pressuposto de que reconhecer estas formas de vida pressupõe considerá-la não apenas enquanto resíduo anacrônico ou um desvio da racionalidade capitalista e do modo de vida urbano-industrial. Tal pressuposto sugere a construção de um olhar que vai além da visão estritamente econômica e/ou funcionalista que não poucas vezes desconsidera a dimensão humana que envolve estes agentes em seus processos históricos, em suas as vivências e experiências a partir do lugar e do espaço vivido.

A motivação que leva-nos a priorizar esta temática e escolher o município de Abaetetuba como área de estudo compreende três pontos básicos. O primeiro é de caráter mais pessoal, já que este pesquisador é nativo desta região tendo na base constitutiva da família fortes raízes oriundas da herança cultural ribeirinha. Dessa forma, fomos levados pela paixão de termos nascido e vivido grande parte de nossa vida em uma comunidade local presenciando e participando assim de algumas de suas transformações, ou seja, fazendo parte desta realidade enquanto sujeito.

O segundo é justamente por considerarmos que realidade vivenciada hoje pelas comunidades ribeirinhas da Amazônia, a exemplo da área e estudo, constitui-se como fonte riquíssima de pesquisa que necessita de estudos mais aprofundados, sem deixar de considerar os esforços já empreendidos nessa direção.

Por fim, o último ponto diz respeito à pertinência que julgamos ter esta temática, principalmente se consideramos que ainda hoje há uma certa negligência em se entender as antigas formas de produção do espaço na Amazônia advindas de seus primeiros habitantes, em especial aquelas que dizem respeito aos múltiplos seguimentos sociais ribeirinhos espalhados pelos diversos cantos da Amazônia. Sobre isso entende-se, porém, que o desafio que se impõe constitui-se não apenas em razão da necessidade de aprofundamento do conhecimento acadêmico-científico sobre a realidade vivenciada pelas pequenas comunidades ribeirinhas da Amazônia, mas, sobretudo, pela crescente necessidade de contribuições práticas desse conhecimento no sentido de canalizar esforços afim de contribuir efetivamente para realização de seus anseios, melhorando assim as condições de vida de grande parcela destas populações que convivem hoje com sérios problemas sociais agravados com o advento da chamada “modernidade”. Essa também deve ser uma responsabilidade do conhecimento acadêmico-científico.

Em relação ao referencial teórico os conceitos de produção do espaço e modo de vida serão de fundamental importância para o desenvolvimento da análise aqui proposta, haja vista a pertinência que entendemos ter os respectivos conceitos na investigação da problemática em

estudo. O debate que envolve tais conceitos no âmbito da ciência geografia é consideravelmente complexo e por isso sua análise envolveria um amplo exercício teórico, o que não é objetivo central desta pesquisa. No entanto, torna-se necessário esclarecer sucintamente o sentido que os respectivos conceitos assumem a partir da problemática levantada.

Em primeiro lugar a ideia produção espaço emerge como categoria indispensável do conhecimento geográfico e enquanto realidade concreta articulada ao movimento de reprodução da sociedade. Segundo Milton Santos (2001, p. 71), “o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”. A produção do espaço, dessa forma, envolve efetivamente um conteúdo social que por sua vez é imanente à espacialidade. Em “**A Condição Espacial**”, Carlos (2011), revela que o espaço é uma realidade prática que se constitui no decorrer da história da humanidade enquanto condição, meio e produto da reprodução social. O espaço dessa forma é revelado enquanto produto social e como condição para que as transformações sociais, políticas e econômicas se materializem no decorrer da história (SANTOS, 2006, 2008). A produção do espaço assim transcende a ideia da produção de objetos e coisas materiais para se estender à reprodução das relações sociais e sua materialização enquanto relações temporais e espaciais.

Por essa perspectiva a produção do espaço designa a própria reprodução das relações sociais envolvendo um determinado grupo e uma determinada espacialidade que lhe é inerente (LEFEBVRE, 1997). Isso que dizer que espaço e sociedade mantêm uma relação intrínseca em que a produção das condições de existência da humanidade acarreta a produção de um espaço necessário à sua materialização.

Para os propósitos desta análise também será de fundamental importância a compreensão da ideia de reprodução socioespacial, que será assumida aqui num sentido similar ao exposto Lefebvre (1973; 1997) ao se referir à “reprodução das relações de produção”. Traduz a compreensão de um movimento constante de *recriação* (e não apenas de repetição) das relações sociais, em nosso caso das relações que envolvem a realidade ribeirinha no interior da Amazônia, de modo especial na área de estudo.

Em relação ao conceito de modo de vida<sup>4</sup>, a análise aqui desenvolvida tem como fundamento os pressupostos de Paul Vidal de La-Blache (1843-1918), assim como nas

---

<sup>4</sup> É importante deixar claro que a expressão “gênero de vida” e “modo de vida” possuem tradições diferenciadas no que diz respeito ao debate acadêmico. La-Blache propõe inicialmente o termo “gênero de vida”, cuja tradição reme a uma discussão clássica no campo da ciência geográfica; enquanto que o uso do termo “modo de vida” deriva de interpretações de seus sucessores.

contribuições de Marx Sorre (1984; 2002; 2003) como importantes precursores do debate em torno deste conceito. Segundo La-Blache (1954), o homem criou para si modos de vida, ou gêneros de vida. Com o auxílio de materiais e de elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não de uma só vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e de invenções, constituir qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e lhe organiza um meio para o seu uso. “Caçador, pescador, agricultor – ele é tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são sua obra pessoal, sua conquista, aquilo que ajuntou por sua iniciativa à criação” (LA BLACHE, 1954, p.162).

Sendo assim um *gênero de vida* pode ser definido genericamente como sendo:

[...] um conjunto coletivo de atividades transmitidas e consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua existência em um meio determinado. Um conjunto de técnicas adaptativas do homem e do meio, no que comportam de elementos mentais e intelectuais (SORRE, 2003, p. 140-41).

Entende-se então que o modo de vida diz respeito à forma particular de um grupo social (no nosso caso os ribeirinhos) manifestar sua vida, na qual as tradições e as representações resultantes da experiência vivida das condições materiais de existência desempenham papel importante. O modo de vida se define à medida que o grupo reproduz a sua existência com base num conjunto de relações específicas estabelecidas com o meio em que se insere. Ao utilizar a noção de *modo de vida*, o objetivo do geógrafo deve ser o de compreender como o espaço se insere na sua dinâmica geral. Assim, considerando o gênero de vida como o conjunto de técnicas que foram repassadas de geração a geração, nascida da necessidade de dar uma resposta a alguma manifestação do meio, tal conceito torna-se bastante atual e próprio para a compreensão da dinâmica ribeirinha na Amazônia, conforme procuraremos analisar em relação à realidade socioespacial vivenciada pelos ribeirinhos circunscritos na área de estudo.

A metodologia que fundamentou o desenvolvimento desta Dissertação compreendeu basicamente quatro fases distintas e complementares. A primeira consistiu em uma pesquisa de caráter exploratório sobre a área de estudo a fim de estabelecer maior aproximação com a realidade a ser pesquisada, experiência que foi de fundamental importância no aprimoramento do pré-projeto de pesquisa desta dissertação. A segunda fase compreendeu uma ampla revisão bibliográfica e documental (em bibliotecas, revistas científicas de periódicos, instituições públicas, etc.) sobre a temática abordada visando estabelecer as bases teórico-conceituais norteadoras da pesquisa. A terceira fase consistiu no levantamento de informações empíricas onde o contato direto com a realidade em estudo e os diálogos estabelecidos com os moradores locais foram de fundamental importância na construção da análise. Nesta fase as

informações foram obtidas a partir de entrevistas semi-estruturadas junto aos moradores da área de estudo a partir de critérios qualitativos. As comunidades pesquisadas foram principalmente àquelas situadas ao entorno do rio Pará e seus afluentes diretos.

A quarta e última fase consistiu na elaboração e sistematização da análise que encontra-se estruturada em três capítulos seguidos das considerações finais. O primeiro capítulo representa uma tentativa de fomentar o debate acerca da trajetória histórica que envolve a formação ribeirinha na Amazônia, considerando alguns aspectos peculiares desse processo suscitados a partir da área de estudo. O segundo capítulo está diretamente relacionado às mudanças ocorridas na área de estudo partir da década de 1960. Visa analisar o processo de expansão e declínio dos engenhos de aguardente e suas implicações na dinâmica de produção e transformação do espaço no âmbito das comunidades ribeirinhas das ilhas. O terceiro e último capítulo representa a tentativa de aproximar o debate em torno da relação entre as práticas de uso dos recursos naturais (em especial a pesca e o agroextrativismo do açaí), o modo de vida e a dinâmica socioespacial local.

Antes de iniciar as próximas linhas faz-se necessário esclarecer, a propósito das contribuições de Silva e Filho (2002), que quando utilizamos o termo “ribeirinho” não estamos somente nos referindo somente àquele que mora às margens de um rio ou igarapé, mas, sobretudo, àquele que mantém uma organização socioespacial com significativas diferenciações em relação ao meio urbano. Assim fica claro que não é somente o fato de morar à margem de um rio ou igarapé que determina a construção do modo de vida ribeirinho, mas os processos, as relações socioespaciais historicamente estabelecidas. Ter como critério apenas a localização absoluta é conceber a vida ribeirinha como estática, inerte à cotidianidade, é considerar apenas a aparência. Isso equivale conceber o próprio modo de vida como uma extensão do sistema natural, ou seja, equivale a *naturalizar* toda uma condição histórica que envolve a trajetória ribeirinha na Amazônia.

Ademais, é preciso considerar que o termo ribeirinho por si só constitui um universo bastante heterogêneo. Há os ribeirinhos pescadores; ribeirinhos agricultores, os ribeirinhos da várzea, os da terra-firme e até os denominados ribeirinhos urbanos conforme sugere Coelho, (2006). Por isso, a despeito dessa diversidade de denominações, é comum no âmbito acadêmico o uso do termo varzeiros (FURTADO, 1993; MCGRATH, 1991), Beiradeiro (ARENZ, 2000; CANTO, 2009), dentre outros, para designar o mesmo seguimento social assim caracterizado, por habitarem as margens dos rios e igarapés da Amazônia. Todavia, o uso de um ou outro termo não se deve simplesmente a um critério de “escolha” por parte do pesquisador, mas encontra-se fundamentado em atributos históricos ligados principalmente à

identidade do lugar, diferenciando-se, assim, de uma região para outra no contexto da diversidade socioespacial que compreende as áreas ribeirinhas da Amazônia. Dessa forma, pedimos ao leitor que tenha em mente que existe tanto atributos históricos comuns como variações ecológicas e etnográficas significativas entre as distintas áreas e grupos sociais ribeirinhos da Amazônia.

O *segundo* ponto diz respeito ao uso do termo “*caboclo*” em referência aos ribeirinhos. Nesse aspecto, ressaltamos que, tanto numa perspectiva analítica mais geral, quanto na análise relacionada a área de estudo, não será priorizado aqui o uso do termo “*caboclo*” no sentido de alusão aos ribeirinhos. Essa posição justifica-se por dois motivos. Primeiramente porque o termo “*caboclo*” assenta-se menos numa **auto-atribuição e mais num termo local pejorativo**, como chamou atenção Harris (2006). Em segundo lugar, o uso do termo envolveria o entendimento de seu emprego histórico e dos discursos de identidade nacional, tarefa já empreendida por outros autores (ver LIMA, 1999; HARRIS, 2006; RODRIGUES, 2006; WITKOSKI, 2007). Ao invés disso, será mencionado aqui apenas o termo *ribeirinho* enquanto sujeito social protagonista de uma história de longa duração cuja tradição remete ao modo de vida dos primeiros moradores das margens dos rios da Amazônia. Isso significa assumir um determinado nível de *generalidades* (compreendidas entre as diversas áreas ribeirinhas da Amazônia) já que em alguns momentos as analogias – ao termo “*caboclo*”, por exemplo – serão inevitáveis enquanto importantes recursos de análise.

## 2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA (1616-1945)

O objetivo central deste capítulo é resgatar alguns aspectos da trajetória histórica, social e geográfica que envolve os povos ribeirinhos da Amazônia, com vistas às peculiaridades desse processo no contexto da área de estudo. A discussão proposta visa fomentar o debate acerca do processo histórico de ocupação da Amazônia pelas populações ribeirinhas considerando a interseção dos principais agentes sociais envolvidos nesse processo. O desenvolvimento da análise também deve auxiliar na compreensão da problemática envolvendo os demais capítulos que compõem a Dissertação.

Para melhor compreensão dos propósitos aqui estabelecidos serão priorizadas como eixo principal de análise três fases da história de ocupação do espaço amazônico cujas implicações foram determinantes no processo de formação ribeirinha: a fase *pré -colonização*, ou seja, a fase que antecede a chegada dos europeus representada pelos primeiros habitantes dos rios e igarapés da região: os ameríndios ou *índios das águas*<sup>5</sup>, dos quais os ribeirinhos são herdeiros diretos; a *fase colonial*, em especial o período compreendido entre os dois primeiros séculos do processo de ocupação da Amazônia pelos europeus, entre os anos de 1616 (fundação de Belém) à 1798 (extinção dos *Diretórios civis*), que culminou, dentre outros, no surgimento da população ribeirinha *neo-indígena*<sup>6</sup> da Amazônia enquanto resultado do contato inter-étnico e inter-tribal nos aldeamentos missionários; e a fase que compreende os dois **períodos da economia borracha**, entre final do século XIX e meados do século XX, marcada pela migração dos nordestinos em direção à Amazônia e sua conseqüente integração às áreas tradicionalmente ocupadas por populações ribeirinhas.

De início faz-se necessário salientar que o debate envolvendo a diversidade socioespacial ribeirinha da Amazônia é relativamente amplo, transcendendo o campo da ciência geográfica a partir da qual estruturamos a presente análise. Desse modo, o diálogo interdisciplinar será sempre um importante e necessário caminho a ser seguido, especialmente no que concerne às contribuições de historiadores, antropólogos, sociólogos ecólogos, dentre

---

<sup>5</sup> *Índios das águas* é uma designação usada por Witkoski, (2007) para caracterizar a população que ocupava a planície amazônica na época do contato com os europeus. Faz referência à diferenciação entre a população indígena que habitava a terra-firme e a população que vivia às margens dos rios conformando um modo de vida típico, marcado pela dinâmica dos cursos d'água.

<sup>6</sup> Segundo alguns estudiosos (como Porro, 1995 e Ribeiro, 1995), a população ribeirinha *neo-indígena* da Amazônia é a população que resulta do contato entre as tribos indígenas e os colonizadores europeus que as mantiveram sob o regime de escravidão nos aldeamentos missionários forçando o convívio compulsório que culminou na mistura inter-étnica e inter-tribal e no conseqüente surgimento destas populações.

outros. Todavia, enquanto geógrafo preocupa-nos também a dimensão espacial inerente aos processos sociais afinal, conforme nos sugere Haesbaert (2007), o ser social é também um ser geográfico.

A análise será fundamentada, sobretudo, nos estudos de Tocantins (1961; 1982), Wagley (1988), Weinstein (1993), Furtado (1993), Porro (1995), Ribeiro (1995), Maués (1999), Mcgrath, (1999), Silva (2000), Arenz (2000; 2003), Gonçalves (2001), Gusmán, (2006) e Witkoski (2007).

O capítulo está estruturado em três eixos, compreendendo a discussão das respectivas fases mencionadas. Em paralelo às discursões de cada eixo buscar-se-á estabelecer uma interface com a área de estudo no intuito de exemplificar o debate à nível empírico e ao mesmo tempo estabelecer um *link* entre os três capítulos que compõem a Dissertação. Iniciaremos então por retomar alguns aspectos do período marcado pelo protagonismo dos primeiros habitantes dos rios e igarapés da Amazônia, os índios, e suas influências na formação sociocultural ribeirinha.

## 2.1 A INFLUÊNCIA INDÍGENA NA FORMAÇÃO RIBEIRINHA

Para introduzir uma questão, numa perspectiva geral, convém assinalar, como faz Witkoski (2007) e Ribeiro (1995), que a formação da sociedade brasileira é resultante do processo civilizatório europeu ocidental, principalmente, mas não exclusivamente, os portugueses, e por uma diversidade étnica recebida por herança dos ameríndios e dos negros desterrados da África. É preciso notar ainda que, no caso da Amazônia a herança cultural indígena sempre esteve presente de maneira marcante, especialmente quando se fala dos distintos grupos sociais ribeirinhos considerados herdeiros legítimos da cultura indígena, conforme expõe Arenz (2003) quando assinala:

O ribeirinho é um herdeiro direto da experiência cultural indígena. Portanto ele tem uma continuidade étnica, histórica e cultural, apesar de interferências violentas por parte do colonizador europeu nas culturas indígenas da Amazônia nos séculos XVII e XVIII (p. 31).

Como já destacado por Tocantins (1961), Porro (1995), Ribeiro (1995), Maués (1999), Arenz (2000, 2003), Gonçalves (2001), Witkoski (2007), Canto (2009), dentre outros, os primeiros habitantes das margens dos rios, igarapés e lagos da Amazônia foram os povos pré-colombianos denominados pelos colonizadores de “índios”. Foram estes povos que antecederam o processo de miscigenação que iria se constituir no transcorrer do processo de ocupação das áreas ribeirinhas da Amazônia pelos colonizadores. Segundo Witkoski (2007) foram os índios os primeiros a enfrentar os fatores limitantes do ambiente de terra-firme, e

igualmente a tirar proveito das vantagens oferecidas pelos ecossistemas de várzea, como a fertilidade dos solos e a biodiversidade aquática.

Sabe-se, com base nos relatos dos cronistas e missionários religiosos (ver PORRO, 1995; GODIN, 1994), que “os povos indígenas da Amazônia viviam entre si tanto ‘situações de intenso contato’, quanto de multilinguismo e pluralidade cultural, antes da chegada dos europeus” (ARENZ, 2000, p. 15). Nessa direção Wagley (1988) argumenta que as tribos indígenas de língua Tupi, que habitavam praticamente toda Costa brasileira na época da chegada dos europeus, foram as primeiras tribos com as quais os portugueses tiveram um contato<sup>7</sup> mais prolongado. Ressalta este autor que “era, sobretudo com os nativos de língua Tupi que os portugueses comercializavam o pau-brasil, contra quem eles guerreavam e a quem escravizavam durante o primeiro século do período colonial” (WAGLEY, 1988, p. 61).

Ribeiro (1995) salienta que havendo se instalado uns séculos antes da chegada dos colonizadores, os povos de língua Tupi ainda estavam desalojando antigos ocupantes indígenas oriundos de outras matrizes étnicas. “Somavam, talvez, um milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a dois mil habitantes” (p. 31). Destaca ainda que

[...] na escala da evolução cultural, os povos Tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil anos, com os povos do velho mundo. [...] eles o faziam por um caminho próprio, juntamente com outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas (RIBEIRO, 1995, p. 31).

De acordo com Maués (1999), além dos povos tupis, calcula-se que na época da chegada dos portugueses havia na Amazônia entre dois a quatro milhões de índios de diversas etnias, a maioria vivendo às margens dos rios. Estudos desenvolvidos por Porro (1995) atentam para a diversidade etnográfica descrita por Frei Gaspar de Carvajal – o cronista da expedição de Orellana – sobre as populações indígenas que viviam ao longo do grande rio Amazonas e seus afluentes que só iriam ser inteiramente explorados no século XVIII, e alguns deles, como Juruá e o Purus, na segunda metade do século XX (PORRO, 1995). De acordo com o mesmo autor, Carvajal menciona em seu relato a existência de inúmeras aldeias populosas com habitantes “guerreiros” que viviam na imensidão das águas ficando conhecidos como *índios das águas*.

---

<sup>7</sup> Vale frisar, como faz Porro (1995), que a época do contato é uma sucessão de momentos históricos que se desenrola no tempo de acordo com o avanço geográfico das frentes de expansão da sociedade neobrasileira.

Uma importante contribuição no que diz respeito ao reconhecimento da herança indígena na formação sociocultural dos ribeirinhos pode ser encontrada nos estudos de Witkoski (2007). Segundo esse autor, o modo de vida prevalente entre as populações ribeirinhas da Amazônia reflete o alto grau de identificação com os chamados *índios das águas* que tradicionalmente estiveram presente na história social da Amazônia. Em sua perspectiva,

[...] os *caboclos/ribeirinhos* são, em grande parte, herdeiros legítimos do modo de vida dos *índios das águas* porque estão diretamente ligados biológica, histórica e culturalmente à população ameríndia que ocupava a planície amazônica, na época do contato com os europeus [...] (WITKOSKI, 2007, p. 97).

E continua...

[...] quando usamos o termo *caboclo/ribeirinhos*, estamos nos referindo àquele agrupamento social/rural da Amazônia que tem continuidade histórica com os índios que habitam a região desde a posse e conquista [*os índios das águas*], possuem um ótimo sistema adaptativo para a região e são portadores de uma cultura relativamente distinta da sociedade nacional (*idem*, p. 97).

Nesse sentido, para este autor “ser *caboclo/ribeirinho* significa admitir a profunda herança cultural assimilada dos *índios das águas*, tão presentes no modo de vida adaptado do *caboclo* amazônico ao ecossistema de várzea” (WITKOSKI, 2007, p. 96). Uma herança que se mostra presente ao longo do tempo nas práticas de subsistência (como a caça, pesca, a agricultura), nos costumes, nas tradições culturais, das múltiplas formas de se relacionar com meio, enfim, de diversas outras maneiras de ser e de existir. São práticas socioespaciais que atravessam gerações recriando-se nas mais diversas tramas de produção e reprodução do modo de vida. Isso significa que a tradição indígena foi determinante mais do que se possa imaginar na formação cultural e no modo prático do ribeirinho se relacionar com o ambiente amazônico.

Porro (1995), em sua obra “*O povo das águas*”, reserva lugar de destaque às tribos *Omagua* que habitavam as várzeas do alto Amazonas antes da chegada dos europeus dando origem a uma documentação histórica e etnográfica relativamente rica. Diferentemente de outras tribos que dependiam muito mais dos recursos das áreas de terra-firme (como, por exemplo, as tribos *Aisuarí*, *Cunibos*, *Yurimagua*, retratada por Porro, 1995), os *Omaguas* relacionavam-se intensamente com os sistemas fluviais dos quais dependiam para sobreviver. “Embora também agricultores, os *Omagua* viviam em função do grande rio (Amazonas), seja para pesca seja para intensidade do seu comércio e de suas atividades guerreiras” (PORRO, 1995, p. 107). Seus locais de moradia situavam-se geralmente nas ilhas, praias e ribanceiras do rio, o que constituía, de acordo com este autor, “uma série de aldeias que tinham na várzea circundante o seu suporte agrícola” (p. 107).

[...] O *habitat* estritamente fluvial, numa região de trânsito obrigatório para os exploradores da Amazônia, fez com que esses relevassem o povoamento contínuo e o domínio incontestado desses *Fenícios da América* ao longo do alto Amazonas, numa extensão de mais de 700 quilômetros (PORRO, 1995, p. 91, *grifo nosso*).

O alto grau de identificação dos índios *Omaguas* com o ambiente de várzea foi apontado por um dos cronistas da época, Samuel Fritz (*apud* PORRO, 1995), que observou a importância da várzea para a sobrevivência destas tribos. A partir do contato diário com os rios e igarapés estes índios desenvolviam estratégias peculiares de sobrevivência pautadas num profundo conhecimento do movimento cíclico da natureza, conhecimento este que foi sendo absorvido pelas populações ribeirinhas ao longo do tempo.

Witkoski (2007) enfatiza que, embora os índios da tribo *Omagua* reconhecessem, através das repetidas experiências cíclicas do regime de marés, que poderiam perder suas sementeiras e ficar sem quase nada para viver no período das inundações, não arredavam o pé de construir suas moradias e plantações em terras próximas ao rio. Sustentavam, aliás, que seus ancestrais sempre moraram nas bordas dos grandes rios e que a floresta de terra-firme era lugar para os *tapuios* – isto é, os índios de outros troncos linguísticos.

Citando uma descrição feita por Paolo Maroni, fundamentada em relatos jesuítas do século XVI, Porro (1995) observa uma diferença importante entre a organização dos índios que habitavam a terra-firme e os que habitavam a várzea. Entre os primeiros, isto é, os índios da terra-firme,

[...] costumam viver em casas ou rancharias apartadas uma das outras muitas léguas [enquanto] que os chamados *índios do rio*, como são os Cunibos, Omaguas, Yurimaguas, que viviam nas ilhas, os nossos missionários encontravam assentados como que em bairros (MARONI, *apud* PORRO, 1995, p. 83).

Ressalta-se uma descrição do cronista Acuña, citado por Porro (1996, p. 104) sobre a **densidade** do povoamento *Omagoa*:

[...] sucedem-se suas povoações tão amiúde que tão logo perde-se de vista uma já se descobre a outra. E considerando que todas [as ilhas] são habitadas, ou pelo menos cultivada para sustento desses naturais, poder-se-á ter uma ideia dos muitos índios que em tão grande distancia se alimentam.

Tais relatos sugerem que na época do contato com os europeus já havia na Amazônia uma predominância das aglomerações humanas ao entorno dos rios e igarapés. Isso sugere, de acordo com Porro (1995, p. 39), “um padrão de assentamento contínuo ao longo de quilômetros de margens fluviais”. Referindo-se a esse aspecto Arenz (2000) argumenta que alguns achados de estabelecimentos indígenas da época pré-colonial permitem a conclusão de que a população indígena na várzea era muito maior e tinha um nível cultural bem mais complexo do que se pensava.

Essa densidade na aglomeração em torno dos rios configurou um padrão tradicional de produção e organização do espaço amazônico fortemente ligado aos rios, a várzea e a floresta, conforme analisa Gonçalves (2001). O rio facilitava o deslocamento, as práticas de pesca, caça, assim como fornecia possibilidades inúmeras do uso dos recursos naturais. As aldeias indígenas espalhadas às margens dos rios traduziam a importância do ambiente de várzea para a sobrevivência indígena. A existência destas aldeias enquanto referência espacial é observada por Porro (1995) ao descrever a seguinte passagem: “não há dúvidas quanto à existência, no Médio e Alto Amazonas, de uma rede de bons caminhos, mais do que simples trilhas, que saíam das principais aldeias ribeirinhas” (p. 127). Estas *aldeias* representavam não simplesmente o *locus* da moradia indígena, mas igualmente, um *símbolo espacial* que traduziu a forte interação com os rios estabelecida desde os tempos mais remotos.

Dimensionando a ancestralidade dos povos indígenas na várzea Amazônica, Ribeiro (1995) destaca que em muitas áreas ribeirinhas floresceram (através da caça e da pesca, por exemplo) culturas indígenas de mais alto nível tecnológico, como as de Marajó e de Tapajós, que podiam manter aldeamentos com alguns milhares de habitantes. De acordo com o mesmo autor, estas sociedades

[...] eram, todavia, sociedades de nível tribal, classificáveis como aldeias agrícolas indiferenciadas, porque não chegaram a desenvolver núcleos urbanos, nem se estratificaram em classes, já que todos estavam igualmente sujeitos às tarefas de produção alimentar, nem tinham corpos diferenciados de militares e de comerciantes. Ensejavam, porém, condições de convívio social amplo e de domínio de extensas áreas. Os cronistas, que documentaram aqueles aldeamentos após os primeiros contatos com a civilização, ressaltaram o vulto das populações, que se contava por milhares em cada aldeia, a fartura alimentar e a alegria de viver que gozavam (RIBEIRO, 1995, p. 307).

Nessa direção sustenta Arenz (2000) que “o índio amazônico não era simplesmente um nômade da selva, mas um agricultor que sabia aproveitar para sua subsistência o “ciclo biológico da várzea” que segue o ritmo de enchente e vazante anuais do rio” (p. 15).

A maioria dos povos indígenas que viviam em aldeias ao longo do rio Amazonas no período da chegada dos europeus foi extinta ou destruída. O seu reconhecimento depende essencialmente do que foi escrito pelos primeiros exploradores, viajantes e missionários. Entretanto, é preciso notar que esse processo não se deu por completo, uma vez que é possível verificar ainda hoje na Amazônia sociedades essencialmente indígenas vivendo às margens dos rios, lagos e igarapés ao antigo modo de ser de seus ancestrais. Isso significa que o legado indígena persistiu, embora fortemente marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e inter-étnica que caracterizou a posse e conquista da Amazônia pelos portugueses.

Nunca é demais lembrar que a evolução do processo de conquista da Amazônia conduziu a desintegração social e à perda dos valores culturais do mundo indígena. A violência dos conquistadores, no afã de conseguir riquezas, acabou por reduzir, através das doenças trazidas pelo branco, bem do massacre físico, centenas de tribos indígenas que habitavam às margens dos rios condenando seus descendentes a um sistema de dominação colonial que os relegou ao atraso cultural e econômico sem precedentes.

Também é preciso ressaltar que o processo de conquista estabeleceu-se, em grande medida, à custa do conhecimento dos primeiros moradores das margens dos rios sobre a floresta. O modelo sociocultural de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais se deveu a maior parte de suas características às influências das populações ribeirinhas. As técnicas de adaptação dos índios das águas foram fundamentais diante de uma natureza desconhecida pelos portugueses no processo de colonização. Isso porque os colonizadores “tiveram pouca relevância na criação de uma fórmula de adaptação à floresta tropical, que permaneceu presa às soluções indígenas originais, pela inadequação das novas técnicas a um meio ecológico tão diferente do europeu” (RIBEIRO, 1995, p. 311).

Lembra-nos Wagley (1988, p. 90) que “foi o índio que ensinou o europeu a viver no estranho ambiente amazônico”. Eram os índios que remavam nas canoas, que caçavam, que pescavam, que trabalhavam nos misteres domésticos e nos serviços públicos. Assim, “tanto o europeu recém-chegado, como seu escravo africano aprenderam com os índios a viver no novo mundo” (WAGELY, 1988, p. 54).

Sendo assim considera-se que

[...] mais do que transmissores de modos tradicionais de sobrevivência na floresta úmida, desenvolvidos em milênios de esforço adaptativo, os índios foram o saber, o nervo e o músculo dessa sociedade parasitária. Índios é que fixavam os rumos, remavam nas canoas, abriam picadas na mata, descobriam e exploravam as concentrações de especiarias, lavravam a terra e preparavam o alimento. Nenhum colonizador sobreviveria na mata amazônica sem esses índios que eram seus olhos, suas mãos e seus pés (RIBEIRO, 1995, p. 313).

A influência indígena na formação ribeirinha pode ser expressa na toponímia das quais até hoje são conhecidos grande parte da geografia da região. A esse respeito Benchimol (1995) destaca que os próprios colonizadores assimilaram a linguagem indígena, como o *nheengatu* amazônico, e utilizaram como língua franca para nomear a maior parte das árvores, animais, bichos, plantas, peixes, e tamanho dos rios. “A geografia indígena dos nossos ecossistemas fluviais foi enriquecido no *nheengatu* amazônico, como expressões de grande significado sociológico e pragmático” (BENCHIMOL, 1995, p. 197).

Assim como em outras áreas da Amazônia, a história das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba não deixa dúvida de que os primeiros habitantes a ocuparem as margens dos rios da região foram os povos indígenas. Quando os europeus passaram a ocupar efetivamente estas áreas, através dos primeiros aldeamentos missionários instalados às proximidades dos rios fundados principalmente pela Ordem dos Missionários da Companhia de Jesus já existiam centenas de aldeias espalhadas ao entorno dos rios, como Mortigura, Gibrié, Jaguarari, Moju, Ibirajuba e Sumaúma (LEITE, 1943), onde habitava numerosos contingentes de indígenas.

O domínio português e o conseqüente desenvolvimento da economia colonial, baseada inicialmente na exploração das chamadas drogas do sertão e posteriormente na economia de aguardente, teve forte influência nas condições de vida dos primeiros habitantes destas comunidades que foram obrigados a trabalhar em regime de escravidão para atender os interesses dos colonizadores.

Apesar desta agressão colonialista estabelecida sobre as áreas ribeirinhas da microrregião do Baixo-Tocantins, tida como uma das mais antigas áreas de colonização do estado do Pará, os primeiros habitantes dos rios que entrecortam as ilhas de Abaetetuba conseguiram manter um sistema de vida peculiar cuja dinâmica conformou ao longo do tempo um modo de vida tipicamente ribeirinho e fortemente ligado aos costumes indígenas.

Com o passar do tempo à herança indígena foi se mantendo viva em práticas e costumes vivenciados no dia-dia dos ribeirinhos, como a pesca de *gapuia*<sup>8</sup>, a tapagem de igarapé, assim como a caça, o extrativismo vegetal, dentre outros. Práticas estas que refletem um conhecimento aprofundado sobre os ciclos da natureza através do desenvolvimento de múltiplas estratégias de adaptação ao ambiente de várzea.

Em função da influência indígena quase todo o sistema hidrográfico local recebem denominação oriundas da língua indígena em nomes de rios como: Abaeté, Arienga, Maratauíra, Parurú, Guajará, Genipaúba, Paramajó, Campompema, Tucumanduba, Maracapucú Curuperé, Maúba e muitos outros. Da mesma forma que os rios, também muitos nomes de ramais e estradas que integram a porção de terra-firme deste município originam do vocábulo Tupi, como Cujari, Arienga, Cupuaçu, Apeí, Itacupé, Murutinga, etc. O próprio

---

<sup>8</sup> A pesca de *gapuia* é considerada uma das formas mais antigas de pesca entre os ribeirinhos da Amazônia que remete à tradição indígena, conforme observado por Lopes (2006) quando analisa esta modalidade de pesca na ilha de Paquetá-PA. A pesca de *gapuia* consiste em isolar os poços de água (partes mais fundas) do igarapé com paus e barro. Depois de isolar o poço, com uma “macoóca” (barragem) pelo lado de cima (nascente) e outra pelo lado de baixo (fôz), retira-se a água de dentro com cuias, baldes ou curatá (copa do açazeiro e inajazeiro) e se captura com as mãos os peixes e camarões represados.

nome do município (originalmente chamado “Abaeté”) tem origem na língua Tupi e significa (conforme mencionado na introdução) “Lugar de Homens Valentes e Ilustres”.

Do mesmo modo que os rios e os ramais, quase toda a fauna da região são reconhecidas a partir de termos indígenas, como caba, ambuá, cutia, mutuca, tatu, maruim, guaxinim, carumbé, jararaca, tapurú, turú, etc. A maioria das espécies da flora também possuem denominações indígenas como cutaca, jupati, ingá, inajá, acapu, copaíba, tucumã, tiririca, sororoca, juquiri, cará, etc.

Ademais, as lendas e mitologias que fazem parte da tradição cultural local remetem à tradição indígena, como: anhangá, curupira, matinta-pereira, mãe-do-mato, mãe-d’água, dentre outras. Grande parte dos nomes dos utensílios usados na pesca e em outras práticas de subsistência recebem igualmente denominações de origem indígena, a exemplo do aricá, matapi, pari, tipiti, cacori, mundé, arapuca, peconha, cúia, curatá, mutã, panacarica, etc.

Pode-se dizer então, que desde antes do contato com o colonizador europeu as sociedades indígenas que viviam em torno dos cursos fluviais da Amazônia, protagonizam um modelo tradicional de produção e organização do espaço, cujo legado encontra-se ainda hoje fortemente enraizado nas práticas culturais das populações rurais da Amazônia, de modo particular das populações ribeirinhas, a exemplo da área de estudo. Continuaremos falando dos primeiros moradores das margens dos rios e igarapés da Amazônia, mas agora sob o domínio do colonizador.

## 2.2 COLONIZAÇÃO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA SOCIEDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA (1616-1798)

Outro período que marcou a trajetória histórica dos povos ribeirinhos da Amazônia, em especial na área de estudo, é compreendido entre os dois primeiros séculos de colonização, [aproximadamente entre 1616 (fundação de Belém) a 1798 (extinção do diretório dos índios.)] Nesse período a população ribeirinha foi submetida aos caprichos dos colonizadores através dos *aldeamentos* missionários e dos diretórios civis que culminaram na formação da sociedade ribeirinha neo-indígena da Amazônia, conforme apontam os estudos de Wagley (1988), Porro (1995), Ribeiro (1995) e Arenz (2000; 2003).

Trazendo relevantes contribuições sobre “*A formação sócio-histórica dos Ribeirinhos da Amazônia*” (subtítulo de seu livro), Arenz (2000) busca esclarecer as condições históricas e especialmente a interação entre os agentes principais da região que contribuíram para o “surgimento” da população ribeirinha. Ao se referir aos moradores ribeirinhos do Amazonas e seus afluentes, este autor sublinha as seguintes palavras:

[...] de origem ameríndia [...] os moradores do beiradão foram “modelados” nos aldeamentos missionários e nas vilas dos colonos no século XVII a XIX. Eles foram tratados, por um lado, como serem humanos “in-cultos” e “não-redimidos”, precisando da integração ao projeto civilizatório-cristão. Por outro, eles foram cobiçados como mão-de-obra barata e imprescindível para exploração econômica da região (ARENZ, 2000, p. 11).

Em sua perspectiva,

[...] a modelação da população ribeirinha na Amazônia abrange o período do início do século XVII (1616, fundação de Belém) até meados do século XIX (1870, início do ciclo da borracha). Este tempo de, aproximadamente, 250 anos está marcado por uma constante luta por parte da sociedade colonial e – a partir da independência – nacional, pelo acesso livre à mão-de-obra barata indígena (ARENZ, 2000, p. 13).

Nesse sentido, Witkoski (2007) ressalta que até o final do século XVIII, os ameríndios foram inseridos à força na ordem imposta pelos colonizadores, seja através dos aldeamentos missionários, seja por meio do *Diretório* que visava realizar, sem dó nem piedade, os objetivos mercantilistas dos colonizadores portugueses. As raízes destas duas fases marcam de forma significativa a trajetória histórica não apenas das sociedades ribeirinhas, mas igualmente de diversos outros seguimentos sociais rurais denominados genericamente de “caboclos”.

A despeito das observações de Gonçalves (2001, p. 80), a ocupação da Amazônia pelos europeus “nasceu sob o signo da disputa territorial de uma geopolítica de caráter colonial”. Dimensionando esse processo, Arenz (2000, p. 14) salienta que “a expectativa de encontrar nas densas florestas uma espécie de ‘cópia do paraíso’, com abundância do tão cobiçado ouro, instigou a concorrência dos europeus na ocupação deste espaço peculiar”.

Durante muito tempo, o rio Amazonas e seus tributários, constituíram ambientes privilegiados para a ocupação dos colonizadores através de núcleos de povoamentos e pequenas vilas. Como a história testemunha, foi pelo rio, onde se fixaram os primeiros colonizadores, que se garantiu a conquista da região. Assim, “na dificuldade de ocupação efetiva da terra pela escassez demográfica do próprio colonizador, o controle das águas foi decisivo” (GONÇALVES, 2001, p. 94).

O rio Amazonas tornou-se conhecido aos europeus a partir da viagem do militar espanhol Francisco Orellana (1540-1542). “Ele desceu o sistema fluvial amazônico de Quito, no atual Equador até Belém do Pará. Mas já antes, por volta de 1500, outros navegadores espanhóis tomaram conhecimento do delta do Amazonas e da ilha do Marajó” (ARENZ, 2000, p. 14). Apesar dos espanhóis terem sido os primeiros europeus a conhecer todo o curso do rio Amazonas, foram os franceses, holandeses e ingleses, que a partir de 1580 começaram a se estabelecer em entrepostos comerciais na região do Médio Amazonas (ARENZ, 2000).

A conquista territorial, no entanto, ficou sob controle do Estado Português que logo procurou ampliar sua área de influências na conquista do “Novo Mundo” (que não era tão novo como se pensava) tomando a sério a conquista da Amazônia.

[...] em fins do século dezesseis Portugal tomou novo interesse por suas possessões no Novo Mundo, principalmente quando a cana de açúcar, plantada na rica terra vermelha da costa Nordeste do Brasil, começou a produzir riqueza igual à que lhe proporcionava o Oriente (WAGLEY, 1988, p. 64).

A separação das Coroas Portuguesa e Espanhola foi decisiva nos rumos da colonização da Amazônia. A ocupação portuguesa do rio Amazonas se faz, inicialmente, visando expulsar os impérios, deserdados no Tratado de Tordesilhas que procuravam se instalar nas margens setentrionais do grande rio (Amazonas) perto de sua embocadura. Para isso tiveram que travar lutas e construir fortificações. Em 1616 os franceses foram expulsos de São Luiz e os portugueses estabeleceram-se numa ponta de terra proeminente da Baía Guajará num “presépio”, ou seja, num Forte de madeira. Sob a aparência humilde escondeu-se um projeto ambicioso o que prova pelo nome dado ao local: Feliz Lusitânia, e Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará. O objetivo inicial dos portugueses era *‘limpar’ a área, e especialmente as fronteiras, dos outros europeus interessados na sua exploração e assumir, politicamente, a direção da ocupação do território* (SILVA, 1996, p. 23). O controle geopolítico da foz da Bacia por meio da cidade de Belém foi decisivo para o domínio da região por Portugal.

O domínio português sobre a região esteve atrelado a um conjunto de medidas políticas tomadas pela Coroa portuguesa que foram determinantes nos novos rumos da primeira fase de colonização a partir de 1616, com a fundação de Belém. Arenz (2000) nos apresenta algumas destas medidas políticas:

[...] em 1621, foi instituído o *Estado do Maranhão e Grão-Pará*, com a infraestrutura básica para a colonização sistemática para a Amazônia. [...] A partir de 1632, foram criadas sucessivamente as primeiras quatro *capitanias donatárias* [do **Caeté**, no litoral paraense; **de Cameté**, no Baixo-Tocantins; **de Gurupá**, no Baixo Amazonas; **do Cabo do Norte**, abrangendo toda margem setentrional do rio Amazonas] ressaltando assim a importância dos novos núcleos populacionais e estratégicos no espaço recém-conquistado (p. 190).

Vale lembrar, como faz Maués (1999), que na época colonial a Amazônia não fazia parte do chamado Estado do Brasil que se estendia do Ceará ao Sul, mas sim pertencia a uma Colônia que se subordinava diretamente à Lisboa – o Estado do Maranhão e Grão-Pará com capital em São Luiz. Durante esse período a principal atividade econômica de interesse dos portugueses na região era a coleta das chamadas *drogas do sertão*, isto é, especiarias

encontradas na floresta de considerável valor comercial na época, como canela, cravo, baunilha, cacau e outras.

A partir que, os franceses foram e holandeses foram expulsos, tem-se então uma segunda fase do processo de ocupação da Amazônia que consistiu na exploração econômica da região. Segundo Ribeiro (1995), quando os portugueses perceberam o valor comercial das especiarias assim obtidas (substitutivas das que Portugal trazia das Índias) um esforço deliberado se empreendeu para racionalizar e ampliar o negócio. Como a única forma factível de obter maior produção constituía a escravização dos índios para os compelir a um trabalho regular, isso foi feito. A maior dificuldade, porém, estava na contingência inevitável de deixar os índios soltos, para juntar as cobiçadas especiarias que crescem, ao acaso, na mata infinita. A solução consistiu em escravizar aldeias inteiras, mantendo as mulheres e as crianças praticamente como reféns, enquanto os homens trabalhavam nas expedições que batiam a floresta (RIBEIRO, 1995). Instaurava-se assim o conhecido processo de aldeamento.

Segundo Wagley (1988, p. 57), após a fase inicial de conquistas, “os missionários, principalmente os jesuítas, logo estabeleceram *aldeamentos* em pontos estratégicos ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes para os quais atraíram índios de várias tribos”. Nesse contexto, reitera Loureiro (2001, p. 291), “levas de índios foram transportadas para as aldeias das missões, onde a vida passava a ser regulada por normas estabelecida pelos missionários e onde se falava e ensinava a *Língua Geral*, uma forma modificada de Tupi-Guarani”. Nas missões os índios aprenderiam o catecismo e os rituais da Igreja Católica, além de novas artes manuais e os costumes do “*Velho Mundo*”, pois eram considerados “aculturados”. Wagley (1988, p. 57), afirma que num “prazo relativamente curto milhares de índios [...] transformava-se em ‘índios jesuítas’ que viviam segundo os preceitos instituídos pelos padres jesuítas abandonando seus padrões culturais aborígenes”.

Assim, o dogma cristão e o cerimonial católico cedo substituíram sua religião nativa embora, algumas crenças e práticas nativas sobrevivessem junto com a nova religião. Ao passo em que os índios eram destribalizados e aldeados, iniciava-se a destruição da floresta pelos colonos em busca de especiarias (drogas do sertão) destinadas ao mercado europeu. A riqueza da fauna e da flora, das florestas e dos rios dá ensejo a um diversificado sistema de caça, coleta e pesca capturado pela (e para a) administração colonial e pelas (e para as) ordens religiosas. De acordo com Gonçalves (2001) “tem início o (des)envolvimento da Amazônia e uma valorização seletiva de seus recursos naturais, tendo em vista as injunções do mercado europeu” (p. 81). O trabalho indígena se fará determinante no desenvolvimento do projeto mercantilista português.

Nesse período, a população nativa esteve sob o signo da *cruz* e da *espada*, usando os termos de Gonçalves (2001). A *cruz* representada pelo regime estritamente paternal dos jesuítas através do processo de *catequização* (ou dominação) da população nativa sob o signo da igreja católica; e a *espada* traduzida pelo *uso da força* comandada pelas expedições militares que visava assegurar o controle do território e manter os índios sob o sistema escravista. A mesma cruz que abria os braços anunciando a liberdade fechava os pulsos da opressão. Buscava-se “ocupar as almas enquanto se ocupava a terra”, salienta Loureiro (2001, p. 293). Assim, aliado ao caráter disperso do povoamento indígena ao longo dos rios, o colonizador português vinculou a igreja à sua política de domínio territorial, conforme sugere Witkoski (2007) ao se referir às sociedades ameríndias que habitavam a várzea amazônica nesse período:

[...] a posse e a conquista da Amazônia pelos europeus, em geral, e pelos portugueses, em particular, foram executadas com o **arcabuz e a cruz. Ora mais profana, ora mais sagrada**, do contato antagônico entre civilização europeia e os ameríndios resultará, de um modo ou de outro, nos etnocídio dos *índios das águas*; partes dessas populações foram amansadas e incorporadas ao projeto de posse e conquista português; partes fugiram para as terras mais inacessíveis, o ambiente de terra-firme; os que não foram amansados fugiram ou foram dizimados sem dó nem piedade – “apesar” da cruz (WITKOSKI, 2007, p. 28, grifo nosso).

De acordo com Arenz (2000), o processo de aldeamento que caracterizou a posse e conquista da Amazônia, abrange a segunda metade do século XVII até o final do século XVIII (1653 à 1759), marcada pela intensificação da luta interna da minoria branca colonizadora em torno da maioria indígena colonizada.

Inicialmente visando reunir um maior número possível de índios, os colonizadores, aliados aos missionários, iniciam uma série de expedições comandadas pelas *Tropas de Resgate* que iam buscar índios longe das povoações “brancas” rio acima para os aldeamentos. Assim, de acordo com Ribeiro (1995), instala-se um processo de recrutamento para fazer, baixar pela **persuasão** (cruz) ou pela **força** (espada), malocas inteiras refugiadas em terra-firme e nos altos cursos dos rios para os aldeamentos.

Segundo Maués (1999), “pensando nos índios como ‘gentios’ (isto é, pagãos), nômades e bárbaros, os missionários procuravam **descê-los** para os aldeamentos próximos às povoações portuguesas [aldeamentos] e educá-los dentro dos padrões que consideravam como ‘cristãos e civilizados’” (p. 62, *grifo nosso*). Nesse contexto, definha-se o processo de *descimento* que consistiu na transferência de tribos indígenas de suas áreas de ocupação tradicional (às vezes distantes da várzea) para os aldeamentos (geralmente próximo aos rios)

onde eram submetidos às novas condições de trabalho no convívio com outros índios de outros troncos linguísticos.

O convívio forçado nos aldeamentos se efetivou

[...] incorporando gente de diferentes tribos, de línguas e costumes diversos, submetidos todos à mó civilizadora do trabalho extrativista, do serviço obrigatório nas obras públicas – construção de fortificações, portos, edifícios administrativos, casas senhoriais –, bem como das lavouras de subsistência dos próprios aldeamentos e da edificação de igrejas e conventos (RIBEIRO, 1995, p. 310).

A disciplina imposta por esses trabalhos e as condições de convívio entre índios de diferentes matrizes nos aldeamentos impuseram a *homogeneização linguística* e o *enquadramento cultural compulsório* do indígena no corpo de crenças e nos modos de vida dos seus cativadores, isto é, dos colonizadores. Sob essas compulsões é que se *tupinizaram* as populações aborígenes da Amazônia, em sua maioria pertencentes a diferentes etnias que passaram a falar a língua geral aprendida não como um idioma indígena, mas como a fala da civilização, como ocorria com quase toda a população brasileira (RIBEIRO, 1995).

De acordo com Weinstein (1993)

[...] esse método de “recrutamento” de mão-de-obra, embora eficiente a curto prazo, teve finalmente um impacto catastrófico sobre a população Amazônica. Dizimadas anteriormente pela varíola e por outras moléstias europeias, a maioria das tribos foram virtualmente exterminadas pelos efeitos combinados da guerra e da escravização. Em consequência as expedições escravizadoras tiveram de avançar cada vez mais longe, rio acima, em busca de novos trabalhadores, e enfrentaram níveis de resistência cada vez mais altos por parte dos grupos nativos, muitos dos quais, de início, haviam colaborado com os portugueses (WEINSTEIN, 1993, p. 26).

Nesse aspecto o historiador Antonio Porro (1995) chama atenção para o fato de que o fenômeno de *descimento* provocou um **despovoamento maciço** e um consequente processo de **repopoamento parcial** em algumas áreas situadas no vale Amazônico. De acordo com este autor, o *despovoamento maciço* consistiu na fuga dos habitantes tradicionais da várzea em função do processo de escravização a que foram submetidos nos aldeamentos. Além disso, o despovoamento também se deu em função das epidemias trazidas pelo branco. O *repopoamento parcial* por sua vez surge como resultado da inserção de tribos indígenas resgatadas pela força militar em áreas distantes da várzea. Em relação ao primeiro processo (*despovoamento maciço*), Porro (1996, p. 112) assinala que, “a inexistência de zonas de refúgio dentro do ecossistema da várzea impediu a sobrevivência de qualquer grupo indígena enquanto tal”. Desse modo,

[...] os que não foram dizimados pelas epidemias e pelos descimentos abandonaram a várzea, subindo os rios e embrenhando-se pela terra-firme; em ambos os casos iriam encontrar condições desfavoráveis á manutenção de sua integridade sociocultural até serem definitivamente alcançados e absorvidos pela sociedade colonial (PORRO, 1995, p. 112).

Ainda de acordo com Porro (1995), o resultado destes fenômenos – o *despovoamento maciço* e o conseqüente *repopoamento parcial* – resultou em dois processos:

[1] o desaparecimento dos padrões adaptativos [...] da população original, que não chegavam a se reconstituir, a não ser parcialmente ... [2] a formação de um extrato que chamaremos *neo-indígena* inserido na sociedade colonial e marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e inter-étnica (PORRO, 1995, p. 38).

É aqui que a questão merece destaque, pois, segundo Ribeiro (1995), Porro (1995) e Arenz (2000; 2003), o surgimento da sociedade ribeirinha da Amazônia deve-se ao grande medida ao processo de homogeneização compulsória nos aldeamentos missionários entre os séculos XVII e XVIII. Ou seja, “nesse processo é que se constituiu o estrato *neo-indígena* da população ribeirinha, constantemente renovado por novos descimentos devido à elevada mortalidade, à crescente demanda de braços e à própria filosofia das reduções religiosas” (PORRO, 1995, p. 14).

De acordo com Ribeiro, (1995), através do contato inter-étnico e inter-tribal nos aldeamentos,

[...] foi surgindo uma população nova, herdeira da cultura tribal no que ela tinha de fórmula adaptativa à floresta tropical. Falava uma língua indígena, muito embora esta se difundisse como a língua da civilização, aprendida de brancos e mestiços. Identificava as plantas e os bichos da mata, as águas e as formas de vida aquática, os duendes e as visagens, segundo conceitos e termos das culturas originais. Provia sua subsistência através de roçados de mandioca, de milho e de algumas dezenas de outras culturas tropicais, também herdadas dos índios (...). Ainda como os índios comia, dormia, vivia, enfim, no mundo de florestas e águas em que se ia instalando. Como os índios, finalmente, localizava e coletava na mata as especiarias cujo valor comercial tornava viável a ocupação neobrasileira da Amazônia e a vincularia à economia internacional (RIBEIRO, 1995, p. 311-12).

Isso significa que os indígenas aldeados não se submeteram por completo ao sistema imposto pelos jesuítas. “Ao contrario, houve também espaço para que criassem, a partir do seu próprio imaginário, uma cultura indígena de caráter *genérico* não mais especificamente tribal”, conforme sugere Arenz, (2000, p. 32). Este é o exemplo de uma religiosidade popular *pouco ortodoxa* – para usar os termos de Ribeiro (1995) – baseada, por exemplo, em uma “crença popular de *colcha de retalhos*, fundada no sincretismo da pajelança indígena com um vago culto de santos e datas do calendário religioso católico” (RIBEIRO, 1995, p. 312).

Essa população nova, denominada por Porro (1995) e Ribeiro (1995) de “índio genérico”, que resulta do processo de aldeamento, espalhou-se principalmente pelas margens dos rios constituindo um modo de vida ribeirinho. Conforme expõe Arenz (2000, p. 24), “dessa nova população descende o ribeirinho ameríndio atual”. Ou seja,

Os índios, resgatados e descidos, disputados entre missionários e colonos, seriam a base para o surgimento dos ribeirinhos Amazônicos. Especialmente nos aldeamentos dos religiosos, formou-se – dentro da complexidade do processo aculturador – uma cultura específica que os marca até hoje (ARENZ, 2003, p. 35).

O processo de aldeamento marcou de forma significativa a história de ocupação humana na várzea amazônica pelas sociedades ribeirinhas a partir do final do século XVII. Isso equivale a reconhecer que assim como outras populações rurais da Amazônia, as populações ribeirinhas também.

[...] originaram-se principalmente das missões jesuíticas, que, confinando índios tirados de diferentes tribos, inviabilizavam as suas culturas de origem e lhes impunham uma língua franca, o tupi, tomado dos primeiros grupos indígenas que eles catequizaram um século antes em regiões longínquas [...]. No curso de um processo de transfiguração étnica, eles [índios tribais] se converteram em índios genéricos, sem língua nem cultura próprias, e sem identidade cultural específica. A eles se juntaram, mais tarde, grandes massas de mestiços, gestados por brancos e mulheres indígenas, que também não sendo índios nem chegando a serem europeus, e falando o tupi, se dissolveram na condição de caboclos (RIBEIRO, 1995, p. 317).

Vale notar nesse aspecto, que a introdução de novas características culturais trazidas pelos colonizadores, não impede, conforme as colocações de Arenz (2000; 2003), que a população ribeirinha *neo-indígena* assimile uma série de técnicas essenciais ao ecossistema fluvial, assim como seus antepassados – os ameríndios.

Assim como em outras áreas ribeirinhas da Amazônia que estiveram sob o regime de aldeamento, também nas comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba esse processo se fez presente. De acordo com Hiraoka (1993), os primeiros europeus a chegarem às margens dos rios hoje ocupados por ribeirinhos foram os missionários Capuchinhos e Jesuítas que reuniram a população nativa nas missões a fim de extrair produtos florestais como o cacau, salsaparrilha, e outros itens genericamente chamados de *drogas do sertão*. Assim, ao longo de todo período colonial o trabalho dos primeiros moradores das margens dos rios em entorno das ilhas de Abaetetuba foi fundamental no desenvolvimento da economia baseada nas drogas do sertão, na agricultura de gêneros locais, além da cana-de-açúcar.

A navegação pelos rios, aliada a presença de sacerdotes católicos, sustentáculos do poder real daquela época, contribuiu para que as distâncias fossem vencidas e para que a cultura europeia se estabelecesse. Segundo Machado (2008), o trabalho dos padres portugueses principalmente dos jesuítas foi considerado crucial por haver lançado as bases sobre as quais se apoia a história do município de Abaetetuba, em especial das comunidades ribeirinhas das ilhas. O catolicismo, enquanto manifestação cultural introduzida pelo colonizador modificou o cotidiano, o espaço e o tempo nas áreas ribeirinhas da Amazônia na

medida em que influenciou os costumes, as crenças, os hábitos, enfim os valores culturais do mundo indígena.

O poder dos missionários nos aldeamentos perdura pelo menos até a abolição definitiva dos privilégios a eles concedidos (1759). Neste caso, a política pombalina aparece como marco de um conjunto de transformação que eliminaria de vez a influência dos religiosos sobre a nova sociedade indígena que descende dos aldeamentos.

A partir de 1750, já no contexto da chamada “era pombalina”, a política portuguesa para a Amazônia sofre profundas alterações que irão ter influências diretas nas condições de vida das populações ribeirinhas. Procurando diminuir a influência dos religiosos, tanto sobre a economia regional quanto sobre a mão-de-obra indígena, Marquês de Pombal introduziu a partir de 1750 uma política de centralização estatal como o propósito de consolidar o domínio português no vasto território conquistado. O estabelecimento destas políticas irá alterar de forma significativa o quadro social, econômico e político na Amazônia. A primeira medida tomada por Pombal foi a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, tendo como centro de decisões políticas a cidade de Belém, em substituição ao Estado do Maranhão e Grão-Pará que tinha como sede São Luís. Nesse período, Pombal incentivou a migração de colonos portugueses para ocupar definitivamente a imensidão amazônica e estabelecer processos de trocas culturais com os índios.

Do conjunto de medidas elaboradas e/ou implementadas durante o período pombalino (1750-1777), foi à criação do *Diretório dos índios* a que teve maior impacto em relação ao modo de vida das sociedades indígenas que habitavam os rios e igarapés da Amazônia naquele período. O Alvará régio, de 6 de julho de 1755, Marquês de Pombal, declarou os índios dos antigos aldeamentos “livres”, porém sob condição de se incorporarem a sociedade colonial (MAUÉS, 1999). Para eliminar o *sistema de aldeamento* foi criado o *sistema de Diretório* (1757). Tal medida eliminou de vez o poder dos jesuítas que foram expulsos compulsoriamente a partir do ano de 1759.

Justamente para integrar melhor o número de índios aldeados pelos jesuítas e já formados por eles dentro dos moldes ocidentais, o então Governador Mendonça Furtado, nomeado por Marques de Pombal, decretou, com base na lei de 1755, a miscigenação dos colonos com os descendentes das missões, onde encontravam-se em grande maioria os povos ribeirinhos.

[...] o objetivo principal era a incorporação definitiva – que dizer biológica – desses *índios genéricos* à sociedade colonial para constituírem uma população leal, portadora do projeto mercantilista e garantidora das fronteiras ainda abertas da Amazônia (ARENZ, 2000, p. 40).

Nesse sentido, Gusmán (2006) ressalta que no período de 1751 a 1759 foram criadas ações de promoção e favorecimento de uma política sistemática de casamento entre portugueses e mulheres indígenas de diversas etnias na região amazônica.

[...] em 1755 foi editado em Lisboa o alvará real que incitava os europeus de ambos os sexos, provenientes de metrópoles e da colônia, a casarem-se com os nativos americanos. Este documento afirmava que os casamentos guardavam, sobretudo, a finalidade de “concorrer muito à comunicação com índios” para que os domínios portugueses da América se povoassem (GUSMÁN, 2006, p. 74, grifo do autor).

Sobre isso Ribeiro (1995) acrescenta que independentemente dessa política oficial a mestiçagem vinha-se fazendo desde os primeiros tempos da colonização. “A novidade consistia, para o português, em tomar uma das índias semicativas como esposa oficial, diferenciando os filhos desta como seus herdeiros em detrimento do conjunto dos que gerava” (RIBEIRO, 1995, p. 314). Assim sendo, de acordo com Gusmán (2006), a regulamentação política e o estímulo para que se realizassem casamentos inter-raciais encontra-se no *Diretório dos índios* (1757). Neste documento a coroa portuguesa afirmava que

[...] para extinguir a “odiosa e abominável” separação de índios e branco fomentassem os diretores os casamentos de uns e outros, por não haver nisso má fama. Castigassem os que depois de casados, desprezassem os maridos ou as suas mulheres por serem nativos, por “concorrer neles a qualidade de índios” (GUSMÁN, 2006, p. 74).

Assim sendo, pode-se dizer, em consonância com Arenz (2000), que o *Diretório dos índios*, enquanto projeto político de Pombal,

[...] pretendeu, como lei imposta, transformar as relações sociais já existentes e precárias entre os aldeamentos enquanto núcleos indígenas “civilizados” e a sociedade colonial civil. O objetivo era a sujeição completa da população aldeada não permitindo nenhuma autonomia social ou diferença cultural (ARENZ, 2000, p. 40).

Pode-se dizer que as ações políticas que visavam liberar os índios das missões jesuíticas, integrando-os como ‘iguais’ e até com certos privilégios na comunidade colonial, representou enorme logro. Na realidade, a política pombalina somente lança os índios nominalmente “livres” numa condição generalizada de cativo mais grave que o anterior, conforme enuncia Ribeiro (1995):

[...] a situação desses índios arrendados era pior que a dos escravos tidos pelo senhor a título próprio, uma vez que estes, sendo um capital humano que se comprara com bom dinheiro, devia ser zelado, pelo menos para preservar seu valor venal; enquanto o índio arrendado, não custando senão o preço de seu arrendamento, daria tanto mais lucro quanto menos comesse e quanto mais rapidamente realizasse as tarefas para que era alugado (RIBEIRO, 1995, p. 105).

Esse desgaste humano do trabalhado cativo constitui-se, de acordo com este autor, numa forma terrível de genocídio imposta a mais de um milhão de índios. Sendo assim,

[...] a tão propalada liberdade dos índios de fato só existia para aqueles que conseguiam ficar longe das povoações portuguesas. Os antigos índios aldeados pelos missionários, agora sujeitos ao regime do Diretório, eram obrigados a trabalhar para os portugueses, a troco de ínfimas remunerações que muitas vezes eram embolsadas pelos diretores das vilas e povoações: eles permaneciam, portanto, em regime de semi-escravidão (MAUÉS, 1999, p. 65).

Dessa forma, ao invés de serem integrados à sociedade colonial, o *Diretório* pôs disfarçadamente nas costas dos *tapuios*, ou seja, dos *índios genéricos*, todo o peso da recuperação econômica da Amazônia. “Eles não tiveram outra chance além de ficar ao lado dos colonizadores, desde que, já não tinham mais o espaço de relativa autonomia dos aldeamentos” (ARENZ, 2000, p. 40).

Conforme exposto por Maués (1999), o *Diretório* foi extinto pela Carta Régia de Maio de 1798, que explicitamente visava integrar os índios à sociedade colonial “igualando-os” aos colonos portugueses, e, ao mesmo tempo, organizando-o e regulamentando-o as relações de trabalho entre índios e “civilizados”. Quanto ao destino dos *tapuios*, Arenz (2000, p. 42) assinala que:

[...] em vez de permanecerem nas vilas como lugar social projetado – sob tutela de um diretor branco – os *tapuios* espalharam-se ao **longo das beiradas dos rios** ou estabeleceram-se a uma certa distância das recém proclamadas vilas, lugares ocupados até hoje por seus descendentes, os ribeirinhos (grifo nosso).

Conforme sustenta esse mesmo autor, a submissão imposta nos aldeamentos e nos diretórios não deixou de representar por parte das sociedades ribeirinhas *neo-indígenas* a construção de um espaço sociocultural autônomo. Um dos exemplos disso pode ser vislumbrado no contexto da própria luta do movimento da cabanagem no Pará registrado oficialmente entre os anos de 1835-1840 onde os chamados “cabanos”, em sua maioria *tapuios* e escravos negros rebelaram-se contra as condições políticas de sua época mostrando a capacidade de reação e organização política das camadas populares, há séculos subjugada pelo projeto mercantilista português. Como se sabe, entre os principais protagonistas desse levante estavam os moradores das beiradas identificados como ribeirinhos.

Portanto, dos aldeamentos aos diretórios as população ribeirinhas da Amazônia representadas pelos chamados *índios das águas* tiveram seus padrões culturais profundamente alterados. O processo de mistura inter-étnica nos aldeamentos resultou no surgimento dos

“*índios genéricos*” – parafraseando Porro (1995) – que mais tarde foram integrados definitivamente à população colonial. Convém assinalar, a propósito das observações de Arenz (2000), que tanto na fase dos *aldeamentos* quanto na fase do *Diretório* os moradores das margens dos rios e igarapés da Amazônia sempre foram tratados como “assunto de Estado”, pois “nos aldeamentos dirigidos pelos religiosos e, depois disso, nas vilas sob o comando dos diretores pretendia-se criar uma população integrada ao projeto econômico capitalista e submissa aos colonizadores” (ARENZ, 2000, p. 42).

Nesse sentido, vislumbra-se que.

A população ribeirinha está marcada étnica e culturalmente por um relacionamento assimétrico entre os colonizadores e os povos indígenas. Mesmo sendo aceito como mão-de-obra dentro do conjunto da sociedade colonial envolvente experimentaram uma forte discriminação devido sua origem ameríndia. Até hoje esse fato impediu a auto-identificação com um grupo social com raízes históricas e étnicas no contexto macroestrutural da sociedade envolvente (ARENZ, 2003, p. 33-34).

Ressalta-se que uma das marcas desse processo, compreendendo os dois primeiros séculos de ocupação, foi à exploração das populações que habitavam as margens dos rios da Amazônia. No entanto, conforme expõe o autor acima citado,

[...] os ribeirinhos conseguiram resistir a uma colonização total resgatando os eixos principais das culturas de seus antepassados indígenas, tanto em termos econômicos, (integração à natureza, extrativismo vegetal) e sociais (vivência autônoma em pequenas comunidades) quanto em religiosos (práticas de pajelança como expressão de sua cosmovisão própria). A língua portuguesa e a religião católica são “pontes” para o mundo dos brancos, mas não determinam e nem expressam, por completo, a autonomia social e cultural dos ribeirinhos (ARENZ, 2000, p. 12).

Essa resistência ribeirinha, de que se refere este autor, foi capaz de atravessar diferentes fases de exploração econômica protagonizadas por agentes econômicos que apenas viram a região como fonte de recursos naturais. O processo de colonização da Amazônia e de exploração das riquezas naturais da região prosseguiu com o extrativismo da borracha que alcançou seu apogeu nos primeiros anos do século XX. Nesse período a borracha teve um papel fundamental no processo de ocupação da várzea amazônica pelos ribeirinhos reunindo dois modos culturais distintos: os *caboclos* e os *sertanejos* do Nordeste brasileiro.

### 2.3 O EXTRATIVISMO DA BORRACHA E A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA (1877-1945)

O período que compreendeu os dois ciclos da borracha na Amazônia (entre o final do século XIX e meados do Século XX) é também considerado como um importante período que marcou a consolidação da cultura dos povos ribeirinhos em grande parte das áreas sob

influência dos rios e igarapés da Amazônia. A partir da segunda metade do século XIX, com a crescente procura pela borracha no mercado mundial, deu-se início a uma fase de grande prosperidade econômica na região que tinha como base o extrativismo de um líquido leitoso e viscoso retirado da seringueira amazônica (*hevea brasiliensis*). O desenvolvimento da indústria europeia e norte-americana de automotores transforma a borracha dos seringais da Amazônia em matéria-prima industrial de enorme procura, dobrando e mais que triplicando seu preço. Sendo suas terras o habitat natural da *hevea brasiliensis*, a Amazônia, na qualidade de único fornecedor naquele período, transforma toda a sua economia no esforço de atender à solicitação maciça do mercado externo. Na busca do *ouro negro* a população, concentrada nas margens dos rios, dispersava-se pelo Vale inteiro, subindo os altos cursos, até então inatingidos à procura das concentrações de seringueiras na floresta.

Nessa época, a política econômica e social tinha como base o trabalho livre, favorecido pela migração e pela mão-de-obra barata e “flexível”. É nesse contexto que aparece a figura do migrante nordestino, especialmente o sertanejo que, fugindo da seca que atravessava o sertão do nordeste do Brasil entre os anos de 1877-1879, lançaram-se em busca de melhores condições de vida na Amazônia. Com a estagnação da economia da borracha a partir de 1912, muitos sertanejos, empobrecidos nos seringais e sem escolha, não conseguiram voltar à terra de onde saíram pretendendo um dia retornar e ajudar seus familiares, empobrecidos mais ainda por causa da seca, e acabaram ficando na Amazônia onde passaram a adaptar-se aos condicionamentos do novo meio sendo obrigados à incorporar-se ao modo de vida regional em particular ao modo de vida ribeirinho, processo este conjugado por contradições, abandonos e muita pobreza, conforme retratam os estudos de Tocantins (1961), Weinstein (1993), Ribeiro (1995), Silva (2000), Witkoski (2007), dentre outros. Destacaremos a seguir alguns aspectos históricos que fizeram parte desse processo.

Weinstein (1993) comenta que de 1877 em diante a exploração dos seringais amazônicos exigiu grande contingentes de mão-de-obra que era relativamente escassa em relação à demanda que exigia para extração do látex no meio da floresta. Dessa maneira, ao esforço da produção do látex, tornou-se imprescindível acrescentar uma questão prévia, observada por Witkoski (2007, p. 94), qual seja: o “aliciamento intenso de força de trabalho capaz de azeitar o empreendimento nas duras condições de trabalho nos seringais”. A coincidência entre o surto extrativo da borracha na Amazônia, a partir da década de 1870, e a grande seca do Nordeste brasileiro, entre os anos 1877-1879, que ali ocasionara mais de 100 mil mortes (SILVA, 2000), propiciou circunstâncias favoráveis à vinda de grandes

contingentes de nordestinos que passariam a integrar-se aos amazônidas na extração da borracha, como ressalta Weinstein (1993),

[...] em 1887, os preços da borracha começaram a subir rapidamente, estimulando o deslocamento na direção de novas zonas de seringueiras e a rápida expansão da rede comercial do Pará [...]. Quase simultaneamente uma grande seca no Nordeste do Brasil deslocou milhares de retirantes miseráveis para a Amazônia, onde os setores extrativo e agrícola precisavam desesperadamente de sua mão-de-obra. Com trabalhadores disponíveis em maior número do que a economia poderia finalmente absorver, e com os preços da borracha em ascensão, a Amazônia estava no limiar do período mais pujante de sua história (WEINSTEIN, 1993, p. 88).

O surgimento da extração da borracha na Amazônia transformou-se em grande polo de atração para as populações de outras regiões do Brasil, especialmente para as populações rurais do Nordeste. Segundo Lima (1973) em 1877 saíram só do estado do Ceará, rumo à Amazônia, mais de 4.000 pessoas, cujo número elevou-se para 15.000 no ano seguinte e não mais parou a onda povoadora.

Diante dessas circunstâncias, aos poucos a floresta foi sendo ocupada. Multidões de nordestinos chegam a todo o momento para trabalhar nos seringais. “Com destino aos altos rios partiam os gaiolas carregados de mercadorias e gêneros, regressando com os porões repletos de *ouro negro* de melhor qualidade produzida na Amazônia” (TOCANTINS, 1961, p. 148). Com isso, tem-se então a partir de 1987 na Amazônia um dos maiores movimentos demográficos registrados no Brasil continuando o afluxo nos anos seguintes. Estima-se que cerca de quinhentos mil (5000.000) nordestinos chegaram à Amazônia nesse período (WEINSTEIN, 1993; TOCANTINS, 1961; RIBEIRO, 1995; SILVA, 2000). A Tabela 1 mostra os números da migração que refletiam esse processo.

Tabela 1 - População do Pará e da Amazônia brasileira entre os anos de 1840-1910

Ano	Pará	Amazônia brasileira	Ano	Pará	Amazônia brasileira
1840	109.960	129.530	1822	274.883	389.997
1850	165.934	200.321	1890	328.455	476.360
1860	232.063	278.250	1900	445.356	695. 112
1872	275. 237	322.909	1910	783.845	1.217.024

Fonte: WEINSTEIN (1993).

De acordo com Silva (2000), nesse primeiro momento os nordestinos não foram para o interior da floresta devido ao ataque dos indígenas, que era constante, e também pelo isolamento, pois era mais difícil entrar na floresta devido à família ser na maioria das vezes muito numerosa. Dessa forma, as famílias nordestinas recém-chegadas estabeleceram-se predominantemente nas margens dos rios. Lá vinha a barraca de paxiúba, paredes e cobertura de palhas, onde os nordestinos construía morada e depósito para seus ranchos e demais pertences, necessários aos primeiros meses na floresta.

Segundo Tocantins (1982), o povoamento se deu primeiramente nas cercanias de Belém e no Baixo-Tocantins principalmente nos municípios banhados pela Bacia do Tocantins, como Abaetetuba, Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba, Baião, dentre outros. A procura mais persistente da seringueira forçou as levadas humanas a descerem o rio Tocantins e penetrarem na região de Breves e Anajás, na Ilha de Marajó (PA). Nesse contexto a ocupação dos seringais obedeceu assim aos caprichos da geografia da seringueira,

[...] por onde a planta existia lá estava o homem à sua cata [...]. Subindo o Amazonas foram procurar [...] afluentes que apresentassem as condições de presença da árvore de leite, capazes de oferecer produção rendosa. Até que, remontando o Purus e o Juruá, chegaram ao Acre, o verdadeiro eldorado da borracha (TOCANTINS, 1961, p. 196).

Nesse processo, os seringueiros “foram-se desbravando as matas, seguindo os cursos naturais dos rios, que reclamavam pela direção geográfica de seus cursos a posse do Brasil, naqueles sítios ermos e desconhecidos”, complementa Tocantins (1969, p. 148). “E por traz de tudo isso, a supervalorização do produto em virtude dos apelos da Europa e dos Estados Unidos” (TOCANTINS, 1982, p. 105).

Segundo Wagley (1988), os trabalhadores inexperientes trazidos do Nordeste brasileiro não tinham a prática dos amazônidas no conhecimento necessário à exploração da borracha. Por isso o papel do *caboclo* foi de fundamental importância na integração ao trabalho, assim como no disciplinamento dos recém-chegados. Atentando-se para esse aspecto Ribeiro (1995) argumenta que:

[...] em cada seringal, um grupo de caboclos amazônicos exercia as funções de mestres que desasnaram os recém-chegados, os “brabos”. Ensinavam a identificar a seringueira, a sangrá-la diariamente sem afetar-lhe a vida, a colher o látex e a defumá-lo cuidadosamente para formar as bolas de borracha (RIBEIRO, 1995, p. 324).

O papel de mestre, de que fala este autor, traduz o conhecimento *autóctone* herdado dos povos indígenas e fortemente ligado ao movimento cíclico da natureza, sobretudo do ambiente da várzea com os quais se relacionavam.

A partir de 1910 aos poucos desmoronaria toda a estrutura econômica da Amazônia, e desapareceria o otimismo e a ostentação dos anos de prosperidade. As casas comerciais de Belém e Manaus arruinaram-se como colapso financeiro de 1912 e uma série sucessiva de crises financeira atingiram os comerciantes e seus seringueiros. A queda dos preços no mercado europeu, principal consumidor da borracha da Amazônia, trouxe como consequência a diminuição da produção regional que outrora assegurou os tempos de prosperidade econômica.

Assim, “desfez-se a ilusão” – para usar as palavras de Wagley (1988, p. 70) – e junto com ela uma série de acontecimentos que viriam ter impactos diretos nas condições de vida de milhares de nordestinos que trabalhavam nos seringais ao entorno dos rios. Com a crise apenas uma minoria de nordestinos conseguiram retornar ao sertão enquanto que a maioria, sem alternativa, permaneceu na Amazônia conformando mais um capítulo da história de ocupação da várzea tradicionalmente habitada por ribeirinhos. De acordo com Ribeiro (1995, p. 326), “uns poucos que se fizeram bons caçadores e pescadores amazônicos [...] alcançavam saldos que, de volta ao Nordeste, permitiam dar notícias de seu sucesso [...]. Os demais, que eram a imensa maioria, silenciavam seu fracasso”. Assim, “depois de gastar a população indígena do vale, o extrativismo vegetal desgastou também enormes contingentes nordestinos, sobretudo sertanejos” (RIBEIRO, 1995, p. 326).

Economicamente marginalizados, esses sertanejos se integraram nas formas de vida regional, sobretudo na integração a um antigo modo de viver essencialmente ribeirinho através das práticas secularizadas pelas sociedades indígenas, como a pesca com o arco e o arpão, a caça, a agricultura de subsistência etc.

De acordo com Ribeiro (1995), em algumas áreas mais tradicionais, onde ainda se falava a língua geral, como idioma básico de comunicação popular, os nordestinos passam também a falar o dialeto tupi, integram-se, igualmente, nas práticas da pajelança e nos temores aos fantasmas da mitologia indígena. “Tornavam-se, porém, arremedos de índios, porque não contavam com as motivações destes nem com sua capacidade de adaptação à floresta tropical” (RIBEIRO, 1995, p. 327).

Embora em um ritmo mais lento, a migração nordestina continuou após a crise da borracha. Por volta dos primeiros anos da década de 1940, com o reaquecimento da economia gomífera, registra-se um novo surto da migração nordestina em direção a Amazônia que iria consolidar de vez a união de nordestinos e Amazônidas.

O acontecimento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) inaugurou uma nova era no Vale Amazônico. Nesse período, um esforço conjunto dos governos brasileiro e americano

reaqueceu a produção da borracha. Isso se deveu, de acordo com Ribeiro (1995), ao fornecimento de borracha aos aliados que, em virtude dos ataques japoneses, se viram desprovidos da produção oriunda das plantações orientais. Nesse sentido, de acordo com Wagley (1988), os aliados voltaram-se desesperadamente para a região amazônica em busca de borracha natural, o que desencadeou uma campanha pelo aumento da produção gomífera.

O Governo Federal promoveu, então, como principal contribuição brasileira ao esforço de guerra, uma nova transladação de nordestinos à Amazônia. Estima-se que essa nova migração, que não deixa de ser forçada, tenha envolvido de 30 a 50 mil trabalhadores nordestinos (RIBEIRO, 1995). Nesse período (meados do século XX), aproveitando-se de uma temporada de seca que continuava no árido Nordeste, numerosos refugiados foram levados para o vale amazônico para engrossar a mão-de-obra na extração da borracha. De acordo com Silva (2000)

[...] onde tinha ocorrência de seringa a área era ocupada por seringueiros, não importando mais a distância e nem o ataque por parte dos indígenas, pois nessa época algumas aldeias já tinham sido dizimadas, principalmente as que ficavam próximas aos rios e igarapés (SILVA, 2000, p. 89).

Tendo papel fundamental no aliciamento de trabalhadores nordestinos, o Governo Federal não poupou esforços no sentido de sensibilizar a população brasileira no engajamento dessa “batalha” em “defesa” da pátria ameaçada. Silva (2000, p. 58), citando uma mensagem do Presidente Getúlio Vargas aos “soldados da borracha”, retirada do jornal “O Acre”, de Maio de 1943, apresenta-nos um breve exemplo desse engajamento:

[...] seringueiros: dediquei todas as energias à batalha da borracha. Precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna, pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzidos sem repouso colhendo o látex abundante das seringueiras do vale amazônico. Nas guerras modernas não fazem parte somente os soldados que estão nos campos de batalha, mas toda a nação: homens e mulheres, velhos e crianças. À voz desbravadores da Amazônia sois o mais importante soldados. Unidos veremos sibilhar a bandeira do Brasil.

Era através de apelos como estes que o então presidente Getúlio Vargas buscava atrair maior número possível de extratores para ingressar na “batalha da borracha”, invocando sentimentos patrióticos com uma intensa propaganda massificadora. Com efeito, sublinha Silva (2000), mobilizou-se verdadeiro exército de extratores, como se fosse realmente soldados indo para os campos de batalha em defesa da pátria, procedendo-se o alistamento e até a concessão de uniformes para aqueles que seriam os “soldados” que lutariam nas selvas amazônicas.

Porém, assim como aconteceu no contexto do primeiro ciclo da borracha, veio a decadência. Passada a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a demanda da borracha no comércio internacional foi reduzida bruscamente, a borracha sintética começou a concorrer mais fortemente com a borracha natural e os seringais cultivados não se renovavam nem aumentavam. A partir de 1950, a elite regional aos poucos abandonou os seringais e uma série de acontecimentos freou paulatinamente os lucros obtidos nos anos anteriores. O resultado desse processo para os migrantes nordestinos foi desastroso. Mais uma vez estes haveriam de enfrentar a pobreza e o descaso por parte do governo que tanto aliciou seu recrutamento.

Enriquecer e voltar à terra de seu berço era, de modo geral, as aspirações do migrante, sustenta Tocantins (1961, p. 198), o que não aconteceu. Dos direitos garantidos aos “soldados da borracha” pouca coisa foi cumprida. Com o descaso do governo, a maioria estava endividada e novamente esquecida nos seringais.

Diante desse contexto, expõe Silva (2000),

[...] muitos vieram para cidade em busca de trabalho e estudo para filhos e a maioria procurou as margens dos rios, lagos e igarapés e fixou residência definitiva, e paulatinamente, teve de readaptar seu modo de vida de tal forma que a atividade de extração do látex foi abandonada passando a adotar a atividade de pesca e da agricultura em pequena escala, principalmente na lavoura branca (p. 91, *grifo nosso*).

Desse modo, complementa Ribeiro, (1995, p. 326),

[...] aos poucos, a população volta a concentrar-se à margem dos grandes rios navegáveis, regredindo a uma economia de subsistência e a condições de miserabilidade mais aguda do que a dos sertões de onde havia fugido. E mais difícil que a dos índios, em virtude de suas necessidades de gente “civilizada”, que precisava vestir-se, curar as enfermidades com remédios comprados e suprir-se de artigos comerciais.

Sem as mínimas condições de trabalho nos seringais, tanto os sertanejo quanto o amazônida precisaram procurar outras formas de subsistência segundo as técnicas indígenas tradicionais para manter-se na floresta.

O resultado desse processo conjugou a união de dois modos culturais distintos, muito bem observados por Witkoski (2007) quando sublinha as seguintes palavras:

[...] na reunião dos sertanejos com os caboclos, encontra-se, na verdade, homens de dois mundos antagônicos – o homem do nordeste árido com o homem da Amazônia fluvial. [...]. Aqui se encontram dois modos culturais distintos, que se relacionam com seus respectivos meios, o sertanejo, que lidara toda sua vida com a falta de água, passará a trabalhar com a abundância de água jamais vista ou experimentada. Enfrentando o mundo das águas, desenvolverá formas novas de adaptação ao novo ecossistema. Abandonando os seringais falidos, o sertanejo acaboclado juntamente

com os caboclos adaptados pela longa história de vida na terra, na floresta e na água, passará a viver simultaneamente da roça e da criação animal, do extrativismo vegetal, (madeira, lenha, plantas medicinais, etc.) e animal, (caça e pesca) influenciado numa e noutra atividade, de modo decisivo, pelas técnicas dos primeiros habitantes e seus ancestrais – os ameríndios (WITKOSKI, 2007 p. 95).

Analisando para além das diversas formas de aculturação recíproca, o lado triste da história, descrito nas entrelinhas, consiste no reconhecimento de que esse processo nem sempre foi pacífico, pois significou (tanto para os nordestinos quanto para os ribeirinhos que aqui habitavam) abandonos, mudanças, adaptações, sofrimentos, descaso, miséria, mortes, em fim, muita mazela social, tudo em favor do afã da ambição alheia. Aí o capitalismo se fez presente mostrando sua voraz capacidade de destruição humana, neste caso, re-afirmando a exploração que desde o período colonial sempre esteve presente no espaço amazônico, em particular nas áreas ribeirinhas.

O fim do ciclo da borracha trouxe consequências que ficarão marcadas pra sempre na história dos moradores das margens dos rios da Amazônia entanto, é preciso considerar que,

[...] o que significou uma decadência para as elites econômicas e para a classe média, resultou numa trégua para os índios ameaçados pela expansão do sistema exploratório da borracha nos altos rios, e representou para o pequeno produtor autônomo, sobretudo o camponês, a possibilidade de retomada de sua atividade econômica de produção para o provisãoamento de suas necessidades de consumo (MAUÉS, 1999, p. 71).

Poder-se-ia dizer então que as *benesses* advindas com a prosperidade da economia extrativa da borracha, nos dois períodos analisados, embora dependesse fundamentalmente da mão-de-obra de nordestinos e *caboclos* da Amazônia, conformou uma **história introvertida**, pois representou interesses externos à região. Depois de anos de trabalho nos seringais, nordestinos e amazônidas, especialmente os ribeirinhos, não puderam usufruir das mínimas condições de sobrevivência ficando de fora do “*banquete*” proporcionado pelo “ouro negro”.

É importante destacar, porém, que o processo de integração dos nordestinos às áreas ribeirinhas da Amazônia não se estabeleceu simplesmente a partir do trabalho nos seringais. Um desse processo pode ser vislumbrado a partir da própria área de estudo sob a qual propomos a presente pesquisa: as ilhas de Abaetetuba. Ali desde o final do século XX (veremos no próximo capítulo) estabeleceu-se uma economia que tinha como base a produção de cana-de-açúcar e a fabricação de aguardente em pequenos engenhos situados às margens dos rios da Bacia do Tocantins. Durante aproximadamente as décadas de 1960-1975 os engenhos de aguardente vivenciaram um período de grande prosperidade econômica cuja qualidade e fama da cachaça produzida deu ao município de Abaetetuba o título de “Terra da

cachaça”. Nesse período, alguns proprietários de engenhos, interessados em garantir mão-de-obra, não hesitaram em recrutar nordestinos que vieram para o Pará em busca de trabalho. Garcia e Lobato (2011), referindo-se a um dos mais antigos engenhos que funcionou no município, o engenho “São Jerônimo”, descrevem um evento que retrata a chegada de nordestinos às ilhas de Abaetetuba-PA na década de 1960:

[...] com as dificuldades de mão-de-obra no município de Abaetetuba e tendo informação de que os referidos retirantes eram bons de serviços, o Senhor Noé Rodrigues [proprietário do engenho São Jerônimo] negociou e levou cinquenta famílias (cearenses) para trabalhar em seu engenho, ficando todos inicialmente instalados em acampamentos e posteriormente em casas tipo vilas. A chegada dos mesmos deu um impulso à mais nos negócios, pelo fato de o proprietário encarregá-los de preparar os canaviais, pelo sistema de meeiros. Após o plantio os homens passaram a desempenhar atividades nos engenhos e as mulheres a auxiliar nas campinas e replantio da cana nos canaviais até atingirem o período do corte (GARCIA; LOBATO, 2011, p. 129).

E continuam...

A presença de nordestinos na região foi muito positiva em vários setores, pois eles [nordestinos] além de possibilitarem o aumento da matéria-prima [cana-de-açúcar] e da produção [aguardente], se miscigenaram com os caboclos ribeirinhos e enraizaram na região uma religiosidade baseada na fé católica [...]. (*idem*, p. 129).

Dessa forma pode-se dizer que o processo que conjugou a união de nordestinos e amazônidas, resultando na consolidação da cultura ribeirinha em muitas áreas da Amazônia, é muito mais complexo do que se possa imaginar em razão das próprias peculiaridades do processo de ocupação em cada ponto do espaço amazônico.

Vale frisar, porém, que antes dos nordestinos algumas comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, como Baixo-Itacuruçá, Alto-Itacuruçá, Campopema, Jenipaúba, Acaraqui, Igarapé São João, Arapapu e rio Tauará-Açu, e outras, já haviam sido ocupadas por descendentes de negros africanos, conforme frisado no início. Segundo relato dos próprios moradores locais uma das principais razões para que estas comunidades fossem ocupadas por descendentes de negros africanos foi exatamente o funcionamento dos engenhos de aguardente instalados às margens dos rios nas cercanias do município. Em estudos realizados através do Museu Paraense Emílio Goeldi, Siqueira e Marques (2004), assinalaram que na segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos Jesuítas e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, pelo Marquês de Pombal, a área que hoje corresponde a microrregião do Baixo Tocantins passa a tornar-se um importante local de concentração de **fazendas e engenhos**, predominando a produção de **açúcar e de aguardente**. Por volta dos anos de 1790, há informações da ocorrência de quase uma centena de engenhos espalhados

pelo estuário, principalmente ao entorno dos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri, (CORDEIRO, 1920; CRUZ, 1973).

Estas informações, inclusive, foram atestadas por pesquisadores do Museu Goeldi que encontraram vestígios de obras hidráulicas (barragens, canais e comportas) em mais de trinta sítios arqueológicos históricos no estuário, revelando que em engenhos locais usou-se a energia das marés para girar suas moendas, conforme analisou Anderson e Marques (1992).

A economia baseada em Fazendas e Engenhos no Baixo-Tocantins entre os séculos XVII e principalmente a partir do final do século XVIII será assim um fator decisivo no processo de ocupação das áreas ribeirinhas ao entorno do rio Tocantins e seus afluentes, em especial na área de estudo. Segundo Almeida (2013) a cana de açúcar em especial gerou empreendimentos econômicos complexos em termos tecnológicos com o surgimento dos engenhos concentrando a força de trabalho escrava nos canaviais e na moenda. Com isso, uma vez introduzidos na Amazônia pelos colonizadores, principalmente a partir de em 1755, os negros desterrados da África passaram a constituir a principal fonte de mão-de-obra usada nestes engenhos naquele período. Com o passar do tempo, sobretudo após o declínio dos engenhos, os escravos negros acabaram se misturando com a população ribeirinha resultante do processo de aldeamento que habitavam as margens dos rios e posteriormente com os migrantes nordestinos que vieram para trabalhar no período da borracha. Tal processo culminou na complexificação da cultura ribeirinha nestas comunidades a partir da mistura de grupos étnicos distintos.

É importante ressaltar que tal processo se deu principalmente em função da dinâmica dos rios. Isso leva-nos a refletir sobre o próprio padrão de ocupação prevalecente no final do século XIX nas áreas ribeirinhas da Amazônia denominadas por Gonçalves padrão rio-várzea-floresta. Segundo este autor o padrão rio-várzea-floresta reflete a existência de um “modelo de ocupação tradicional na Amazônia plasmado por meio de um intercâmbio orgânico com os ecossistemas: o rio, solo e atmosfera, que serviu para diferentes atividades que se desenvolveram explorando a floresta, os campos e a várzea” (GONÇALVES, 2001, p. 94). Foi a partir deste padrão de ocupação do espaço que as economias da borracha e também da cachaça se dinamizaram nas ilhas de Abaetetuba marcando uma fase decisiva do processo de ocupação das comunidades locais.

Como chamou atenção Mcgrath, (1991;1999), Gonçalves (2001), o *regatão* é indubitavelmente um símbolo da dinâmica que envolveu o padrão rio-várzea-floresta, em especial no que diz respeito ao período do extrativismo da borracha. Era através do regatão que se estabelecia a ligação entre as populações dispersas ao longo das calhas dos rios e as

pequenas vilas e povoados através do *escambo* ou do sistema de crédito que era o aviamento. “A ele [também] se deve a expansão do domínio colonial português aos mais longínquos rincões da Amazônia” (GONÇALVES, 2001, p. 82). A função do regatão refletia, a importância do rio, enquanto principal via de transporte no processo de extração e comercialização da borracha.

Deve-se notar, no entanto, que o regatão não apenas servia o comércio da borracha, mas de uma infinidade de outros gêneros que eram vendidos de acordo com as necessidades do comércio de cada região da Amazônia. No caso do município de Abaetetuba o comércio do regatão envolvia uma série de produtos dentre os quais a aguardente que era vendida em diversas áreas do estuário amazônico, conforme descreve Machado (2008):

[...] o início da atividade ainda era de embarcação à vela passando depois para barcos movidos à motores diesel [...]. Na ida os comerciantes levavam os produtos de Abaeté principalmente a cachaça, os refrigerantes [...], o mel e a rapadura, bem como querosene, sal e açúcar refinado, medicamentos e produtos industrializados adquiridos de atacadistas em Belém do Pará. Na volta traziam os produtos da região, principalmente o pirarucu salgado e peles de animais silvestres (MACHADO, 2008, p. 21).

À exemplo do que aconteceu no Baixo e Alto Amazonas, também na microrregião do Baixo-Tocantins a proliferação de estradas e barcos movidos a motor diesel, a partir da década de 1960-70, facilita o acesso aos mercados para produtores rurais, reduzindo assim sua dependência dos comerciantes regateiros, fator que contribuiu para o declínio dos sistemas de transporte via regatões em toda Amazônia como analisa Mcgrath (1999).

Por tudo o que foi visto neste capítulo há de se convir que o processo formação ribeirinha na Amazônia esteja intimamente ligado ao próprio processo de ocupação e transformação da região no transcorrer da história, a exemplo das três fases analisadas. Isso quer dizer, como bem assinalou Arenz (2000, p. 78), que “*a formação histórica do projeto de vida [isto é, a cultura] dos ribeirinhos, apesar de sua condição específica, não pode ser considerada um processo excepcional ou um ‘caso isolado’*” Refletir sobre tal processo é se envolver não somente com a geografia física dos rios, mas, sobretudo, com a geografia humana que compreende a produção histórica do espaço amazônico.

Assim, mesmo correndo o risco de generalizações, propomos uma síntese dos três momentos analisados (Quadro 2) e dos possíveis fatores que contribuíram para a formação histórico-social da sociedade ribeirinha da Amazônia.

Quadro 2 - Formação histórico-social das populações ribeirinhas da Amazônia (1616-1945).

<b>FASES</b>	<b>GRUPOS SOCIAIS ENVOLVIDOS</b>	<b>FATORES QUE INFLUENCIARAM A FORMAÇÃO RIBEIRINHA</b>
Pré-colonização (anterior à chegada dos europeus)	Ameríndios (Primeiros habitantes das margens dos rios)	Herança, étnica, biológica e cultural. Formas peculiares de lidar com o ambiente aquático
Colonização portuguesa (1616-1798).	Colonizadores X populações indígenas X Povos africanos	Regime de aldeamento (recrutamento) Processo de <i>descimento</i> ; Escravidão indígena; Surgimento sociedade ribeirinha neo-indígena; Período pombalino Integração da população ribeirinha à sociedade colonial Dispersão da população ao entorno dos rios
Extrativismo da Borracha (1870-1945).	Seringueiros (caboclos e nordestinos) X elite regional comerciante.	Migração nordestina; Ocupação do ambiente de várzea e a consequente integração ao ambiente amazônico; Miscigenação, intensificação da cultura ribeirinha.

Fonte: Elaborado e organizado por Denison da Silva Ferreira, 2014.

A reflexão aqui suscitada leva-nos a concluir que os ribeirinhos sempre estiveram presente na história da Amazônia desde antes do contato com os europeus. Daí a importância de se considerar o padrão tradicional de organização do espaço na região caracterizado pela dinâmica dos rios. Foi através dos rios que povos ameríndios estabeleceram as primeiras formas de adaptação ao ambiente amazônico que marcou profundamente o modo de vida de seus sucessores: os ribeirinhos; foi também através dos rios que os colonizadores garantiram a conquista espaço amazônico no tocante do projeto mercantilistas e civilizatório que modelou as populações ribeirinhas nos aldeamentos missionários; e, finalmente, foi em torno dos rios que se inscreveu um novo capítulo do processo de ocupação das áreas ribeirinhas a partir da vinda dos nordestinos e sua integração ao modo de vida tipicamente ribeirinho.

Reiterando o que foi dito no decorrer deste capítulo, os ribeirinhos conseguiram resistir a uma colonização total, compreendida não apenas no contexto da colonização europeia, mas igualmente em diversas outras “frentes de exploração econômica” na região, a exemplo do período que marcou o extrativismo da borracha.

Antes de concluir este capítulo é importante lembrar que a cultura de origem africana, também tem grande influência na formação ribeirinha na Amazônia, tendo em vista a forte presença dos escravos negros na região, notadamente a partir da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, a fim de substituir o trabalho do indígena na lavoura, visando estimular a produção agrícola (SALLES, 1994). Portanto, fica em aberto

aqui essa discussão tendo em vista a necessidade de aprofundamentos do debate a cerca desse processo sem deixar de reconhecer, é claro, os esforços já empreendidos nessa direção.

Conforme foi visto nas três fases analisadas, a ocupação do espaço Amazônico esteve tradicionalmente ligada à dinâmica dos rios. No caso da microrregião do Baixo-Tocantins esta realidade não foi diferente. Desde os tempos mais remotos o rio se constitui como um meio de vida essencial. Nas ilhas de Abaetetuba em particular o emaranhado de rios que tradicionalmente caracterizou o sistema de vida ribeirinho nas comunidades locais foi fundamental para o estabelecimento de novas bases da economia do município determinando, em grande medida, os próprios rumos do processo de ocupação a partir do século XVIII com o crescimento da economia baseada nas fazendas e nos engenhos de aguardente.

Analisaremos a seguir como a economia sustentada nestes engenhos influenciou a dinâmica de reprodução socioespacial dos ribeirinhos inseridos na área de estudo mais precisamente a partir da década de 1960.

### **3 DINÂMICA SOCIOESPACIAL RIBEIRINHA NAS ILHAS DE ABAETETUBA NO PERÍODO DOS ENGENHOS DE AGUARDENTE (1960-1988)**

Este capítulo visa analisar o período de expansão e declínio dos engenhos de aguardente no município de Abaetetuba, tendo em vista suas implicações na dinâmica socioespacial entre os ribeirinhos circunscritos na porção insular deste município. O recorte temporal adotado compreende principalmente o período de expansão e declínio (1960-1988) do sistema tradicional dedicado ao cultivo da cana e fabricação de aguardente em pequenos engenhos situados às margens dos rios que entrecortam as ilhas de Abaetetuba, período este em que o contexto ribeirinho local foi profundamente influenciado pelo desenvolvimento desta atividade. No entanto, será imprescindível um breve resgate da história dos engenhos a partir da caracterização de alguns aspectos cujas raízes remetem ao período colonial.

O capítulo deve contribuir para o entendimento de algumas transformações ligadas à dinâmica socioespacial ribeirinha na área de estudo as décadas de 1960 á 1990 assim como seus rebatimentos na atual dinâmica de organização socioespacial local.

É importante destacar que a análise aqui suscitada representa, em parte, a continuidade de uma discussão já iniciada por Anderson (1991), Hiraoka (1993), Machado (2008), Costa et al (2008) e Garcia e Lobato (2011) sobre a história dos engenhos de cachaça no Baixo-Tocantins, especialmente no município de Abaetetuba. No entanto, o esforço aqui empreendido constitui-se como uma tentativa de resgatar não apenas a história dos engenhos, mas, sobretudo, dos moradores das margens dos rios e igarapés que fizeram parte desse processo, entendendo assim que a história dos engenhos de Abaetetuba não pode ser contada sem que se leve em conta o protagonismo dos ribeirinhos, frequentemente esquecidos ou não devidamente lembrados pela literatura sobre o tema.

O capítulo será desenvolvido em três eixos de discussão. No primeiro vislumbramos alguns aspectos históricos do desenvolvimento da lavoura canavieira, assim como do estabelecimento dos engenhos no município de Abaetetuba, de modo especial na área de estudo. No segundo eixo descrevemos aspectos gerais sobre o contexto ribeirinho antes da expansão da economia de aguardente para assim entender as mudanças suscitadas a partir do período analisado. E no terceiro e último eixo analisaremos o processo de expansão e declínio dos engenhos tendo em vista suas implicações na dinâmica socioespacial ribeirinha no âmbito das comunidades das ilhas entre as décadas de 1960 a 1990.

### 3.1 A INSTALAÇÃO DOS ENGENHOS DE AGUARDENTE NAS ILHAS DE ABAETETUBA (PA)

O desenvolvimento da lavoura de cana-de-açúcar no Brasil remete ao período colonial quando o litoral brasileiro foi ocupado por europeus que introduziram o cultivo de cana-de-açúcar enquanto atividade que possibilitou uma situação econômica favorável para a elite açucareira chegando a se constituir, mais tarde, em um dos ciclos econômicos mais importantes do Brasil. A chegada do açúcar brasileiro nos mercados europeus, em substituição ao mel, levou o consumo à ascendência, representando a base de sustentação econômica dos colonizadores durante os séculos XVI e XVII (PIRES e GOMES, 1994).

Visando o comércio do produto, Portugal favoreceu a criação de *plantations*, que eram grandes áreas de terras (latifúndios) destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar, ficando restrita a policultura de subsistência e a extração de madeira apenas a uma pequena porção de terras. Esse sistema foi na época utilizado por Portugal para organizar a economia colonial por meio da transformação da colônia em geradora de riqueza para a metrópole. Tal modelo de economia agrícola contribuiu para que não ocorresse ascensão de outras atividades fora de interesse da Coroa que não fosse o cultivo do açúcar, o que impediu a formação de outras classes sociais intermediárias (GARCIA e LOBATO, 2011).

Negócio lucrativo, o açúcar foi o principal produto da economia colonial – movido pelos engenhos que utilizavam, inicialmente, a mão-de-obra indígena e, depois, a africana – durante os dois primeiros séculos da colonização, tanto que os canaviais e os engenhos produtores de açúcar (e de aguardente) se espalharam por várias capitanias, como Pernambuco, Bahia e Grão-Pará (COSTA, et. al. 2009, p. 6).

De acordo com Pires e Gomes (1994), o primeiro século da história do Brasil se confunde com a história da cana-de-açúcar, precedendo aos outros ciclos econômicos (o do ouro, no século XVIII, e do café no século XIX) sendo que o açúcar alternou períodos de euforia e decadência, mas se tornou o ciclo mais extenso da história econômica do país.

Em relação ao Grão-Pará, Ernesto Cruz (1973) salienta que, após expulsarem os franceses do Maranhão, os portugueses apossaram-se das terras (férteis e extensas), dos engenhos, das plantações e das casas fortes que os invasores (franceses) haviam construído. Dirigindo-se às terras do Grão-Pará, passaram a cultivar a cana-de-açúcar principalmente ao entorno do Estuário do Amazonas. Nessa direção Vicente Salles (2004) salienta que, embora incipiente, a lavoura de cana-de-açúcar prosperou nas cercanias de Belém e espalhou-se, com maior intensidade, pelas Bacias do Guamá, Capim, Acará, Mojú, Igarapé-Miri e Baixo-Tocantins. Nestes locais a cana se enraizou e adquiriu importância como uma das principais atividades econômica desenvolvidas pelos portugueses, o que favoreceu a implantação de

engenhos e a concentração de escravos negros, estabelecendo, assim, um regime social típico (SALLES, 2004).

Inscritos nesse contexto, os municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba, no Baixo-Tocantins, foram lugares que se destacaram na lavoura canavieira e na fabricação de mel, rapadura, açúcar, e posteriormente aguardente fabricada em pequenos engenhos. Os primeiros engenhos estabelecidos nas ilhas de Abaetetuba surgiram de pequenas moendas familiares, no final do século XIX, construídas de madeira e movimentadas por energia mecânica, ou seja, através de juntas de bois, onde eram produzidos inicialmente melaço e rapadura (PACHECO, 1988). Com o advento da máquina movida à vapor os engenhos evoluíram e passaram a fabricar açúcar moreno e principalmente a cachaça que impulsionou a economia local a partir de meados do século XX. Esses produtos passaram a ter grande aceitação no mercado regional expandindo-se para diversas outras áreas da Amazônia.

O crescente intercâmbio comercial existente na Amazônia, provocado pelo interesse bilateral entre os regateiros e os agroindustriais instalados ao longo do estuário amazônico favoreceu o desenvolvimento da economia aguardenteira local levando os engenhos de Abaetetuba e Igarapé-Miri a atingirem um considerável estágio de prosperidade econômica principalmente entre 1960 à 1975.

Segundo Anderson (1991), a área destinada à plantação nestes dois municípios, entre os anos de 1960 à 1975, representou mais de 90% da área plantada em cana-de-açúcar em todo o estado do Pará; do mesmo modo que a produção de cachaça correspondeu a 100% de toda produção registrada em toda Amazônia no mesmo período.

Bezerra Neto (2001) ressalta que desde o período colonial há indícios da existência de engenhos instalados às margens dos rios compreendendo os municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri. De acordo com os estudos de Pacheco (1988) e Garcia e Lobato (2011), os primeiros engenhos de que se tem notícia no município de Abaetetuba foram: Fazenda e Engenho São Francisco, de Antônio Corrêa Caripunas, localizada no rio Maratauíra; “Fazenda e Engenho Boa Vista”, de Francisco Augusto da Gama e Costa, que também situado na margem esquerda do rio Maratauíra, no mesmo município; e “Fazenda e Engenho São José” de José Honório Roberto Maués.

A denominação “Fazenda e Engenho” era dada aos primeiros engenhos da região possivelmente em razão de seus donos possuírem grandes extensões de terras destinadas à plantações e criação de animais, como retrata Rocha (2010), baseado em um documento de 1922, ao se referir a um engenho situado às margens no rio Tucumanduba, ilhas de Abaetetuba, de propriedade do Coronel Maximiano Guimarães.

[...] o Coronel Maximiano Guimarães Cardoso era muito rico, dono de engenhos, grandes propriedades com plantações de cacau, cana-de-açúcar, seringais, embarcações, casas no interior e na cidade, dono de muitos escravos e outros empregados, entre os quais muitas famílias de escravos alforriados. Um dos engenhos do Coronel Maximiano Guimarães Cardoso, com fazenda anexa, ficava às margens do Rio Tucumanduba. Nesse lugar tinha de tudo: luz elétrica, com gerador acoplado a rodas de ferro, com pá de madeira movimentada pela força da correnteza do Rio Tucumanduba. Na fazenda anexa ao engenho criava gado: bois, carneiros, cabras, porcos, patos, cavalos. Havia grande variedade de caças, pescados, mariscos e muitos produtos do extrativismo das matas e águas.

A propósito das colocações de Hiraoka (1993), a expansão das atividades agrárias planejadas pelas autoridades portuguesas a partir da segunda metade do século XVIII, de modo espacial as plantações de cana-de-açúcar, não poderia ser satisfeita somente com a população indígena. A falta de mão-de-obra foi solucionada com a introdução de escravos africanos especialmente após a década de 1760. Conforme frisado no primeiro capítulo, a chegada dos africanos e sua união com a população existente serviu para diversificar ainda mais a composição étnica e cultural dos habitantes das comunidades ribeirinhas deste município, como as comunidades de Campompema, Baixo e Alto Itacuruçá, Acaraqui, Tauerá, Jenipaúba, e outras. A presença de escravos africanos, caracterizou assim uma das primeiras implicações do estabelecimento dos engenhos em relação à dinâmica socioespacial ribeirinha nestas localidades, pois até então a população que habitava os rios e igarapés do município era resultante principalmente do contato entre índios e portugueses a partir do processo de colonização.

Quadro 3 - População ribeirinha no município de Abaetetuba/PA antes e depois dos engenhos de aguardente

População <b>antes</b> do estabelecimento dos engenhos (anterior à 1760).	População <b>depois</b> do estabelecimento dos engenhos, (sobretudo após 1760).
Povos indígenas	Povos indígenas
Colonizadores	Colonizadores
População ribeirinha resultante do contato entre: índios e colonizadores.	Escravos negros
	População ribeirinha resultante do contato entre: índios, colonizadores e escravos negros.

Fonte: Elaborado e organizado por Denison da Silva Ferreira, 2014.

Vale ressaltar que a vinda dos escravos negros para as ilhas de Abaetetuba não se deu apenas em função dos engenhos, uma vez que muitos rios que entrecortam a região, como Alto-Itacuruçá, Baixo-Itacuruçá, Arapapuzinho, Piquiarana, dentre outros, foram locais de

refúgios de negros africanos submetidos á duras condições de trabalho em áreas próximas ao município. No entanto, o desenvolvimento das plantações de cana e posteriormente da produção de mel, rapadura e açúcar, nos antigos engenhos instalados às margens dos rios, contribuiu decisivamente para que um contingente significativo de negros de origem africana fossem introduzidos no município.

Referindo à presença dos escravos negros nas ilhas de Abaetetuba, Rocha (2010, p. 03) expõe que

[...] o número de escravos nos antigos engenhos era absurdo, tanto para trabalhar na fabricação de açúcar e aguardente, como para trabalhar nas outras necessidades das fazendas e nos trabalhos domésticos. Um antigo engenho que não possuísse bastantes escravos, como 50 e até 200 escravos, estava fadado de ir à falência e os escravos eram comprados à preços absurdos (comprados pelas moedas de trocas: açúcar e cachaça), daí o fato do lucrativo tráfico negreiro.

Baseado no trabalho escravo os proprietários dos engenhos situados às margens dos rios, ostentavam grandes riquezas, aspirando sempre o poder de um “Senhor de Engenho”. Segundo Rocha (2010, p. 04),

[...] o título “Senhor de Engenho” era um título real que muitos aspiravam. Os primeiros engenhos de Abaeté [Abaetetuba] chegaram a possuir os seus “Senhores de Engenho”, que eram servidos, respeitados, com função de mando, chefes políticos e com posição de destaque nos tempos do Brasil Colônia e do Império e nas primeiras décadas da República Brasileira.

Essa inspiração de ser um “senhor de engenho” persistiu enquanto os engenhos representavam símbolo de riqueza. Tanto foi assim que os proprietários de engenho ou engenheiros gozavam de prestígio social mesmo morando no meio rural, pois até por volta de 1960-70 às sedes dos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri ainda não eram lugares atraentes do ponto de vista econômico, pois a maioria dos engenhos estava localizada no interior, que representava o lugar onde os negócios mais prosperavam. Além disso, a cidade ainda não oferecia serviços públicos que pudessem justificar a saída do engenheiro e de sua família do interior, fato que ocorrerá paulatinamente com o declínio dos engenhos e o progressivo deslocamento dos engenheiros para cidade em busca principalmente de oportunidades de estudos para seus filhos, conforme veremos mais adiante.

Tendo sua origem desde o período colonial, os engenhos de aguardente situados às margens dos rios do município de Abaetetuba só alcançaram prosperidade a partir da década de 1950-60 quando o surgimento dos transportes motorizados, em substituição aos antigos regatões, possibilitaram o comércio da aguardente por todo o estuário dinamizando a economia do município, sobretudo entre os anos de 1960 à 1975.

O trecho de uma música bastante conhecida dos paraenses remete á memória coletiva de um período que marcou a história social, econômica e cultural do município que ficou conhecido como a “Terra da Cachaça”, referindo-se a uma denominação mais popularizada da aguardente.

[...] *Rio abaixo, rio acima,  
Minha sina cana é,  
Só de pensar na mardita [aguardente],  
Me alembrei de Abaeté [...].*

(*Esse rio é minha rua*, Paulo André e Rui Barata).

O trecho “*Rio abaixo, rio acima / minha sina cana é*”, remete a um período em que o cultivo da cana-de-açúcar determinava em grande medida a dinâmica socioespacial ribeirinha voltada para trabalho nos roçados e nos engenhos. Um trabalho que por sinal sustentou a economia aguardenteira durante um longo período.

É importante destacar que os engenhos surgiram nas ilhas de Abaetetuba como um *evento*<sup>9</sup>, ou seja, como um acontecimento histórico que mudou a história: do lugar. Neste caso, entende-se que o dinamismo que representou o trabalho nos engenhos marcou de forma significativa a história dos ribeirinhos moradores deste município. Para compreender tal processo é imprescindível que se leve em conta o contexto anterior à multiplicação dos engenhos para assim entender seus rebatimentos na dinâmica ribeirinha local no período analisado.

### 3.2 CONTEXTO RIBEIRINHO ANTES DA EXPANSÃO DOS ENGENHOS

Conforme já frisado, economia voltada para os engenhos de aguardente no Baixo-Tocantins tem sua origem ainda no período colonial. No entanto, até mais ou menos por volta de meados do século XX, esta economia provocou grandes mudanças em relação aos padrões econômicos da população ribeirinha. Os engenhos situados às margens dos rios ainda eram em número reduzido e só iriam se multiplicar décadas mais tarde quando o comércio da aguardente cresceu significativamente ao entorno do estuário.

---

<sup>9</sup> O entendimento do conceito de “**evento**”, como categoria analítica, está sendo usado aqui em consonância com as proposições de Milton Santos (2001, p. 93) segundo o qual um evento designa “um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço”. Compreende simultaneamente, uma ordem temporal e uma ordem espacial que se associam a partir da determinação do lugar. Onde ele se instala, há mudança, pois o evento é uma **brutalidade eficaz**. Conforme adverte o mesmo autor, os eventos não se dão isoladamente mas em conjuntos sistêmicos – verdadeiras “situações” – que são cada vez mais objeto de organização na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação.

Diferentemente do período colonial, em que os primeiros moradores destas áreas foram submetidos aos interesses econômicos dos colonizadores, até aproximadamente a década de 1940-50 a maioria da população das comunidades das ilhas (onde a instalação dos engenhos teria grande influência a partir da década de 1960) retiravam seus próprios meios de sobrevivência da natureza sem precisar se submeter à figura de um patrão, ou até mesmo à um mercado regional específico para seus produtos, embora estas comunidades estivessem inseridas no contexto mais amplo de exploração que compreendeu o período da borracha na Amazônia.

Para garantir a subsistência, os ribeirinhos continuaram a contar com as atividades tradicionais que incluíam: a pesca, ainda relativamente abundante, favorecida pela riqueza ictiológica presente no sistema de várzea local; a caça, que até então era uma das principais atividades subsistentes entre os ribeirinhos; e a lavoura como um todo, cujos gêneros produzidos em pequena escala, como arroz, feijão, cacau, farinha de mandioca, etc., eram os principais produtos da alimentação associado à caça e aos peixes.

A população ainda estava concentrada em maioria nas ilhas e os próprios núcleos urbanos próximos, como a cidade de Abaetetuba e Igarapé-Miri ainda não possuíam um contingente populacional suficiente para gerar uma demanda crescente de produtos oriundos das ilhas (à exemplo do que aconteceu com a aguardente pós década de 1960 e com o açaí a partir da década de 1990). Tal contexto possibilitava uma relativa autonomia em relação à escolha dos meios que a natureza oferecia na garantia da sobrevivência.

Quanto à configuração paisagística, as florestas em sua maioria ainda eram constituídas por vegetação nativa típica da várzea estuarina, pois não havia grande necessidade de derrubar as florestas para o desenvolvimento de uma determinada monocultura que pudesse justificar o interesse econômico da maioria da população local.

A inexistência de estradas traduzia um contexto geográfico profundamente dependente dos rios. Os meios de transporte em função cursos d'água refletiam o ritmo lento da dinâmica social onde o trabalho não era determinado pelo tempo do relógio (como aconteceu nas longas jornadas de trabalho nos engenhos que atravessavam dias e noites ininterruptamente), mas sim principalmente pelo tempo dos movimentos cíclicos da natureza. A utilização dos meios de transporte, em especial as canoas à remo voltavam-se mais para o atendimento das necessidades prioritárias de subsistência e menos para o desenvolvimento do comércio regional.

### 3.3 O PROCESSO DE EXPANSÃO DOS ENGENHOS

A partir da década de 1950 e mais especificamente da década 1960 o quadro descrito anteriormente iria sofrer profundas mudanças. A rápida expansão urbana, pós década de 1960-70, da capital Belém e cidades próximas, como Abaetetuba, Igarapé-Miri, Barcarena dentre outras, e o desenvolvimento do comércio da aguardente em todo estuário tocantino, viriam a ter influências diretas nas condições de vida dos moradores das ilhas que se envolveram diretamente com esta atividade.

O auge do funcionamento destes engenhos no município ocorreu por volta de 1960-1975 quando foi registrada uma elevada demanda de aguardente em toda Amazônia, principalmente em torno do estuário onde a economia aguardenteira se estabeleceu com mais força (ANDERSON, 1991; MACHADO, 2008; GARCIA e LOBATO, 2011). Nesse período a cachaça abaetetubense ganhou fama e ficou conhecida em todo o Estado do Pará como a “cachaça da boa”.

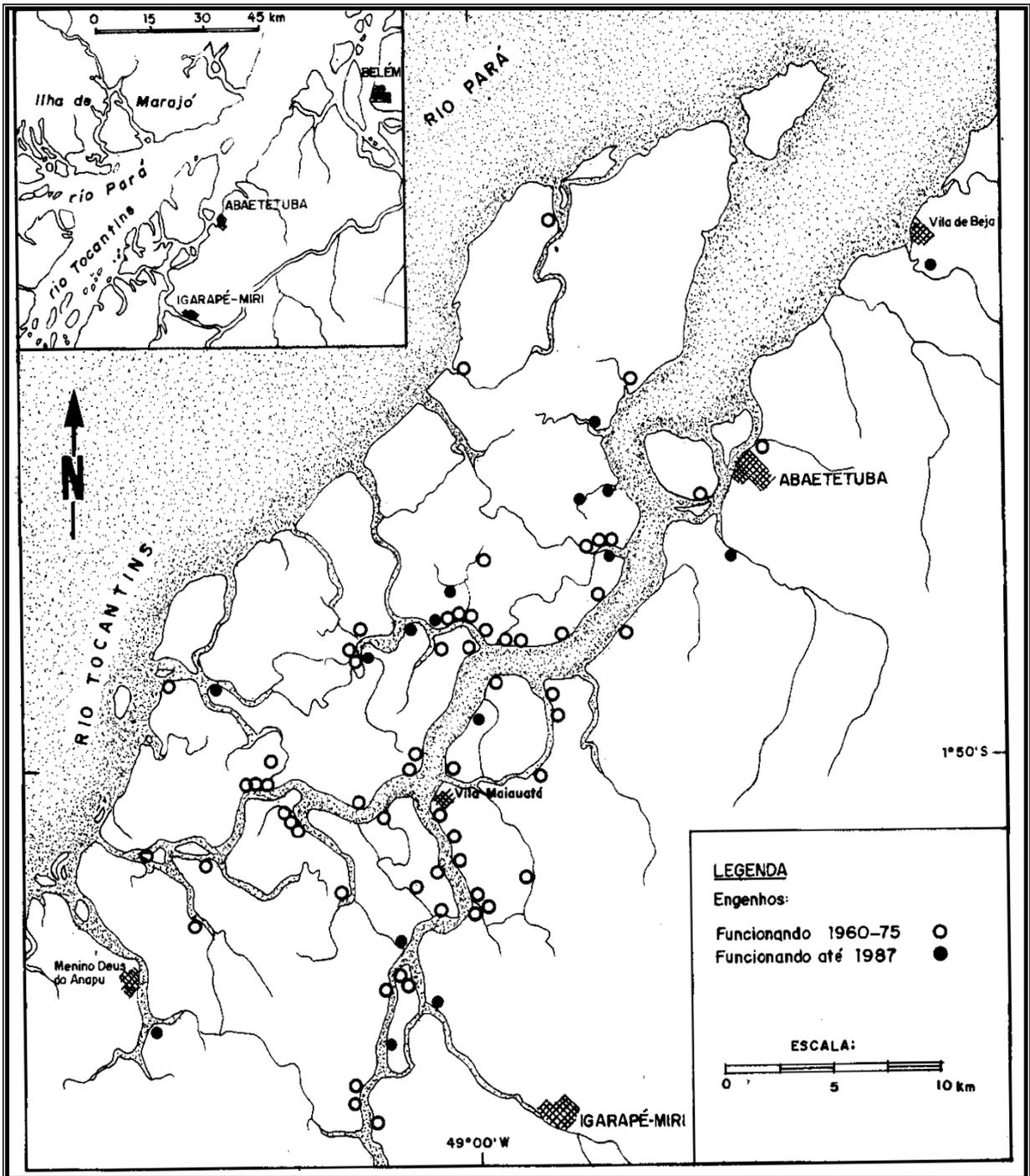
Ao passo que o comércio crescia os engenhos se multiplicavam. Anderson (1991) salienta que entre as décadas de 1920 à 1950 o número de engenhos nos municípios vizinhos de Abaetetuba e Igarapé-Miri se manteve estável, em torno de 30. Em pouco mais de duas décadas (1960-1975) esse número dobrou chegando a alcançar a histórica marca de 60 engenhos nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri que despontaram como principais produtores de aguardente do Baixo-Tocantins nesse período. Porém há indícios de que o número tenha sido superior a esse total podendo chegar a mais de 70 engenhos incluindo os dois municípios, segundo informações obtidas junto aos próprios moradores locais por ocasião de nossa pesquisa de campo.

Na perspectiva de Anderson (1991, p. 111),

[...] foi justamente nessa época [1960-1975] que o número de engenhos em funcionamento mais cresceu (...). Acredita-se que o capital dessa expansão veio quase exclusivamente do crescente volume de negócios na agroindústria. Em Alguns casos engenhos novos foram montados por ex-canavialistas que conseguiram certo grau de capitalização.

Como reflexo desse crescimento a atividade econômica que envolvia a produção e comercialização da aguardente tonou-se uma das mais promissoras até por volta do final da década de 1980 quando o número de engenhos diminuiu significativamente. O Mapa 3 mostra a distribuição espacial de alguns engenhos que funcionaram nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri entre 1960 à 1987.

Mapa 3 - Distribuição dos engenhos de aguardente nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri entre 1960 e 1987.



Fonte: Anderson (1991).

Apenas no município de Abaetetuba foram contabilizados cerca de 44 engenhos, alguns dos quais surgiram de pequenas enghocas que fabricavam inicialmente mel, rapadura e açúcar moreno e mais tarde a aguardente. O Quadro 4 mostra os engenhos que funcionaram no município de Abaetetuba no período citado, os respectivos proprietários bem como as localidades onde estavam situados.

Quadro 4 - Levantamento dos engenhos que existiram no município de Abaetetuba (1960-1988).

	NOME DO ENGENHO	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO
01	Santa Olinda	Saul da Silva	Baía Marapatá
02	Feliz	Bernardino Costa	Rio Paramajó
03	Paraíso	Francisco Ferreira Miranda	Rio Jarumã
04	São João	Manoel José de Sena	Rio Acaraqui
05	São Sebastião	Raimundo Quaresma	Rio Arumanduba
06	São José	Pinheiro Maués	Rio Arumanduba
07	Alvorada	Raimundo Solano Albuquerque	Rio Guajará
08	São João	Claudionor Tocantino Viana	Rio Guajará
09	São Raimundo	Raimundo da Silva Corrêa	Rio Sapucajuba
10	São João	Manoel do Espírito Santo Ferreira	Rio Maracapucú
11	São Raimundo	Claudionor Tocantino Viana	Rio Maracapucú
12	São Raimundo	Raimundo da Silva Dias	Rio Maracapucú
13	Santa Rosa	Arthur Nunes	Costa Maratauíra
14	Casa Branca	João Pupunha	Costa Maratauíra
15	Vista Alegre	José Joaquim Nunes	Costa Maratauíra
16	São Pedro	Álvaro Matos	Costa Maratauíra
17	Santo Antônio	Elpídio Bacaba	Costa Maratauíra
18	São Luís	Luis Nobre	Igarapé Tauerazinho
19	São Sebastião	Manoel Olavo da Silva	Rio Arapapú
20	São Claudio	Hemercindo Maués	Rio Arapapú
21	São Francisco	Francisco de Oliveira Nobre	Rio Piquiarana
22	Progresso	José Matos	Rio Piquiarana
23	Conceição	Joaquim Freitas	Rio Piquiarana
24	Mata	Félix Mota	Rio Piquiarana
25	Dom Bosco	Francisco Meireles	Rio Jupariquera
26	São Manoel	Manoel Nunes do Rêgo	Rio Maracapucú Mirí
27	São Francisco	Francisco Gomes	Rio Maracapucú Mirí
28	Deu é Bom Pai	Manoel Pereira da Silva	Furo do Tucumanduba
29	São Pedro	Indalécio G. Rodrigues	Furo do Tucumanduba
30	Catispera	Henrique Costa	Furo do Tucumanduba
31	Santo Antônio	Galileu Vilaça & Cia.	Furo do Tucumanduba
32	Empresa Nazaré	Raimundo de Oliveira e Altino Costa	Furo do Tucumanduba
33	São Joaquim	Manoel Silva	Rio Tucumanduba
34	Santo Antônio	Antônio Pinheiro Filho	Rio Quianduba
35	Santa Maria	Egídio da Silva Pacheco	Rio Quianduba
36	São Pedro	Venâncio Ferreira de Vilhena	Rio Quianduba
37	Gentil	Raimundo Quaresma	Furo Gentil
38	Santa Rita	Raimundo Paz Maués	Rio Cuitininga
39	São João	Abel Guimarães Rodrigues	Rio Bacuri
40	Primavera	Francisco Lobato	Rio Panacuera
41	São Jerônimo	Noel Guimarães	Furo Panacuerazinho
42	Santo Antônio	Rosendo Maués	Rio Panacuera
43	Santa Cruz	Murilo Carvalho	Rio Abaeté
44	Amazônia	Nazareno Cardoso	Ramal de Beja

Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Como se pode observar no Quadro 4, em sua maioria estes engenhos ficavam situados em **rios, furos e igarapés** que entrecortam as ilhas de Abaetetuba e cercanias. Com aproximadamente 44 unidades espalhadas pelas margens dos rios logicamente que a população ribeirinha teria participação fundamental no desenvolvimento da economia aguardenteira que floresceu no município. Eram os ribeirinhos que plantavam os roçados, que cortavam e carregavam a cana-de-açúcar até os batelões de onde eram transportados para os engenhos, além de atuarem como principal mão-de-obra no processo de beneficiamento da cana em aguardente nos engenhos.

De maneira geral a economia aguardenteira no Baixo-Tocantins, especialmente no município de Abaetetuba, envolveu basicamente dois setores produtivos: o **setor agrícola**, responsável pelo abastecimento da cana; e o **setor industrial**, que beneficiava a cana-de-açúcar em aguardente através de maquinários movidos à vapor. A união destes dois setores mais o setor de comercialização da aguardente formava, em largos traços, a sociedade aguardenteira que podia ser representada pelos seguintes personagens: **o engenheiro**, ou seja, o proprietário do engenho; **o canavialista**, agente que negociava diretamente com o engenheiro, sendo responsável por todas as etapas do cultivo da cana; os diaristas, ou braçais, que prestavam serviços aos canavialistas e aos engenheiros, tanto nos roçados de cana quanto na fabricação de aguardente; os **proprietários de terras**, que cediam suas terras para plantação de roçados em troca do recebimento de “terços”; e, finalmente, os **comerciantes** que vendiam a aguardente através do sistema de transporte dos regatões que subiam o Amazonas trocando a cachaça com diversos produtos, especialmente gêneros alimentícios, que eram negociados na volta com os proprietários dos engenhos através do sistema de aviamento (veremos mais adiante esse processo).

A dinâmica de interseção destes agentes no processo de produção e comercialização da aguardente em torno do estuário Amazônico configurou o chamado **sistema agroindustrial tradicional** analisado por Anderson (1991). Esse **sistema** tinha como principal característica a dependência mútua entre os envolvidos: canavialistas, engenheiros, diaristas ou braçais, proprietários de terras e regatões.

Os canavialistas dependiam dos engenheiros para aviamento, dos proprietários para acesso à terra, e concorriam entre si para os serviços de diaristas, que tinham ainda a opção de trabalhar nos engenhos, de cuidar dos pequenos roçados ou de explorar produtos extrativos locais. Por outro lado, os engenheiros, não produzindo a cana por conta própria, dependiam dos canavialistas para matéria-prima, e vendendo do porto, dependiam também dos regatões para comercializar (ANDERSON, 1991, p. 109).

Estes eram agentes de um sistema econômico regional que sustentava a economia da aguardente no município. O funcionamento desse sistema fundamentou-se no protagonismo dos ribeirinhos.

### 3.4 AS TÉCNICAS TRADICIONAIS DE CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR

O sistema utilizado na plantação de cana-de-açúcar nos municípios situados às margens dos rios da Bacia do Tocantins foi denominado por Anderson (1991) de sistema agroflorestal de estuário por compreender uma zona típica circunscrita no contexto geográfico do estuário amazônico. O fluxo das marés, mesmo não cobrindo a superfície com frequência, penetra na várzea através dos igarapés, mantendo a umidade do solo, mesmo em períodos mais secos. Além do volume de água que escoava destas terras planíssimas, oriundo de 2000 mm de chuva que caem anualmente, e também das águas levada à terra pela maré lançante que inundam periodicamente o solo de várzea. Além destas condições ambientais o cultivo da cana-de-açúcar foi favorecido por uma rede natural de acesso pelos rios que, canalizando o fluxo e refluxo de maré, facilitou ainda mais o transporte da cana.

As técnicas de cultivo da cana-de-açúcar na várzea das ilhas (como limpeza da área, plantação, corte e transporte da cana) seguiram os moldes dos demais roçados da microrregião do Baixo-Tocantins, sendo praticadas de maneira bastante tradicional, as quais dependiam essencialmente dos conhecimentos empíricos das populações ribeirinhas expressos na relação histórica destes agentes com o ambiente de várzea. Destaca-se o protagonismo dos ribeirinhos ainda na fase inicial do ciclo produtivo da cachaça que consistia em cultivar a cana-de-açúcar enquanto principal matéria-prima, que sustentava toda economia voltada à produção de aguardente nos engenhos.

Devido à ausência de alta temperatura ou estiagem (fatores que podiam prejudicar a colheita da cana, como em outras partes do país, em uma determinada época do ano) a colheita da cana-de-açúcar na várzea das ilhas de Abaetetuba era praticada durante o ano todo. Isso porque o plantio também se dava de forma cíclica, visando o abastecimento exclusivo da cana para produção da cachaça nos engenhos da região.

O sistema de plantação e manejo da cana-de-açúcar compreendia quatro etapas básicas: o preparo da área; a plantação das mudas; a manutenção do roçado e o corte da cana. Todas essas etapas de trabalho eram desenvolvidas com base essencialmente na mão-de-obra ribeirinha, que ao ser feita a seleção da área, geralmente situada em terrenos de várzea, o processo de preparo dos roçados iniciava-se geralmente no mês de abril/maio, época em que as chuvas correspondentes ao inverno amazônico começavam a cessar. O trabalho inicial

dava-se com a derrubada dos vegetais de porto mais elevados com auxílio de machados. Após secar durante aproximadamente dois meses, ainda na primeira fase, era efetuado a queimada dos vegetais, derrubados que ocorria entre o final do mês de junho e a primeira quinzena de julho. Em seguida era procedia-se a limpeza final com a retirada de alguns pedaços de árvores que restavam no terreno de modo que a área ficasse apta ao plantio e a cana-de-açúcar pudesse se desenvolver sem concorrências de outras espécies nativas prejudiciais ao seu crescimento.

A etapa seguinte consistia na plantação das mudas, ou “olho” de cana, que era feita obedecendo aos padrões tradicionais de plantio apenas baseado nas experiências empíricas dos ribeirinhos. Finalmente, depois do procedimento de plantação da cana fazia-se necessário efetivar pelo menos três capinas da área plantada para facilitar o trânsito no interior dos roçados e o próprio processo de crescimento e colheita da cana. Novamente os ribeirinhos entram em cena. Por volta do mês de setembro, período que corresponde a uma das maiores marés do ano, quando coincidem três eventos: o equinócio, a lua cheia e a estação chuvosa, a várzea alta que abrigava os canaviais era completamente inundada, o que permitia a deposição de sedimentos na superfície dos solos dos roçados. Quando a maré descia os ribeirinhos realizavam a primeira capina para que os invasores fossem retirados. Depois de aproximadamente 3-4 meses os vegetais invasores voltavam a crescer fazendo-se necessário uma nova capina. O terceiro e último procedimento de limpeza era feito pelos ribeirinhos antes que a cana fosse cortada, e assim o ciclo continuava por mais um ano.

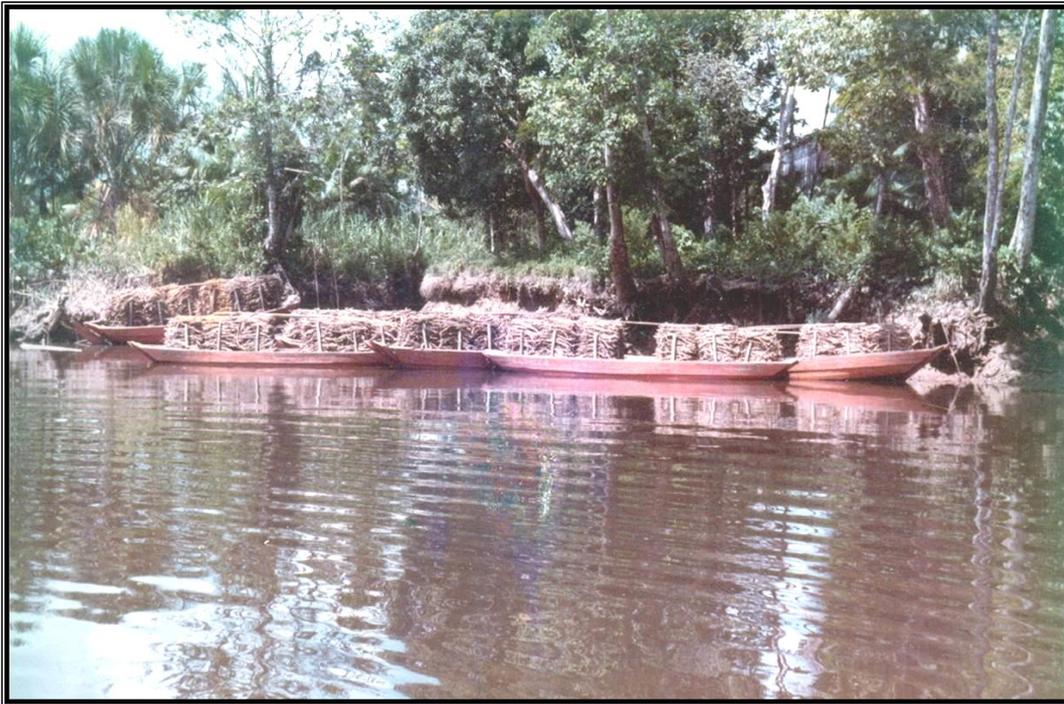
No prazo de aproximadamente 12 a 15 meses, em média, as plantações de mudas ou “olho” de cana da espécie *caiana* (*Saccharum officinarum*) estavam aptas para o corte e seu cultivo permitia a associação com plantações de feijão, milho, melancia, arroz, maxixe e outros. A associação destas culturas com destaque para o cultivo da cana caracterizava o forte vínculo dos ribeirinhos com a agricultura de várzea, que representava naquele contexto uma atividade fundamental na garantia da subsistência da família associada à pesca à olaria e às outras formas de extrativismo que historicamente estiveram na base da economia ribeirinha neste município.

A dinâmica de marés lançantes que inundava as terras dos roçados possibilitava que fosse mantida a fertilidade natural do solo. No entanto, apesar destas condições ambientais favoráveis, o replantio da cana-de-açúcar não se repetia por muitos anos, uma vez que as terras perdiam paulatinamente a fertilidade a cada nova plantação. Segundo os ribeirinhos após o quinto replantio da monocultura da cana a área tinha que ser abandonada, considerando o fogo ter alterado as composições químicas, físicas e biológicas do solo, prejudicando assim a

ciclagem dos nutrientes e sua volatilização, o que transformava o terreno em capoeira. Assim, os ribeirinhos migravam para outros terrenos para iniciar um novo ciclo.

O corte da cana-de-açúcar era feito o ano todo dependendo da maturação, do preço ou da necessidade do engenho. Quando as mudas plantadas estavam maduras, eram acionados os diaristas, ou seja, os trabalhadores ribeirinhos que prestavam serviços nos roçados realizando o procedimento de corte. A cana era cortada em pedaços de aproximadamente 80 centímetros de comprimento e amontoada ainda no roçado em feixes contendo o equivalente a 120 pedaços de cana de primeiro corte. O transporte até os engenhos se dava através dos *batelões* (Fotografia 1), uma típica embarcação encontrada no interior da Amazônia movida à tração humana, isto é, através do movimento compulsivo de um tipo de remo chamado *faia* que para ser manuseado exige habilidade e força por parte dos navegadores desse tipo de embarcação.

Fotografia 1 - Batelões usados para o transporte da cana nas ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970).



Fonte: arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

Nos *batelões* a cana era amontoada em feixes, contendo cada um aproximadamente 80 pedaços de cana. Os batelões não possuíam nenhuma cobertura, o que dificultava o trabalho de condução desta embarcação pelos ribeirinhos que iam de sol a sol ou enfrentado a chuva até seu destino final: os engenhos.

O transporte da cana pelos rios até os engenhos era de responsabilidade do proprietário do engenho e dependia das condições da maré. Geralmente o transporte era realizado quando a maré estava cheia, pois os batelões precisavam adentrar os igarapés até os roçados, muitos dos quais ficavam a uma certa distância da margem dos rios.

Nos engenhos a cana era empilhada desordenadamente nos picadeiros de onde seguia para moagem (etapa que retomaremos mais adiante). Como se pode observar na Fotografia 2, os engenhos situavam-se geralmente às margens dos rios, seja para aproveitar as águas como força motriz, seja por questões de acessibilidade e de transporte da produção e dos trabalhadores.

Fotografia 2 - Engenho Santa Maria, situado às margens do rio Quianduba, Abaetetuba-PA/ (data aprox. 1970).



Fonte: arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

Em geral os engenhos constituíam pequenas instalações construídas em madeira e cobertas com palhas, só alguns poucos possuíam partes construídas em alvenaria e cobertura de telhas produzidas nas próprias olarias das ilhas. Por localizarem-se às margens dos rios em determinadas épocas do ano, quando a maré lançante atingia seu nível excepcional, alguns engenhos eram inundados e ficavam parados até que o nível da maré baixasse e possibilitasse a continuidades dos trabalhos.

Alguns engenhos possuíam rampas móveis que facilitavam o desembarque da cana quando a maré estava baixa. Os batelões ancoravam na rampa, carregados de cana-de-açúcar, que era puxada pelos ribeirinhos com auxílio de cabos (Fotografia 3) até os picadeiros de onde a cana era desembarcada para moagem.

Fotografia3 - Rampa para descarregar a cana no picadeiro em um engenho no rio Abaeté/ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1975).



Fonte: arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

Apenas o transporte da cana era de responsabilidade dos proprietários dos engenhos, todas as outras despesas de preparo, manutenção e corte dos roçados era por conta dos ribeirinhos responsáveis pela plantação da área. Para alguns ribeirinhos era possível obter financiamento para estas despesas junto ao engenheiro, pois este tinha o interesse de garantir o fornecimento da cana por ser a principal matéria-prima usada na fabricação da aguardente. Na maioria dos casos, o financiamento não era feito em dinheiro e consistia no fornecimento de mercadorias de consumo pessoal diretamente do comércio do engenheiro localizado geralmente ao lado do engenho.

Ao passo que eram financiados pelos donos de engenhos com produtos da mercearia, os trabalhadores ribeirinhos, sustentáculos da economia de aguardente, acabavam por participar de uma forma típica de relação de trabalho que remete ao período da borracha na Amazônia: o *sistema de aviamento*, considerado uma das marcas da economia de aguardente no município em estudo. A negociação era feita da seguinte maneira: os ribeirinhos, financiados pelos engenheiros, derrubavam a área e plantavam a cana, sendo responsáveis por todas as despesas de manutenção e corte dos roçados. Para garantir as despesas dos roçados e o sustento da família os ribeirinhos retiravam na mercearia do engenho diversos produtos, como a farinha, óleo, peixe salgado, além de remédios e roupas. Tudo era anotado no famoso “caderninho” de contabilidade, popularmente chamado “caderno do fiado”. No final do

processo, quando a cana-de-açúcar era entregue ao engenho, era feito o “juste de contas” entre o engenheiro e os ribeirinhos responsáveis pelo roçado assim como entre este último e os braçais que prestavam serviços como diaristas.

Da renda bruta obtida pelos ribeirinhos era descontado o valor dos produtos aviados no comércio do engenho, as despesas de corte e manutenção, pagas juntos aos braçais e, se fosse o caso, um terço a ser pago a um proprietário de terra que arrendavam suas terras para a plantação de cana, uma vez que nem todos os ribeirinhos possuíam terras próximas à várzea para fazer seus roçados. Contudo, o “saldo” obtido, na maioria das vezes, não era suficiente para pagar o débito adquirido na mercearia do engenho, e a conta no “caderninho” (ou seja, a dívida) persistia em um processo sucessivo que aumentava a cada novo “juste de contas” e, como disse seu Raimundo B. M. um antigo lavrador de cana de 80 anos, morador do rio Maracapucú, “teve gente que morreu e não pagou suas contas na mercearia do engenho aqui no nosso rio” (rio Maracapucú).

Sobre isso uma moradora da localidade de Panacauerazinho, no mesmo município, comenta:

[...] a gente passava um trabalho danado no roçado, esperava mais de um ano pra cortar a cana e na hora de justar as contas não dava nem para pagar o que a gente comprava na mercearia [...], mas aí não tinha outra saída... a gente tinha que comer...

Dessa forma, como bem observou Machado (2008, p. 18), “o estímulo inicial de ter e poder usar o dinheiro era, porém, uma ilusão. Seu isolamento e a quase absoluta exclusividade do vínculo com o dono do engenho [...] faziam-no perder a liberdade de usar o que ganhava”.

Alguns poucos produtores que conseguiam plantar seus roçados por conta própria, ou seja, sem o financiamento do engenheiro, tinham a possibilidade de negociar a cana em qualquer engenho que lhes fosse conveniente, sem que com isso pudessem dispor de vantagens econômicas, haja vista que o valor da frásqueira era o mesmo independente de qual fosse o engenho. Entretanto, de uma maneira ou de outra os ribeirinhos dependiam dos proprietários de engenho para negociar a cana plantada, a qual era paga geralmente em forma de produtos do comércio. Como disse um morador de 65 anos da localidade de Maracapucú, ilhas de Abaetetuba: “era muito difícil ter alguém que tivesse a possibilidade de fazer um roçado fora de engenheiro, [...] não tinha jeito a gente dependia deles: mesmo que a gente plantasse por nossa conta, quando a cana madurecia vinha pra ele [proprietário do engenho]”.

Os engenheiros forneciam aos ribeirinhos “mantimentos” (isto é, gêneros alimentícios diversos, como jacaré salgado, farinha, capivara, etc.); remédios, combustível, atendimentos

médicos de emergência (como pequenos curativos, aplicação de injeções etc.), roupas para serem usadas, bebidas, dentre outros, ou seja, desfrutavam da assistência necessária pelo patrão, senhor de um sistema paternalista (GARCIA e LOBATO, 2011). Essa assistência prestada pelo dono de engenho alimentava o sistema de aviamento que, enraizado na própria cultura local, perdurou mesmo depois da ruína dos engenhos em outros ramos de negócios.

Paralelo ao sistema de aviamento, ainda existia a chamada “lei da metade”. Conforme observado por Anderson (1991), sempre foi aceito na região que o “engenho” (isto é, o engenheiro) tivesse direito à metade de cada *frasqueira* de cana entregue pelos ribeirinhos. Para pagar a cana com base na metade do seu produto final, seria conveniente arbitrar a quantidade média de aguardente produzida por uma quantidade de cana. Neste caso era aceito que uma *frasqueira* de cana correspondia a 24 litros de aguardente. Essa quantidade também era denominada de “*frasqueira*”<sup>10</sup>. Após esperarem aproximadamente 12 à 18 meses, tempo em que a cana amadurecia para ser entregue ao engenho, o ribeirinho responsável pelo roçado, só tinha direito à metade da produção resultante, que era usualmente paga em produtos do comércio através do sistema de aviamento.

Sobre este acordo Anderson (1991) faz as seguintes considerações:

[...] acredita-se que esse direito [da metade] tenha sua origem nos tempos coloniais quando donos dos engenhos de açúcar tinham obrigação de moer a cana dos produtores sem engenho, sendo compensados com a metade do produto finalmente obtidos. Como nessa região o produto final era aguardente e não açúcar, era difícil acompanhar um carregamento de cana para verificar o seu rendimento real, devido ao fato de misturar-se cana de vários canavialistas, a fim de encher os taques de fermentação, e de espera-se dias para completar esse processo (ANDERSON, 1991, p. 108).

Com efeito, a negociação baseada na “lei metade” era aceita pelos canavialistas que na verdade nunca souberam a origem real desse “acordo”. De certo é que, independente de qual fosse o engenho, a negociação da cana se dava sempre com base na “metade” de seu rendimento final, o que sempre representou a partilha desigual dos lucros para os ribeirinhos que nunca conseguiam prosperar economicamente mesmo trabalhando intensamente de sol a sol.

Aqui encontra-se, portanto, um dos principais fatores de desapontamento dos ribeirinhos ao se referir à economia da cachaça nesse período. Nas pesquisas de campo

---

<sup>10</sup> O termo “*frasqueira*” referia-se à unidade de medida para fins de transação comercial entre plantadores de roçados e os proprietário de engenhos.

realizadas nas localidades onde existiram um ou mais engenhos (como Maracapucú, Guajarazinho, Arumanduba, Acaraqui, Maúba, dentre outras) percebemos que os ribeirinhos, embora cientes que a época dos engenhos caracterizou um importante meio de trabalho, reconhecem também que participavam de um sistema de troca que apenas beneficiava o engenheiro. Um dos exemplos mais relatados pelos ribeirinhos entrevistado que estiveram envolvidos nesse processo diz respeito ao cálculo proporcional feito pela venda da cana, que, de acordo com os mesmos, na maioria das vezes não correspondia à quantia exata entregue ao canavialista, ou seja, além de terem participar do “acordo da metade” e do sistema de aviamento, estes também tinham o valor de seus produtos calculados de maneira arbitrária por parte dos engenheiros. É disso que se refere um antigo plantador de roçado morador da localidade de rio Campompema, ilhas de Abaetetuba, ao relatar as seguintes palavras:

[...] a gente tinha que carregar o batelão até a mais da medida certa: se o batelão desse 10 frasqueira, eles [os engenheiros] diziam que dava só 8 e duas a gente perdia: ficava pra eles; então eles nos davam só 4, porque a gente só tinha direito na metade (**Entrevista concedida por um morador de 65 anos, em 20/03/13**).

Um fato curioso neste aspecto é notado por diversos moradores ribeirinhos entrevistados quando relatam uma prática comum utilizada no cálculo desproporcional da cana que entregavam ao engenho que consistia no calculo indevido da marca do batelão. Isto é, era comum que cada batelão que transportava a cana tivesse uma **marca d'água** em sua parte externa, geralmente feita com tinta, que servia para conferir uma determinada quantia de cana embarcada no batelão e entregue ao engenho. A marca era feita de acordo com a capacidade de carregamento do batelão sendo medida com base no peso aproximado da frasqueira de cana.

Porém, contam os ribeirinhos que em muitos casos, a marca d'água era feita arbitrariamente pelo engenheiro acima da linha que correspondia à medida real da cana, isto é se a marca d'água feita pelo dono do engenho estivesse indicando um carregamento de 10 frasqueiras, por exemplo, na verdade a carga real correspondia a um carregamento superior, o que o que significa que o dono do engenho sempre se apropriava indevidamente de uma parcela da cana entregue através dessa prática.

### 3.5 O BENEFICIAMENTO DA AGUARDENTE

O beneficiamento da cana em aguardente compreendia diversas etapas caracterizando uma forma tradicional produção, assim como, no plantio e manejo da cana produzida nos engenhos, já que, a mão-de-obra principal era constituída pela população

ribeirinha. O processo iniciava com a queima da madeira (retirada do próprio processo de preparo dos roçados) ou do bagaço nas caldeiras nas primeiras horas da manhã (Fotografia 4).

Fotografia 4 - Queima da lenha e do bagaço da cana-de-açúcar na fornalha do engenho de aguardente/ ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970).

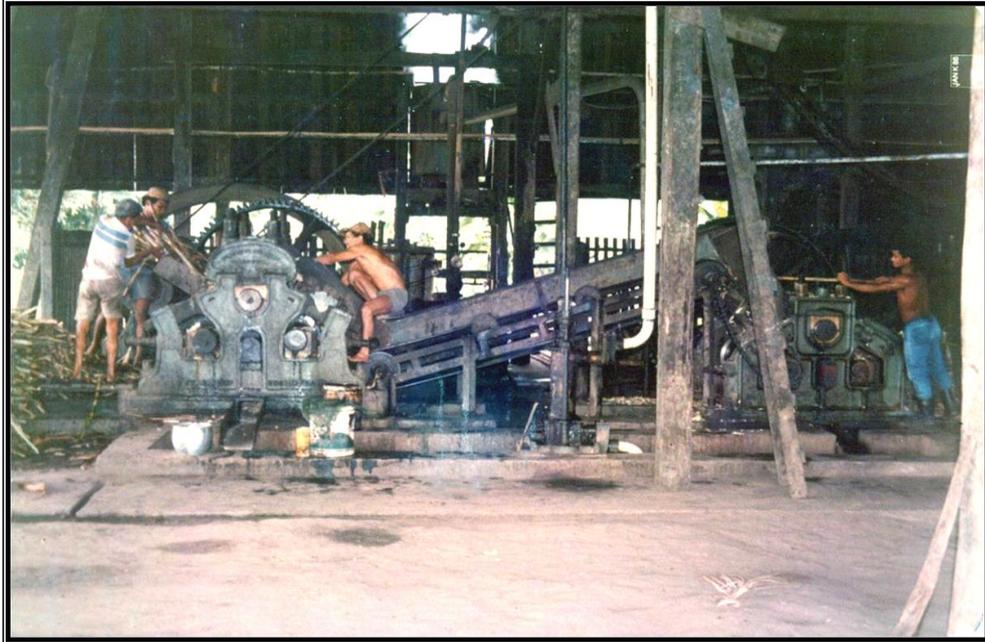


Fonte: Arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

A queima da lenha e do bagaço aquecia um reservatório de água até que este entrasse em ebulição, produzindo o vapor que era canalizado por tubulações de ferro até o cilindro. No cilindro continha um pistão que executava a compressão e expansão do vapor em movimento constante possibilitando o funcionamento do maquinário.

Ao passo que eram movimentadas as máquinas, a cana, carregada dos picadeiros pelos trabalhadores e colocada a uma posição estratégica, era introduzida manualmente nas moendas (Fotografia 5) que ficavam nas dependências dos engenhos e eram responsáveis pela trituração e extração de um líquido esverdeado e doce chamado de “garapa”.

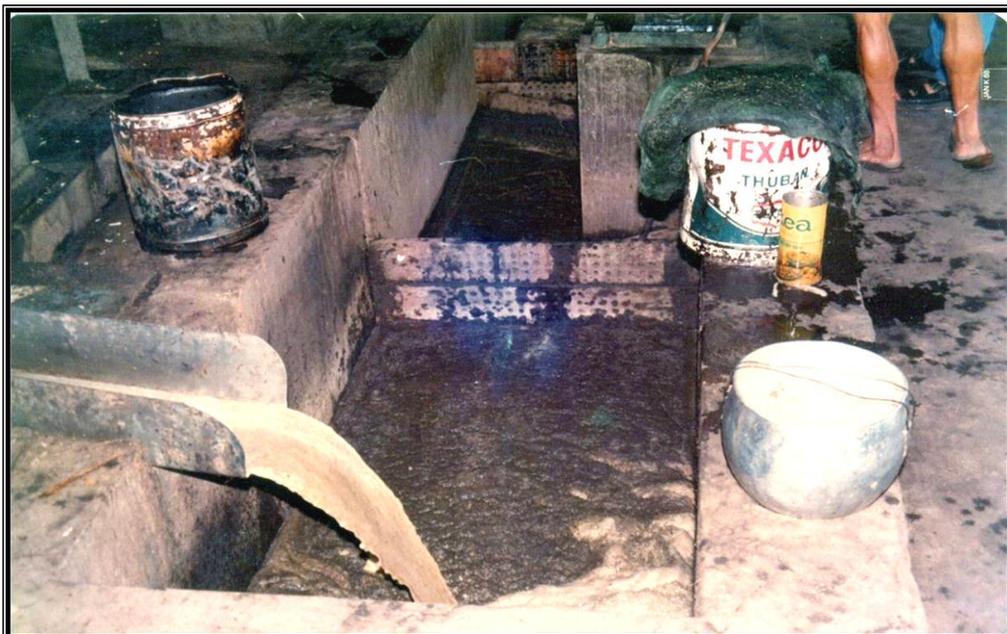
Fotografia 5 - Trabalhadores introduzindo a cana na moenda /ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970).



Fonte: Arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

As moendas eram postas em operação com auxílio de grandes engrenagens conectadas às máquinas a vapor através de alavancas (como se pode observar na foto acima). O movimento do pistão fazia girar uma alavanca acoplada às engrenagens e o movimento era transmitido aos rolos das moendas que esmagavam as varas de cana-de-açúcar. O caldo da cana esmagada na moenda caía em um recipiente em forma de calha e escoava para um depósito em concreto conhecido como “paiol”, como mostra a Fotografia 6.

Fotografia 6 - “Paiol”, local onde se armazenava a garapa após a trituração da cana (data aprox. 1970).



Fonte: arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

No paiol existia uma bomba sugadora que conduzia a garapa em sentido ascendente, num processo lento e ritmado, até as chamadas “dornas de fermentação”, que eram enormes tonéis (Fotografia 7) onde a garapa ficava por cerca de quatro a cinco dias quando completava o período necessário para sua fermentação que ocorria de forma espontânea.

Fotografia 7 - Dornas de fermentação da garapa no engenho /ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970).



Fonte: arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

Conforme fica em evidência através desta imagem, eram colocadas tábuas de madeira sobre as dornas que serviam de pontes para os trabalhadores pudessem conferir os pontos de fermentação da garapa. Como as dornas ficavam descobertas estas acumulavam no seu interior insetos, sujeiras e fuligem, liberadas pelas máquinas em movimento, caracterizando assim um procedimento realizado sem as mínimas condições de higiene. Todavia, a aguardente resultante era isenta de impurezas e muito bem apreciada na região sendo considerada de boa qualidade.

Após o período de fermentação a “garapa azedada” era levada por tubulações de PVC até uma bomba que utilizava força gerada pelo vapor d’água da caldeira que conseguia ejetá-la até o alambique (Fotografia 8) onde ocorria o processo de destilação. O alambique ativado fazia a garapa azedada (fermentada) atingir o ponto de ebulição a uma temperatura inferior a 100° C., resultando na aguardente.

Fotografia 8 - Alambique de destilação da aguardente /ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970).



Fonte: arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

Cada alambique era constituído por três recipientes cilíndricos, inoxidáveis, que através do vapor gerado pela caldeira fazia a garapa ferver. Após atingir a temperatura adequada no alambique aquecido pelo vapor da caldeira, a aguardente seguia para o processo de resfriamento que era feito em grandes recipientes construídos em madeira que jorravam por três torneiras com controle de termômetros que detectavam o teor de álcool da cachaça, que deveria ser de 20%, e que indicava que a cachaça já estava pronta para ser embalada e destinada para ser consumo.

Após o resfriamento a aguardente que jorrava das torneiras era colocada em garrafões de plástico com capacidade para 24 e 36 litros, pronta para ser comercializada em pequenos comércios das nas ilhas de Abaetetuba e de outras partes do estuário amazônico.

Conforme se pode notar nas imagens, o processo de beneficiamento da aguardente era desenvolvido de maneira bastante artesanal e com base essencialmente na experiência empírica dos trabalhadores ribeirinhos responsáveis pelas respectivas estas etapas produtivas. As máquinas usadas remontam ao período da primeira revolução industrial a partir do final do século XIX. A reposição das peças em ferro, aço e cobre era muito difícil, mas os próprios trabalhadores ribeirinhos aprenderam a consertar e até construir peças novas para os engenhos. Não se têm conhecimento da época exata em que as máquinas a vapor foram

introduzidas na região. De acordo com Marques (2004), a máquina a vapor é referida em vários documentos de escrituras de venda de engenhos, como no caso da venda, em 1841, do Engenho Murutucu, às proximidades de Belém do Pará. Possivelmente foi a partir desse período que os engenhos de Abaetetuba, antes movidos à energia mecânica, passaram a equipa-se com esse tipo de maquinários.

### 3.6 O COMÉRCIO DA AGUARDENTE NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO

Até por volta de 1950, o meio de transporte nos rios do município e cercanias limitava-se a lentos barcos à vela tendo em vista a inexistência de rodovias que possibilitasse o transporte terrestre na microrregião do Baixo-Tocantins. Desse modo, o comércio da aguardente produzida nos engenhos locais era feito através dos famosos regatões que saiam de Abaetetuba seguindo o curso natural dos rios até a microrregião do Baixo Amazonas onde trocavam a aguardente com diversos produtos que eram negociados na volta com os engenheiros no sistema de aviamento. Novamente conhecimento empírico de navegação por parte dos ribeirinhos atuava em favor do desenvolvimento da economia aguardenteira.

Seu Arlindo, um ex-engenheiro que reside atualmente na cidade de Abaetetuba, relata que naquele período:

[...] os regatões levavam de bom-bom à agulha: um comércio [...]. Quando findava a linha: último rio do Amazonas, eles baixavam; não era dinheiro, eles recebiam jacaré, pirarucu, capivara, peles de animais... e assim se vinha. Aí eles traziam para nós, engenheiro, e quando nós não comprava eles vendiam para outros donos de comércio que quisesse (**Entrevista concedida por um morador da cidade de Abaetetuba, em 05/03/13**).

Além da aguardente, os regatões ofereciam aos comerciantes ribeirinhos de todo estuário produtos agrícolas, refrigerante, vinagre, etc., em troca de pele de animais silvestres, peixe salgado, carne de jacaré salgada, capivara, além de produtos extrativistas. Ao retornarem negociavam estes produtos com os proprietários dos engenhos e seus trabalhadores. Os regatões podiam ser aviados pelo engenheiro quanto à aguardente, para em troca, trazer produtos não produzidos na região, principalmente alguns gêneros alimentícios, ou seja, “mantimentos”, como dizem os próprios ribeirinhos. Os comerciantes dos regatões também levavam a aguardente para a Feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará. Dada a inexistência de estradas na época, a viagem até Belém via fluvial podia demorar até uma noite e um dia, dependendo das condições de maré e do vento. A cachaça era vendida nas frasqueiras com capacidade para 24 e 36 litros.

O comércio da aguardente ao entorno do estuário configurou durante muito tempo um sistema econômico e geográfico regional de caráter relativamente fechado compreendendo, de acordo com Anderson (1991), um “ciclo interno” e um “ciclo externo”:

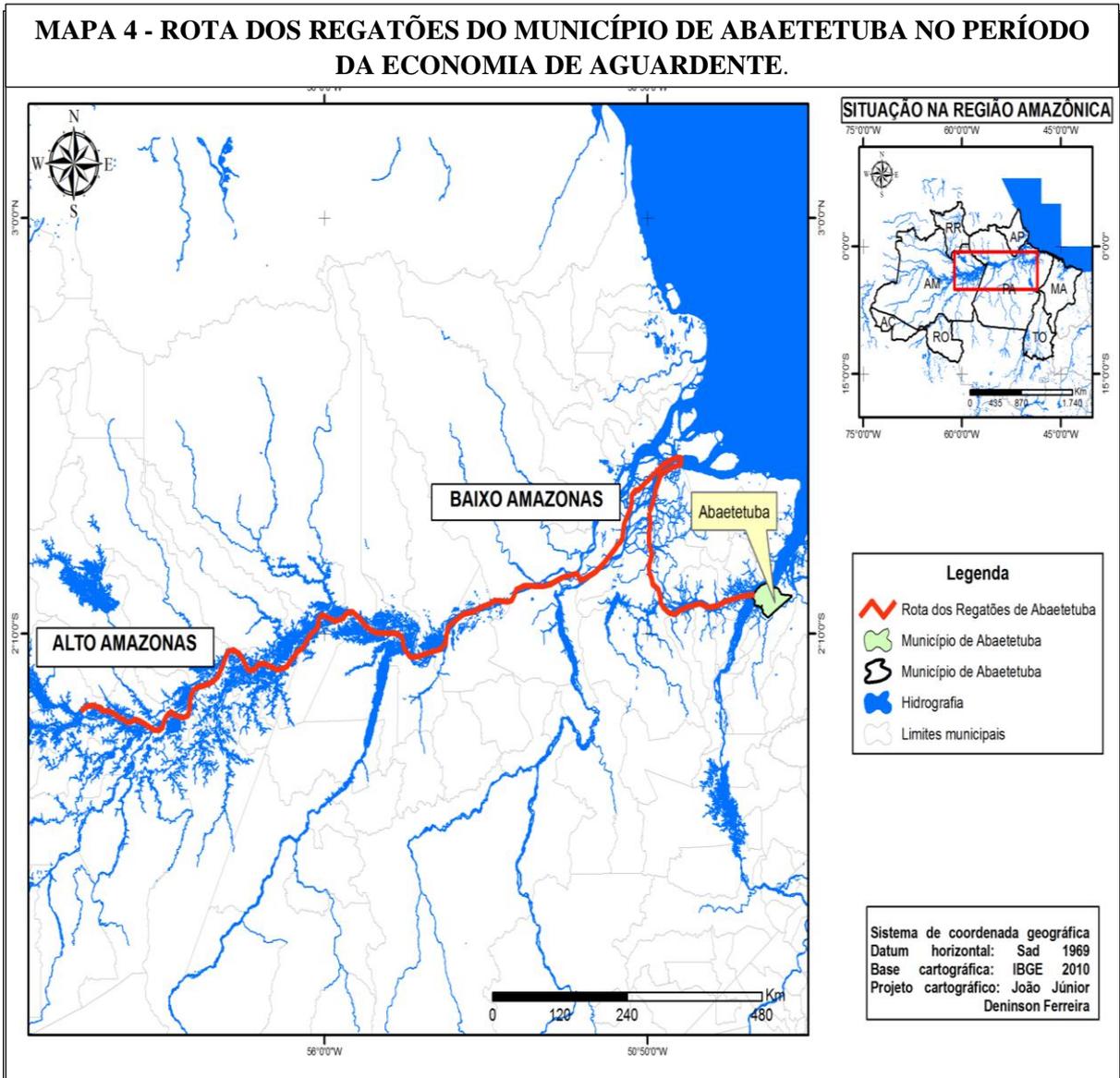
[...] no ciclo externo o engenheiro trocava aguardente com os regatões por produtos agrícolas, peixe salgado, gado, e manufaturados. No ciclo interno o engenheiro aviava os canavialistas e seus diaristas com estes produtos e, em troca, recebia cana-de-açúcar para produzir aguardente (ANDERSON, 1991, p. 109).

A ideia de que estes dois integrassem um sistema relativamente fechado sustenta-se no pressuposto de que os seus recursos, atividades e produtos tinham origem e fim limitados nas áreas ribeirinhas do estuário do Amazonas. Os ciclos só não eram totalmente fechados por causa da entrada de manufaturados de fora em pequena escala através do sistema de regatão. O equilíbrio no funcionamento desse sistema se dava exatamente em função da dependência mútua entre os envolvidos com destaque para o papel dos ribeirinhos tanto no setor agrícola quanto no setor de fabricação e comercialização da aguardente.

Com a rápida expansão urbana e a disseminação dos motores à diesel em barcos da região, notadamente a partir da década de 1950-60, o comércio se expande e impulsiona o escoamento da cachaça fabricada no município de Abaetetuba. O transporte em barcos motorizados, em substituição aos navios à vapor e aos regatões movidos à vela, representou para os comerciantes de aguardente a ampliação das vendas, pois

[...] estes motores tinham a vantagem de serem mais compacto e de consumir combustível mais concentrado em relação à motores a vapor que queimavam lenha. Assim, barcos com motores a diesel tinham mais capacidade disponível para carga, o que reduzia o custo de transporte de produtos pesados e volumosos, como a aguardente (ANDERSON, 1991, p. 109).

Os numerosos regatões movidos a vela no Baixo Tocantins, quando transformados à diesel, passaram a negociar também no Baixo e Médio Amazonas. Esta expansão do raio da atividade, de acordo com Anderson (1991), resultou na ampliação de vendas da aguardente produzida nos engenhos de em Abaetetuba e Igarapé-Miri. Este aumento na demanda da cachaça foi reforçado ainda pelo crescimento natural da população ribeirinha ao longo do Amazonas que neste período e também pelo aumento de sua renda oriunda da venda de peles de animais silvestres destinados ao comércio internacional que possibilitava aos comerciantes inclusive o pagamento da aguardente em dinheiro. O Mapa 4 mostra a rota principal dos regatões em direção ao Alto e Baixo-Amazonas.



Fonte: Laboratório de Análise e Informações Geográficas (LAIG/UFPA).

Nesse período o setor marítimo em Abaetetuba cresceu consideravelmente e os comerciantes locais que viajavam para o Amazonas puderam acumular riquezas proporcionadas pela venda da aguardente e de outros produtos que faziam parte do intercâmbio comercial, como carne de capivara e o jacaré salgados que traziam para comercializar no município.

Com a crescente demanda de aguardente nesse período, foi necessário adquirir equipamentos de maior capacidade para os engenhos já existentes e montar engenhos novos, o que foi possível com a ampliação do volume de negócios em todo estuário possibilitado pelo sistema de aviação. Foi justamente nesse período que o número de engenhos mais cresceu nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Indicadores sobre a agroindústria de aguardente no município de Abaetetuba e Igarapé-Miri (PA) entre 1920 à 1987.

INDICADORES	1920-1950	1950-1960	1960-1975	1987
Número de Engenhos	30	50	60	16
Ha. em cana-de-açúcar	1.650	4.650	5.500	720
Produção de aguardente em 1.000 litros	2,0	5,6	10,6	0,9
Empregos diretos				
Setor agrícola	<u>775</u>	<u>1960</u>	<u>2760</u>	300
Setor industrial	550	1550	2200	240
	225	410	560	60

Fonte: Anderson (1991)

Os números retratados na tabela acima mostram que foi no período de 1960 à 1975 que a economia de aguardente mais prosperou nos municípios de Abaetetuba e Igarapé Miri no Pará. Além da multiplicação do número de engenhos, houve também o crescimento da área plantada em cana de açúcar; da produção de aguardente, que ultrapassou a histórica cifra dos 10.000 litros; além do número de empregos diretos na agricultura e na indústria que cresceu nos dois municípios no período referido. De acordo com Anderson (1991, p. 111) “a expansão da produção, tanto agrícola como industrial, para atender à crescente demanda ocorreu não tanto por inovações na tecnologia, mas essencialmente pela multiplicação de unidades em produção”, isto é, de engenhos. Pequenos engenhos aos poucos passaram a ser médios, e os equipamentos descartados de menor porte serviram para equipar novos engenhos. Em alguns casos, engenhos novos foram montados por alguns poucos ex-canavialistas que conseguiram certo grau de capitalização.

Um dos engenhos que esteve em funcionamento no período áureo foi o engenho Santa Rosa (Fotografia 9), situado no rio Guajarazinho nas Ilhas de Abaetetuba-PA que, de acordo com levantamento de Garcia e Lobato (2011), teve vários proprietários e sempre produziu aguardente de excelente qualidade. Seu último proprietário foi o senhor Benedito Amândio da Silva (Bebé), com o qual tivemos oportunidade de conversar por ocasião de nossa pesquisa de campo realizada na comunidade de Guajarazinho, ilhas de Abaetetuba-PA.

Fotografia 9 - Antigo engenho Santa Rosa, rio Guajarazinho /ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970).



Fonte: Arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

É importante ressaltar, que o aumento do número de engenhos e, por conseguinte, o aumento da produção de aguardente, não significou necessariamente o avanço tecnológico no setor industrial, uma vez que os maquinários que funcionavam a vapor continuaram os mesmos e apenas uma pequena parcela dos engenhos puderam ser equipados com maquinários novos. Neste caso, o aumento da produção de aguardente se deveu essencialmente à multiplicação do número de engenhos, como salienta Anderson (1991).

Apesar desta expansão, as relações de trocas entre engenheiros e os ribeirinhos também não mudou, exceto na monetarização da frasqueira, ou seja, com o aumento da demanda, que gerou maiores lucros aos engenheiros, os canavialista e os proprietários de terras já não recebiam mais em produtos, mais em dinheiro. O engenheiro continuava pagando a metade das frasqueiras de cana entregues, porém a preço corrente no mercado de uma frasqueira de aguardente. “Assim, o tradicional sistema agroindustrial respondeu o aumento do estímulo da demanda e teve capacidade de quase triplicar seu porte numa década sem alterar sua natureza” (ANDERSON, 1991, p. 11).

### 3.7 A MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DAS ILHAS EM FUNÇÃO DOS ENGENHOS

Como o setor agrícola em alta, a população ribeirinha voltou-se como nunca na história para o desenvolvimento desta atividade. Se antes desse período a economia ribeirinha esteve voltada para uma série de atividades subsistentes, como a pesca, a caça, a agricultura em pequena escala, com a expansão da economia aguardenteira o trabalho nos engenhos e principalmente nos roçados de cana passou a ser a principal atividade entre moradores das comunidades locais como relata um antigo da comunidade de Maúba, ilhas de Abaetetuba:

Naquele tempo era difícil ter alguém que não trabalhasse no roçado ou no engenho. Muita gente parou até de pescar para plantar cana. Quem não tinha nada tinha dois a três roçados de cana que ia tudo pro engenho [...] tinha gente que tinha até 10 roçados. Era o trabalho daquela época, a maioria do povo daqui criou os filhos com isso [cultivo da cana] (**Entrevista concedida em 23/05/2013**).

O reflexo desse período no contexto ribeirinho local foi sentido tanto no que diz respeito à dinâmica social, com, por exemplo, as relações socioeconômicas voltadas para o desenvolvimento desta atividade, quanto na própria configuração territorial, uma vez que os objetos geográficos que retratavam tal contexto, como os meios de transporte (canoas, batelões e barcos), os terrenos de várzea dominados por plantações de cana, assim como os próprios engenhos espalhados pelas margens dos rios, eram ordenados em função desta atividade que compreendia a economia de aguardente.

O impacto desse período gerou tanta mudança na vida dos ribeirinhos que muitas famílias, sob o incentivo dos próprios proprietários de engenhos, chegavam a retirar seus açazais para plantar a área em cana-de-açúcar, uma vez que o próprio açai ainda não tinha um mercado desenvolvido como a partir da década de 1990. Nesse período os roçados de cana dominaram a quase totalidade dos terrenos de várzea do município refletindo a importância desta atividade naquele período.

Mesmo de maneira indireta os ribeirinhos estavam envolvidos com esta atividade. Um exemplo disso pode ser notado entre os próprios comerciantes das pequenas e tradicionais mercearias às margens dos rios. Contam os antigos moradores que a mercearia que não tivesse a “cachaça da boa” era pouco frequentada e quase não vendia nada. Até para iniciar a jornada nos engenhos era necessário uma boa doze de “pinga”, como eles mesmo dizem.

De acordo com Pacheco (1988, p. 6), “o progresso do comércio municipal decorria alicerçado no respaldo financeiro adquirido da venda de aguardente e da sua troca com outros produtos de fora do município”. Por isso, os proprietários de engenhos podiam desfrutar de condições econômicas relativamente estáveis em relação à maioria das famílias ribeirinhas da

época que trabalhavam no ramo. Suas residências exibiam a opulência de seus enriquecimentos; eram espaçosas e arejadas construídas com madeiras nobres e bem iluminadas com motores particulares alimentados a óleo diesel. Por outro lado, trabalhando em função do engenho, a maioria dos trabalhadores ribeirinhos mal conseguia garantir o sustento diário de suas famílias vivendo em pequenas casas feitas de madeira cobertas com palhas e iluminadas à luz de lamparina. Essa realidade contraditória foi uma das marcas do período áureo dos engenhos que deram título à “terra da cachaça”.

À parte da contradição socioeconômica, o progresso da economia aguardenteira, sustentado no trabalho ribeirinho, continuou rumando para um futuro econômico que só viria decair a partir de 1975, quando uma série de fatores, de ordem interna e externa à região, começou a interferir no funcionamento do sistema tradicional que envolvia os engenhos contribuindo para o seu declínio.

### 3.8 O DECLÍNIO (1975-1988)

Com o passar do tempo o funcionamento do sistema agroindustrial tradicional dedicado ao cultivo de aguardente e fabricação de aguardente no município de Abaetetuba e cercanias já não era mais o mesmo. A sociedade aguardenteira começou a ter maiores contatos externos. Os meios de transporte, agora movidos a diesel, tornaram-se mais comuns, diminuindo o tempo de viagem até Belém e outras áreas do estuário amazônico. Por outro lado, a abertura de grandes rodovias na Amazônia, em curso desde a década de 1960, sob o incentivo do capital, irá influenciar decisivamente a dinâmica socioespacial local rompendo com o isolamento geográfico da região produtora de aguardente, o que terá impactos diretos no funcionamento do sistema agroindustrial tradicional, que funcionou sem grandes alterações durante mais de três décadas.

Com a implantação de estradas e investimentos do governo federal na chamada “Amazônia de fronteira”, os sistemas agroindustriais do estuário amazônico entraram paulatinamente em declínio, realidade que se fez presente no contexto do Baixo-Tocantins, particularmente na área de estudo. Assim como as demais cidades ribeirinhas da Amazônia, naquele contexto Abaetetuba estava voltada quase exclusivamente à dinâmica dos rios. Com a abertura da rodovia Belém-Brasília, que possibilitou a integração física do Pará ao restante do País, assim como da rodovia PA-151 ligando Belém a Baião – interligando Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri e Mocajuba, no Baixo Tocantins – e a PA 252, ligando Abaetetuba a Belém, o porto da cidade deixa de ser o único local de intercâmbio comercial de produtos do comércio. Com resultado da abertura de estradas, a aguardente oriunda de outros estados do

Brasil invade o mercado regional, concorrendo a custos bem menores comparados aos da aguardente produzida na região.

Atentando para este aspecto Anderson (1991) faz a seguinte consideração:

[...] os problemas que o sistema agroindustrial enfrentou no seu auge não eram oriundos de um desequilíbrio interno no seu funcionamento e nem da sua própria expansão, mas sim, do rompimento do isolamento [geográfico] de seu mercado. Produtores de outras regiões desafiaram os engenheiros com um produto que concorria tanto na qualidade como no preço (ANDERSON, 1991, p. 112).

Desse modo, o sistema agroindustrial que funcionava a partir de um contexto geográfico relativamente fechado, circunscrito no âmbito do estuário amazônico, sofre profundas alterações no seu equilíbrio interno. O rompimento do isolamento permitiu o ingresso de produtos industrializados provocando o impacto na frágil economia local.

Nas entrevistas com alguns antigos proprietários de engenhos, por ocasião de nossas pesquisas de campo na área de estudo, percebeu-se que estes são incisivos em afirmar que a entrada de aguardente do Nordeste e Sul do Brasil contribuiu decisivamente para que os engenhos de aguardente deixassem de operar. Um ex-proprietário de engenho argumenta:

Antes de aparecer essa cachaça do Sul a gente até tinha dificuldades mas dava pra sobreviver dos engenhos [...]. E não era só nos engenheiro, tinha muita gente que dependia da cachaça. Mas chegou uma época que não deu mais pra ninguém. Nós não tivemos condições de concorrer com a cachaça vinda de fora porque eles vendiam mais barato e a gente tinha muita despesa (**Entrevista concedida por um ex-engenheiro, 74 anos, em 29/03/13**).

O desafio da concorrência de fora coincidiu com o declínio do sistema de comercialização através dos regatões. Esse declínio, como foi dito no primeiro capítulo, deve-se, em parte, à proliferação de estradas e barcos de linha que facilitam o acesso aos mercados para produtores rurais, reduzindo, assim, sua dependência dos regatões (MCGRATH, 1999). Não obstante, a elevação dos custos de manutenção e operação das embarcações que comercializavam a aguardente abaetetubense, tornava viável a competição com outras formas de comércio direto com o Baixo Amazonas, notadamente a praticada por grandes armazéns atacadistas do Centro Sul que através de caminhões dominavam o mercado da região com bons preços e prazos maiores, uma vez que eram financiados por grandes bancos, o que não acontecia com os comerciantes de barcos que não dispunham de qualquer forma de financiamento para oferecer crédito aos clientes.

A concorrência cada vez maior da “cachaça do Sul”, como os próprios donos de engenhos dizem, diminuiu a margem de lucro dos engenheiros que buscaram se adequar às novas condições de mercado. De acordo com relatos de um antigo dono de engenho de 74 anos de idade, a situação ficou tão difícil que este teve que abandonar a aguardente produzida

localmente passando a engarrafar e vender aguardente vinda do Sul, que por sinal não significou uma saída promissora. Para piorar a situação, a cerveja passou a disputar a preferência com a aguardente de qualquer origem, inclusive no interior. Tudo isso fez com que os custos dos engenheiros aumentassem enquanto suas vendas caíam.

Além da concorrência das bebidas oriundas Sul e do Nordeste do Brasil, uma série de outros fatores, de ordem interna e externa à região, também concorreram para o declínio do sistema tradicional que envolveu os engenhos de aguardente no município de Abaetetuba. Um destes fatores foi a implementação das leis trabalhistas no município. Com a crescente presença do Governo Federal na Amazônia os engenhos também passaram a ser efetivamente sujeitos à legislação trabalhista, especialmente depois da implantação de uma Junta do Ministério do trabalho em Abaetetuba no final de 1974, como jurisdição sobre o município de Igarapé-Miri, que trouxe muitos problemas entre os engenheiros e os ribeirinhos.

Inicialmente a reação dos engenheiros foi a de ignorar as exigências e despesas decorrentes dessa legislação e de manter o tradicional regime paternalista e pessoal. No entanto, aos poucos os trabalhadores que atuavam na informalidade, orientados por advogados, passaram a reivindicar seus salários e todos os seus direitos a que faziam jus, de forma que parte do capital acumulado pelos engenheiros passou ser distribuída entre os funcionários e estes começaram a afundar em dívida.

Nessa época, o número de advogados havia crescido no município em relação aos anos anteriores, isso possibilitou que estes pudessem intervir em favor das causas dos trabalhadores ribeirinhos que se voltaram em massa contra seus patrões diante da possibilidade de receberem qualquer dinheiro, afinal sempre trabalharam sem garantia de seus direitos, embora podendo contar com a assistência paternalista dos engenheiros. Quanto a este aspecto um ex-engenheiro de 77 anos relata a seguinte situação:

[...] Inauguraram o Ministério do Trabalho aqui, e não sabendo a lei como era, porque lei do mato é uma coisa e a lei deles não procurava saber como era que a gente vivia, foram buscar lei de trabalhador de vinte, trinta anos. Aí eles falavam com os advogados, arrumava umas testemunhas e jogassem a gente na justiça. Mas a gente fazia tudo pra eles porque não tinha negócio de carteira de trabalho nesse tempo, quando eles adoeciam a gente mandava no barco pra cidade, até a rede a gente dava pra eles dormirem [...], mas eles não quiseram saber disso (**Entrevista concedida por um morador das ilhas, em 29/03/13**).

Surgia então a “lei do mato”, a qual se refere este morador, diz respeito a um conjunto de situações específicas referentes ao funcionamento do sistema de produção tradicional que não foram levadas em conta por parte da Junta que representava o Ministério Público do Trabalho. Por exemplo, uma das exigências era que o horário de trabalho fosse adequado de acordo com as leis trabalhistas, porém, como relataram vários engenheiros, os horários de

trabalho dependiam em muito dos ciclos da natureza, ou seja, do regime de marés – uma vez que as vias fluviais eram o único meio de transporte dos produtos dos engenhos – e das condições climáticas – visto que a chuvas, embora fossem necessárias ao ciclo produtivo da cana, impossibilitava que determinadas atividades dos engenhos fossem realizadas em tempo previsto. Era comum que algumas etapas de produção fossem realizados no período da noite, dependendo das condições da maré. Essa falta de adequação à “lei do mato”, como disse o entrevistado, não foi levada em conta pelos representantes da Justiça do Trabalho.

Diante da situação, muitos engenheiros entregaram suas terras e até seus engenhos aos ex-empregados como forma de pagamento de suas dívidas de anos de trabalho informal. Em muitos casos, ressalta Anderson (1991), engenhos inteiros foram tomados pela Justiça do trabalho para pagamento destas dívidas trabalhistas, e permaneceram parados, em processo de deterioração, por não acharem compradores interessados em reativá-los. Desse modo, com as sentenças sempre desfavoráveis e o desembolso de vultosas quantias para indenizar empregados, os engenheiros foram obrigados a fechar suas indústrias e partir para outros negócios.

Outro fator que contribuiu para o declínio da economia de aguardente foi a falta de investimentos na indústria que não possibilitou que os engenhos pudessem concorrer com os produtos de outros estados. Conforme ressalta Machado (2008), os engenhos sempre funcionaram de acordo com uma concepção primitiva de produção e de relação econômica. “Os mesmo maquinários do século XIX que iniciaram a produção ainda eram utilizados no seu acaso ao final dos anos de 1960. Nenhum melhoramento tecnológico nos equipamentos [...] foi introduzido e talvez aí esteja a razão de sua decadência” (MACHADO, 2008, p. 19).

Além destes, outros fatores não menos importantes, podem ser acrescidos nesse processo, como, por exemplo, a instalação da energia elétrica, nas sedes dos municípios, água encanada, serviço de telefonia, televisão, melhorias no serviço de saúde pública, etc., que permitiram estabelecer consideráveis diferenças entre a vida na cidade e no interior, o que contribuiu para que muitos engenheiros, capitalizados, passassem a desenvolver negócios na cidade.

Finalmente, a assistência do governo não se fez presente no momento em que os engenhos do Baixo-Tocantins mais precisaram. De acordo com Anderson (1991), a ausência dos órgãos encarregados de apoio foi marcante de modo que o órgão máximo de desenvolvimento regional, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), não prestou qualquer tipo de ajuda, direta ou indiretamente, aos produtores de cana ou proprietários de engenhos de Igarapé-Miri e Abaetetuba, embora este setor tenha sido

responsável por quase 2000 empregos diretos no setor agrícola, ou seja, mais de 60% de todos os empregos criados pelos projetos agropecuários incentivados pela SUDAM em todo o Estado do Pará nos 20 anos até 1985, conforme salienta Anderson (1991).

Em resumo, baseado nos argumentos apresentados, convencionamos destacar 5 principais fatores principais que concorreram para o declínio do sistema agroindustrial tradicional no Baixo-Tocantins, e especial na área de estudo:

1. O rompimento do isolamento geográfico da área produtora de aguardente, possibilitado pela abertura de estradas, e a conseqüente entrada de produtos oriundos de outros Estados oferecidos a preço mais barato, o que desestabilizou a frágil economia local que não teve tempo nem apoio para reagir.
2. O problema da mão-de-obra que, dadas as condições de informalidade, trouxe sérias conseqüências para empregados e patrões, sobretudo para estes últimos que, tendo que dividir parte do capital acumulado com seus trabalhadores, começaram a afundar em dívidas chegando inclusive a entregar seus próprios engenhos à terceiros como forma de pagamento de suas dívidas;
3. A falta de investimentos na indústria, que não possibilitou a reposição das máquinas obsoletas, o que se refletiu em um atraso tecnológico que impossibilitou que a cachaça abaetetubense pudesse competir, em preço, com as bebidas destiladas oriundas de outros Estados.
4. A melhoria de serviços públicos oferecidos na cidade assim como a implementação de instituições de ensino superior que permitiram estabelecer consideráveis diferenças entre a vida na cidade e no interior, o que contribuiu para que muitos engenheiros mudassem para a cidade onde seus filhos pudessem se formar profissionalmente e atuar em outros ramos de negócios, já que o trabalho nos engenhos não era visto como promissor como nos bons tempos.
5. A falta de assistência dos órgãos de governo aos produtores de cana e proprietários de engenhos do município de Abaetetuba e Igarapé-Miri, fato que dificultou qualquer tomada de iniciativa por parte de muitos engenheiros que foram obrigados a abandonar o ramo.

Por todos os desestímulos anteriormente citados, os engenhos de aguardente que deram nome à “terra da cachaça”, foram gradativamente sendo prenunciados à ruína total, de modo que no ano de 1988 apenas 8 engenhos, dos 44 outrora existentes, continuavam

funcionando, porém em estado precário (PACHECO, 1988) que logo foram completamente abandonados assim com os outros.

Em pesquisa aos engenhos remanescentes nas ilhas de Abaetetuba por volta do final da década de 1980, Pacheco (1988), diante das circunstâncias da época, parece não ter dúvida da realidade que estava por vir ao descreve as seguintes palavras:

[...] a situação real dos engenhos que ainda persiste é desesperadora e, a minguada produção de aguardente que chega à cidade para ser comercializada, deixa uma certeza incontestável em qualquer pesquisador: está próxima a extinção dos engenhos e, conseqüentemente, da aguardente de cana fabricada no município de Abaetetuba (PACHECO, 1988, p. 9).

Os engenhos de que esta pesquisadora se referia naquele período logo foram fadados ao declínio. Navegando pelos rios em direção às ilhas de Abaetetuba ainda hoje é possível visualizar algumas instalações de antigos engenhos completamente abandonadas e cobertas de matos. Um dos mais antigos engenhos do Baixo Tocantins que viveu tempos gloriosos no período áureo da aguardente foi o engenho “São Jerônimo” que atualmente encontra-se em completo estado de abandono às margens do Furo do Panacuera, a uma distância de aproximadamente 2 horas de barco da cidade de Abaetetuba (Fotografia 10).

Fotografia 10 - Engenho São Jerônimo após ter sido abandonado às margens do Furo de Panacuerazinho/ ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox.1995).



Fonte: arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

Conforme frisado no primeiro capítulo, diversas famílias nordestinas foram trazidas pelo proprietário do engenho São Jerônimo na década de 1960 para trabalhar nos canaviais e acabaram ficando no município onde passaram a integrar a população ribeirinha das ilhas.

Até por volta do ano de 2012, somente por tradição, funcionou um único engenho remanescente do período áureo no município de Abaetetuba denominado “Engenho Pacheco” (Fotografia 11) de propriedade do Senhor Jurandir Corrêa Pacheco, situado à margem direita do rio “Furo Grande”, a uma distância aproximada 50 minutos de barco da sede municipal, a cidade de Abaetetuba, engenho este que por sinal também deixou de operar devido a uma série de desestímulos, encerrando, assim, não apenas um ciclo econômico, mas, igualmente, um período que marcou profundamente a história social, econômica e geográfica dos ribeirinhos habitantes da chamada “Terra da Cachaça”.

Fotografia 11 - Engenho “Pacheco”, situado às margens do rio Furo Grande /ilhas de Abaetetuba-PA (2013).



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Devido sua importância para a história do município engenho Pacheco, que chegou a produzir cerca de 40.000 litros por semana entre as décadas de 1960-70 (GARCIA e LOBATO, 2011) foi tombado pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, em Fevereiro de 2010, como Patrimônio Histórico do Estado (ver certidão de tombamento em anexo).

### 3.9 AS IMPLICAÇÕES DO DECLÍNIO DOS ENGENHOS NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL RIBEIRINHA

Evidentemente que grande parcela da população ribeirinha que dependia direta ou indiretamente desta dos engenhos para sobreviver sentiria os impactos do declínio da economia aguardenteira. Como o setor agrícola foi atingido em cheio, a partir da década de

1980 famílias inteiras ficaram sem trabalho, o que não foi diferente com as famílias que atuavam no setor industrial. Sem saída centenas famílias, que tinham no engenho o único meio de garantia da sobrevivência, deixaram suas casas nas ilhas e mudaram-se para a cidade em busca de melhores condições de vida. A Tabela 3 mostra alguns números relativos à dinâmica populacional no município em estudo que podem estar associados à esse processo.

Tabela 3 - População do município de Abaetetuba-PA entre as décadas de 1970-2000

Ano	1970	1980	1990	2000
Pop. Rural	37.735	40.793	43.600	48.309
Pop. Urbana	19.785	33.748	56.389	70.843
Total	57.520	74.541	99.989	119.152

Fonte: IBGE (1970 à 2000).

É possível notar na Tabela 3 que até a década de 1980 a maioria da população do município de Abaetetuba estava concentrada no campo; e uma grande parcela da população rural vivia em função do trabalho nos engenhos. Já a partir dos anos de 1980-90, justamente no momento em que a decadência dos engenhos já era fato consumado, coincidência ou não, a população urbana cresce em taxas superiores à população rural, o que sugere que este crescimento pode estar relacionado ao processo de migração da população ribeirinha em função do declínio dos engenhos.

Conforme apontam os estudos de Pacheco (1988), Anderson (1991), Machado (2008) Garcia e Lobato (2011), a saída de pessoas das ilhas para cidade favoreceu o surgimento de novos bairros (como o bairro de São João, São José e outros) provocando o crescimento demográfico e o surgimento de inúmeros problemas socioambientais que se agravarão com a chegada, na década de 1980, do projeto Albrás-Alunorte na cidade vizinha de Barcarena que afetaria sobremaneira a dinâmica urbana local, como bem analisou Tourinho (1991). Sem formação profissional que lhes garantissem condições dignas de trabalho, muitos moradores das ilhas acabaram com enxada nas mãos capinando as ruas da cidade por um salário tão

insignificante que jamais lhes garantiram sequer a moradia e tampouco subsídios econômicos para educar seus filhos ou até mesmo para a própria garantia da sobrevivência.

Para aqueles que permaneceram nas ilhas as dificuldades encontradas foram muitas. Geraldo Santos, ex-empregado de alambique, se reportando aos efeitos da crise da indústria de aguardente sobre a população ribeirinha relata:

[...] a época ficou marcada na memória de todos os moradores do município como um momento de grande fome: O desespero foi tão grande que centenas de famílias saíam em pequenas canoas pedindo esmola ao longo dos rios. Muitas crianças morreram de inanição [...]. As coisas que a gente via na beira do rio eram de fazer qualquer um chorar (**Entrevista concedida ao jornal “O Liberal”, em 19 jul. de 1992**).

As dificuldades enfrentadas se refletiram na exploração cada vez mais dos recursos naturais ali existentes. A intensificação da pesca, da caça, do extrativismo vegetal foi uma das alternativas buscada para suprir a necessidades de centenas de famílias sem trabalho. Neste contexto, os recursos tradicionais foram explorados cada vez com mais intensidade. A caça foi praticamente extinta: a pesca passou a render pouco; o camarão ao invés de complementar a dieta familiar foi capturado predatoriamente para a venda; e açazais inteiros foram derrubados para vender o palmito a fábricas. A antiga abundância acabou.

Parte dos recursos naturais, antes destinados ao consumo interno da família, passou a ser vendida principalmente na feira de Abaetetuba que se tornou principal ponto de comercialização de produtos de originalidade ribeirinha. Este período pode ser considerado um importante marco histórico que ajudou a consolidar a forte dinâmica de interação entre a cidade de Abaetetuba e as ilhas através do intercâmbio comercial estabelecido no porto da cidade.

Uma das alternativas imediata encontrada por algumas famílias foi retirada de açazais para extração do palmito que eram vendidos para inúmeras fábricas de beneficiamento do produto que se instalaram no município desde a década de 1970, fato que também se repetiu no município vizinho de Igarapé-Miri como observaram Garcia e Lobato (2011). Nota-se neste aspecto, que a extração predatória do palmito provocou diversos problemas de ordem socioambiental atingindo diretamente o ecossistema aquático, o que acelerou a escassez dos recursos pesqueiros que historicamente esteve na base da alimentação ribeirinha nas ilhas.

O setor oleiro, que se desenvolvia paralelo à economia de aguardente, ganhou relevância na geração de renda para a população ribeirinha quando os engenhos da aguardente

começaram a falir. Porém, essa atividade já vinha se sobressaindo desde o início da década de 60, alcançando, entre 1967-69, o segundo lugar na produção industrial do município, com aproximadamente 400 fábricas de artefatos de barro, principalmente telhas e tijolos usados na construção civil (LIRA, et al 1998). Assim, ao longo do tempo, as olarias foram substituindo a decadente indústria da cachaça, absorvendo parte de sua mão-de-obra e tornando-se um dos pilares de sustentação da economia local, nos mesmos moldes e na mesma área onde a economia de aguardente havia prosperado.

Se a expansão dos engenhos ensejou mudanças na dinâmica socioespacial ribeirinha, o processo de declínio refletiu ainda mais as mudanças ocorridas no contexto local pós década de 1990. No âmbito da **dinâmica social** a desintegração do sistema agroindustrial de produção de aguardente resultou no rompimento das antigas relações socioeconômicas entre os diferentes seguimentos sociais envolvidos nesse processo, notadamente os proprietários de engenhos e os ribeirinhos. No que diz respeito à **configuração territorial** o declínio dos engenhos refletiu um novo ordenamento dos objetos geográfico cujas mudanças puderam se notadas na própria feição da paisagem local. Os terrenos de várzea, que outrora estiveram dominados quase exclusivamente por plantações de cana, passaram a ser utilizadas em função de outras atividades de subsistência ribeirinha, principalmente do cultivo do açaí que a partir da década de 1990 passa a ser uma das principais (senão a principal) fonte de renda entre os ribeirinhos moradores das ilhas (retomaremos esse ponto no próximo capítulo).

Com isso o que era roçado de cana virou açazal configurando, assim, um novo arranjo espacial facilmente observado em qualquer percurso feito pelos “caminhos navegáveis” que são os rios, furos, igarapés e paranás que dão acesso às comunidades locais.

Deve-se vislumbrar que o impacto nos padrões econômicos dos ribeirinhos das ilhas, provocado pelo declínio da lavoura de cana no município, não foi recompensado à curto prazo, visto que o agroextrativismo do açaí – que passa a ser um das principais atividades de geração de renda entre os ribeirinhos das ilhas após o declínio dos engenhos – só representará uma alternativa economicamente viável a partir do final da década de 1990, quando o mercado regional de fruto cresce aumentando assim a demanda do produto cujo potencial da várzea fará do município um dos principais produtores de açaí do Baixo-Tocantins.

O Quadro 5 retrata alguns aspectos destas implicações considerando a **dinâmica social e econômica** assim como a própria **configuração territorial** nos três momentos analisados.

Quadro 5 - Principais implicações dos engenhos de aguardente nas ilhas de Abaetetuba-PA (1960-1987)

<b>CONTEXTO RIBEIRINHO ANTES, DURANTE E DEPOIS DO ESTABELECIMENTO DOS ENGENHOS.</b>		
<b>Antes</b> do período de expansão dos engenhos	<b>Durante</b> o período de expansão dos engenhos (1960-1975)	<b>Depois</b> do declínio dos engenhos (1987 em diante)
<p><b>DINÂMICA SOCIAL E ECONÔMICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• População concentrada nas ilhas;</li> <li>• Economia voltada para diversos meio de subsistência (pesca, agricultura subsistente, caça);</li> <li>• Relativa autonomia em relação à escolha dos meios de subsistência;</li> <li>• Relativa abundância dos recursos naturais;</li> <li>• Ausência de um mercado específico para produtos de originalidade ribeirinha.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de crescimento urbano</li> <li>• Crescimento do comércio da aguardente em todo estuário;</li> <li>• Crescimento do setor agrícola;</li> <li>• Multiplicação do número de engenhos;</li> <li>• Maior envolvimento da população ribeirinha no setor agrícola (cultivo da cana), fabricação e comercialização de aguardente (engenhos);</li> <li>• Dependência econômica do engenho e do engenheiro;</li> <li>• Estabelecimento de relações socioeconômicas baseadas no sistema de aviação;</li> <li>• Situação de pobreza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abandono das plantações de cana-de-açúcar;</li> <li>• Diminuição da mão-de-obra nos engenhos;</li> <li>• População ribeirinha sem trabalho</li> <li>• Migração para a cidade (Abaetetuba e Igarapé-Miri);</li> <li>• Enfrentamento dos problemas socioambientais urbanos;</li> <li>• Rompimento das antigas relações socioeconômicas entre proprietários de engenhos e população ribeirinha;</li> <li>• Envolvimento com outros setores da economia ribeirinha;</li> <li>• Exploração predatória dos recursos naturais (como o palmito e o peixe);</li> <li>• Escassez dos recursos e desequilíbrio do ecossistema local.</li> </ul>
<p><b>CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Domínio de floresta de várzea pouco alterada em relação à composição florística primária;</li> <li>• Manutenção da diversidade biológica;</li> <li>• Variedade de espécies vegetais típicas do sistema estuarino local;</li> <li>• Pequenos roçados de arroz, feijão, milho, etc. destinados essencialmente à subsistência;</li> <li>• Sistema de transporte voltado essencialmente para a dinâmica dos rios</li> <li>• Pequenas canoas movidas à remo e médias embarcações movidas à vela;</li> <li>• Existência de poucos engenhos em relação ao período de expansão (1960-1975).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Terrenos de várzea dominados por plantações de cana-de-açúcar;</li> <li>• Derrubada da vegetação original para plantações de roçados;</li> <li>• Início do processo de degradação ambiental;</li> <li>• Multiplicação do número de engenhos às margens dos rios;</li> <li>• Sistema de transporte voltado para os rios (canoas, batelões e regatões movidos à vela)</li> <li>• Abertura de estradas ligando a Sede municipal à outros municípios circunvizinhos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição gradativa do número de engenhos nas ilhas;</li> <li>• Destroços de antigos engenhos abandonados às margens dos rios;</li> <li>• Terrenos de várzea destinados á outras atividades subsistentes;</li> <li>• Substituição dos canaviais por açaiçais em face á valorização do açai pós década de 1990;</li> <li>• Desintegração do sistema de transporte que atenderam aos engenhos, notadamente os regatões e os batelões de transporte da cana-de-açúcar.</li> <li>• Entrada de produtos externos via estradas</li> </ul>

Fonte: elaborado e organizado por Denison da Silva Ferreira, 2014.

Além destas implicações não se pode perder de vista que o estabelecimento dos engenhos influenciou decisivamente o próprio processo de ocupação dos rios onde hoje estão compreendidas as comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, sobretudo a partir de 1760 com a vinda dos negros africanos. Conforme já foi dito, a presença do negro e sua

consequente união com a população descendente de índios e colonizadores que ali habitava culminou na complexificação dos padrões culturais da população ribeirinha no município de Abaetetuba e cercanias. Talvez este seja um dos aspectos históricos mais marcantes que influenciou a dinâmica ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba a partir do estabelecimento dos engenhos.

Alguns moradores locais relataram, por ocasião de nossa pesquisa de campo, que seus avós e bisavós, vieram de lugares distantes para trabalhar nos engenhos do município onde passaram a constituir famílias cuja descendência pode ser observada nos traços físicos e nas tradições culturais locais (a exemplo das localidades de Alto-Itacuruçá, Arapapuzinho, Campopema, Jenipaúba, Rio Abaeté, e outras).

Conservando os argumentos desenvolvidos neste capítulo pode-se dizer que o período de expansão e declínio dos engenhos de aguardente no Baixo-Tocantins, de modo especial no município de Abaetetuba, marcou de forma decisiva a dinâmica de produção e transformação do espaço entre os ribeirinhos moradores da área de estudo. Assim sendo, mais que um ciclo econômico que deu o título à “Terra da Cachaça”, a economia de aguardente representou um importante marco da história do município e principalmente da história dos ribeirinhos que habitam as mais de 60 comunidades das ilhas.

Pode-se dizer então que a história dos engenhos de Abaetetuba não pode ser contada sem que se leve em conta o protagonismo dos ribeirinhos, conforme frisamos no início deste capítulo. Foi a partir do trabalho e do saber empírico dos moradores das margens dos rios que a economia de aguardente prosperou. Se a fase áurea dos engenhos traduziu um período de grande prosperidade econômica, sobretudo para os senhores dos engenhos, representou, também, e isso não se pode negar, muita pobreza e exploração de centenas de famílias ribeirinhas que dedicaram uma vida toda ao trabalho na lavoura de cana-de-açúcar e nos engenhos espalhados pelos rios que entrecortam o município de Abaetetuba e cercanias.

A propósito das considerações de Anderson (1991), poderíamos dizer que o desfecho do caso estudo encerra muitos eventos do processo de mudança ocorrido no espaço amazônico pós-década de 1960-70: o fim dos meios de vida tradicionais, ecologicamente equilibrados; o declínio das sociedades e culturas sustentadas por estes meios; o surgimento do uso indevido de recursos naturais e sua consequente degradação; a distribuição dos benefícios sociais que favorecem mais a cidade do que o interior, mais a elite do que a massa; a migração para as cidades e os consequentes problemas socioambientais: tudo isso ocorreu num pequeno recorte espacial da Amazônia que mal chega a medir 20 por 40 km de extensão como é o caso da área de estudo.

Como vimos no decorrer deste capítulo, a abertura e o melhoramento das estradas entre a Amazônia e o resto do país, enquanto resultado de um conjunto de iniciativas político-econômicas adotada pelo governo federal, sobretudo a partir da década de 1960-70, visando o “desenvolvimento” da Amazônia, interferiu de forma incisiva no funcionamento do sistema tradicional que envolveu a economia de aguardente no município de Abaetetuba contribuindo para o seu declínio, fato que veio se refletir diretamente na dinâmica de reprodução socioespacial ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba.

Com o declínio dos engenhos de aguardente, instalados na região desde o período colonial, emerge uma nova da dinâmica de uso dos recursos naturais a partir do rio, da terra e da floresta. Uma das principais características dessa fase é exatamente de uso múltiplos dos recursos que demonstra a capacidade histórica de adaptação ao ambiente amazônico, particularmente ao ecossistema de várzea. É sobre este aspecto que será lançado o debate no próximo capítulo.

#### **4 USO DOS RECURSOS NATURAIS E MODO DE VIDA: FACES DA DINÂMICA SOCIOESPACIAL RIBEIRINHA NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA**

Já dizia Lima (1998) que os ecossistemas amazônicos têm garantido uma forma específica de ocupação e uso dos recursos por diversos povos, denominados genericamente “populações tradicionais”, que durante longa data têm estabelecido estreita relação com o meio ambiente, dado o conjunto de conhecimento e técnicas adquiridos de geração em geração, que configuram seus modos de vida e suas territorialidades.

Circunscrito no contexto do estuário tocantino os ribeirinhos moradores das ilhas de Abaetetuba desenvolveram ao longo do tempo estratégias peculiares de sobrevivência baseada no uso múltiplo dos recursos naturais ligadas tanto ao meio aquático quanto ao meio terrestre. Atividades como a pesca subsistente (em suas diferentes modalidades) a construção naval, a criação de animais domésticos (pato, galinha, porcos etc.) o agroextrativismo do açaí (que atualmente tem caracterizado uma das principais fontes de geração de renda para os moradores locais), a extração de argila para fabricação de telhas e tijolos, dentre outras, são consideradas fundamentais para sobrevivência destes agentes. O desenvolvimento destas atividades expressa uma maneira peculiar de relação com a natureza traduzindo múltiplos aspectos do próprio modo de vida nestas áreas.

Tendo em vista tal contexto, vislumbramos neste capítulo analisar a dinâmica socioespacial ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba tendo como ponto de partida as práticas de uso dos recursos naturais e sua relação com o modo de vida. Para tanto, em razão da complexidade que envolve tal dinâmica, tomaremos como exemplo duas atividades que expressam sobremaneira o caráter polivalente das estratégias de adaptação ribeirinha ao ambiente amazônico: a pesca e o agroextrativismo do açaí. A opção por estas duas atividades é justamente pelo destaque que estas expressam no contexto local tendo em vista a relação dos ribeirinhos que ali habitam com o rio, com a várzea e com a floresta.

Nesse exercício suscitamos levar em conta três aspectos que julgamos estar intrinsecamente relacionado à dinâmica de uso dos recursos naturais, a saber: o contexto geográfico (compreendendo a diversidade de ambientes onde estas práticas de desenvolvem); a temporalidade (expressa nos movimentos cíclicos da natureza refletindo um ritmo social diferenciado); e o modo de vida [entendido como o conjunto coletivo de conhecimentos e técnicas transmitidas e consolidadas pela tradição (LA-BLACHE, 1954; SORRE, 2003)].

A hipótese levantada aqui é a de que as práticas de uso dos recursos naturais estão intimamente ligadas ao modo de vida e traduzem múltiplas peculiaridades da dinâmica de

reprodução socioespacial característica das pequenas comunidades ribeirinhas que habitam o estuário amazônico, a exemplo das ilhas de Abaetetuba.

O conceito de **recurso natural** está sendo utilizado aqui em consonância com a definição proposta pelo IBGE (2004), compreendendo a classe de bens da biodiversidade aproveitáveis pelo homem, no nosso caso pelos ribeirinhos da área de estudo. Serão referidos neste capítulo principalmente os recursos vegetais e animais típicos do sistema de várzea local, de modo especial o açaí e os recursos da ictiofauna.

O capítulo está compreendido em dois momentos. O primeiro descreve aspectos gerais do contexto geográfico sob o qual os ribeirinhos em estudo encontram-se inseridos no âmbito do estuário amazônico. Busca-se com isso vislumbrar algumas características peculiares do dinamismo do sistema de várzea local no intuito de realçar suas implicações no que diz respeito às estratégias de sobrevivência acionadas pelos ribeirinhos que ali habitam. O segundo momento concentra a discussão sobre a dinâmica de uso dos recursos, em especial sobre as duas atividades mencionadas (a pesca e o agroextrativismo do açaí), considerando sua relação com o modo de vida assim como suas implicações na dinâmica socioespacial local.

#### 4.1 AS ILHAS DE ABAETETUBA NO CONTEXTO GEOGRÁFICO DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO

O contexto geográfico é um importante elemento a ser considerado na análise da relação entre os ribeirinhos e o ambiente onde se reproduzem social, econômica, e espacialmente. Quando falamos de um contexto geográfico para situar a realidade ribeirinha ora em estudo, estamos nos referindo tanto ao conjunto de formas espaciais (como os rios, os furos, os igarapés, as florestas etc.), quanto ao próprio conteúdo social expresso nas práticas e relações cotidianas, no caso aqui em discussão nas práticas e relações que envolvem a dinâmica de uso dos recursos naturais.

Conforme já caracterizado no início da Dissertação, as ilhas de Abaetetuba estão circunscritas no contexto geográfico do estuário amazônico numa faixa tropical constituída predominantemente por áreas de várzeas banhadas por água doce, cuja proximidade com os rios conforma um contexto socioespacial tipicamente ribeirinho profundamente dependente dos recursos pesqueiros.

Estima-se que na região do estuário amazônico exista uma superfície de aproximadamente 25 km<sup>2</sup> cobertos por ecossistemas de mata inundável, dos quais 88% estão submetidos a um regime de inundações frequentes (LIMA, 1996). O clima da região é

quente, com temperaturas médias de 25-26° C, umidade relativa quase sempre superior a 80% e precipitação anual em torno de 2.300 mm. (ARIMA; MACIEL; CHRISTOPHER, 1998). De maneira geral o estuário não é particularmente rico em biodiversidade vegetal, mas é caracterizado pela dominância de certas espécies vegetais, muitas das quais de considerável valor econômico (como é caso do agroextrativismo do açaí, que será debatido mais adiante).

De acordo com Benatti (2005), “a várzea é considerada pela inter-relação de diversos elementos geográficos e recursos naturais, uma vez que nelas estão localizados os rios, os lagos, os paranás, os furos, os igarapés, a restinga, o campo inundável e a vegetação florestal” (p. 79).

Além de estar intimamente conectada com os rios, a várzea também possui uma relação bastante complexa com a terra-firme adjacente. Na várzea podem ser encontrados animais tipicamente terrestres ou aquáticos, e ainda diversas espécies que possuem adaptações morfológicas, anatômicas, fisiológicas e / ou etológicas que garantem sua sobrevivência nas duas fases. Por causa do seu caráter dinâmico a várzea não possui uma estrutura uniforme mas são formadas por mosaico de biótipos em transição. Durante a fase aquática esses biótipos podem ainda estar sujeito a forte variações locais em seus parâmetros ecológicos (ADAMS, 2002, p. 18-19).

No caso das ilhas de Abaetetuba é possível distinguir dois tipos de várzea: a várzea alta e a várzea baixa ou várzea de maré. As terras baixas sujeitas ao regime diário das marés são chamadas *várzea baixa* ou *várzea de marés*. Já as chamadas *várzeas altas* caracterizam as terras que apenas ficam alagadas nos períodos das maiores marés do ano quando coincidem três eventos: o equinócio, a lua nova/cheia e a estação chuvosa. Estes dois tipos de várzeas fundem-se gradativamente e a interface entre elas, sujeita a breves inundações durante as marés lançantes do período chuvoso, é chamada de *icas*, que ocupam menos de 10% das ilhas (HIRAOKA, 1993).

Durante as marés lançantes a *várzea alta* é inundada quase que em sua totalidade duas vezes ao dia, diferenciando-se assim da *várzea baixa* que está sujeita a inundações constantes sem levar em consideração as fases da lua. Como resultado da drenagem extremamente pobre e pouca carga aluvial do rio Tocantins, os solos da várzea são caracterizados por uma camada fina de depósitos contendo materiais orgânicos. É necessário observar, porém, como faz Morán (1990), que embora se verifique estas diferenciações entre estes dois ecossistemas, as áreas de várzea compartilham características em comum, como os ciclos de enchentes e o esvaziamento dos rios, que por sua vez influem nos ciclos naturais e nas estratégias das populações em relação ao uso dos recursos naturais destes ambientes.

Para situar o leitor faz-se necessário suscitar algumas características do estuário que as diferenciam dos outros ecossistemas da Bacia Amazônica no que diz respeito ao aspecto

físico-ambiental. Certamente as considerações de Adams (2002) ajudam-nos nesse sentido. Segundo esta autora,

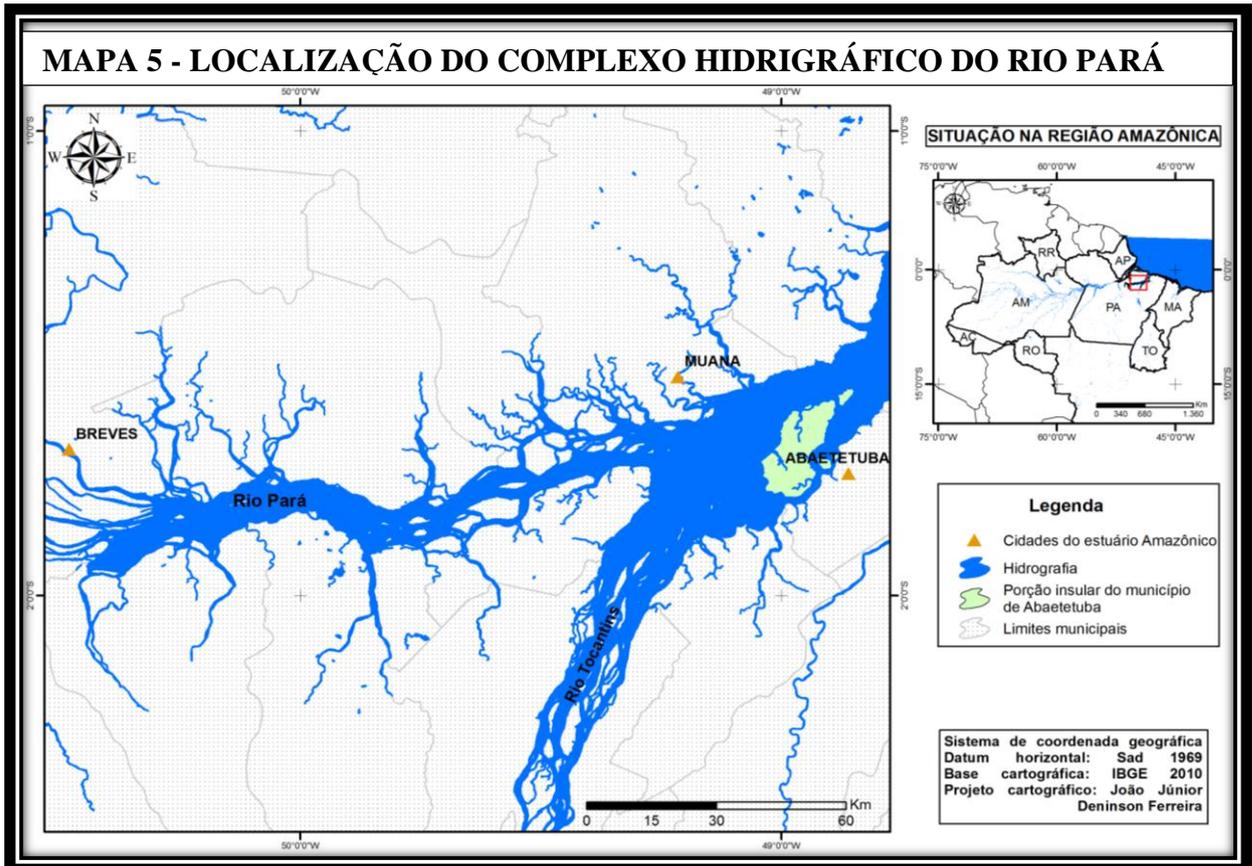
O regime dessa zona [estuarina] é dominado pelas marés de forma que as ilhas aluviais e várzeas **são inundadas duas vezes ao dia**. Apenas na parte mais externa do estuário existe água salobra, dando condições ao surgimento de manguezais (ADAMS, 2002, p. 10-11, *grifo nosso*).

A propósito destas considerações, vislumbra-se que uma das principais características do ecossistema estuarino é o regime de **subida e descida de marés** que inunda a *várzea baixa* diariamente. Dessa forma, no estuário, e em particular nas ilhas de Abaetetuba, as flutuações no nível da água são determinadas pelas **cheia e vazante** e não pelas inundações sazonais, como acontece no Baixo e Alto Amazonas. O fluxo de maré se entrelaça com as variações mensais e anuais do nível do rio Amazonas, sendo que o nível da água nas ilhas oscila entre 1 até 3 m. no momento da inundação.

Sanchez (2005) classifica o estuário, em termos morfológicos, em pelo menos quatro grandes ambientes os quais denominou “sub-estuários”: 1) do rio Amazonas de águas barrentas; 2) do rio Tocantins de águas brancas; 3) do rio Pará de águas misturadas e, 4) dos rios Moju e Guamá de água preta. De acordo com este autor as correntes que compreendem os cursos d’água atravessam o emaranhado de rios, baías, furos, igarapés paranás, interconectando rios de águas brancas e pretas, e as vezes salobres, gerando habitats mistos.

Uma das principais características do estuário, em relação à fisionomia da paisagem diz respeito ao conjunto de ilhas dos mais variados tamanhos, a maioria de origem aluvial recente. Em termos de história geológica as ilhas pequenas e medianas são as formações mais recentes do estuário com aproximadamente 1000 anos de idade (SANCHEZ, 2005).

O principal rio que entrecorta estuário, e particularmente a área de estudo, é o rio Pará formado por um complexo hidrográfico de mais de 300 km de extensão e largura média de 20 km (Mapa 5). O complexo é formado por diversos rios que formam uma série de bacias e enseadas que se estendem ao longo da costa Sul da Ilha de Marajó, desde o limite meridional dos furos de Breves até o mar.



Fonte: Laboratório de Análise e Informações Geográficas, LAIG/UFPA

Conforme mostra o mapa acima, o contexto geográfico em questão está compreendido na confluência do rio Pará com o rio Tocantins. O sistema de várzea predominante está sujeito à constante influência das marés. Na estação chuvosa (dezembro à maio), suas águas são menos salinas. Além disso, suas águas possuem uma grande quantidade de sedimentos em suspensão que são depositados quando a maré invade a várzea formando grandes extensões de praias ao longo dos canais fluviais.

Estas descrições gerais sobre o contexto geográfico onde se encontram situadas comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba são de fundamental importância na análise das estratégias de sobrevivência acionadas pelos ribeirinhos. Estudos desenvolvidos por Wagley (1988), Furtado (1993), Noda, et al (2001), Reis (2008), Vilhena (2011) dentre outros, sinalizam para existência de padrões múltiplos de adaptação ao estuário amazônico pelas populações ribeirinhas que se adequaram aos diversos ecossistemas típicos da região, a saber: a várzea, a terra-firme e a floresta. Siqueira et al (1993), por exemplo, destacam que a diversidade das atividades produtivas e extrativas constitui a característica principal do modo de vida das populações ribeirinhas nestas áreas, fato observado também por Silva (2006) que analisou o modo de vida dos moradores do rio Ituquara (Ilha do Marajó) a partir da

combinação de atividades múltiplas de sobrevivência, como a pesca, a criação de animais domésticos, a agricultura, a caça etc.

Conforme analisado no primeiro capítulo, os conhecimentos dessas populações na relação com a natureza traduzem, em grande medida, a herança de seus antepassados indígenas que utilizavam as florestas de várzea como fonte de alimento e moradia.

Considera-se que ao longo dos últimos anos os ribeirinhos que habitam as pequenas comunidades ao entorno do estuário tocantino, incluindo as ilhas de Abaetetuba, têm variado a ênfase de suas estratégias de sobrevivência através do uso múltiplo dos recursos naturais. Tais estratégias tem sido uma alternativa viável na garantia da sobrevivência, sobretudo se considerarmos que historicamente estas populações sempre estiveram às margens das políticas governamentais voltadas para a Amazônia, a exemplo do que analisa Nahum (2011) em relação aos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs).

#### 4.2 A DINÂMICA DE USO DOS RECURSOS NATURAIS E SUA RELAÇÃO COM O MODO DE VIDA

Paul Vidal de La-Blache (1954) já dizia, “os instrumentos que o homem põe ao serviço de sua concepção de existência derivam de intenções e de esforços coordenados em vista de um modo de vida” (p. 275). Nesse sentido, quando se trata da dinâmica socioespacial que envolve os ribeirinhos de Abaetetuba o modo de vida emerge como elemento fundamental expressando-se na tradição, nos costumes, nas concepções de natureza, entre outros, em um cotidiano que guarda em sua história as marcas do passado, criadas e recriadas a cada dia.

Uma das expressões característica desse modo de vida pode ser vislumbrada principalmente em relação aos aspectos de uso dos recursos naturais pelos agentes locais. Por viverem em contato permanente com estes ambientes, os moradores das comunidades das ilhas são possibilitados de atuar não somente em atividades ligadas ao ambiente haliêutico – através da pesca, por exemplo, – como, igualmente, ao ambiente de terra-firme e floresta, conformando, assim o que Furtado (1993) denomina “*agricultor-pescador*” e/ou “*pescador polivalente*”, ou seja, aquele agente que consegue manipular os recursos de ambos os meios combinando atividades diversas em diferentes setores produtivos.

Esse caráter dinâmico das formas de uso dos recursos naturais reflete, dentre outros, a capacidade de adaptação de inúmeros seguimentos da população ribeirinha ao ambiente amazônico que tem refletido ao longo do tempo formas peculiares de reprodução socioespacial. O Quadro 6 mostra algumas das principais atividades desenvolvidas por

ribeirinhos na área de estudo considerando a época do ano em que são mais frequentes assim como as respectivas localidade em que ocorrem.

Quadro 6 - Principais atividades ligadas à dinâmica de uso dos recursos naturais nas ilhas de Abaetetuba-PA.

ATIVIDADES	ÉPOCAS DO ANO	LOCALIDADES ONDE SÃO MAIS FREQUENTES
Pesca de subsistência (em diversas modalidades)	Principalmente entre março á novembro	Nas ilhas como um todo, com destaque para as localidades sob influência direta do rio Pará, e baía do Capim, como os rios: Maúba, Paruru, Ajuai, Tucumanduba, Maracapucú, Anequara, Rio da Prata, Sapucajuba, rio Sirituba e ilha do capim e outras.
Agroextrativismo do açaí	Período de safra: Agosto à dezembro	Nas ilhas como um todo com destaque para as localidades de Panacuerazinho, Maúba, Ajuai, Anequara, Arapapuzinho, Piquiarana, Guajarajinho, Rio doce, Jarumã, furo Gentil, campopema, Rio Abaeté dentre outras.
Extração de argila para fabricação de telhas e tijolos	Ano todo	Diversas comunidades como, Quianduba Ajuai, Paruru, Maracapucu, Piquiarana, Itacuruçá, costa Maratauíra, Panacuerazinho, Furo Grande, Anequara, dentre outras.
Produção de farinha	Com mais frequência no período do verão amazônico (agosto à dezembro)	Principalmente nas comunidades de Alto e Baixo Itacuruçá, Arumanduba, Piquiarana, Rio Abaeté, e Arapapú, dentre outras.
Extrativismo do buruti	De quatro em quatro anos em período de safra	Nas ilhas como um todo
Criação de animais domésticos	Ano todo	Nas ilhas como um todo
Plantação de cana-de-açúcar	Ano todo, principalmente na entressafra do açaí	Em algumas comunidades como rio Abaeté, Tucumanduba, Maracapucú, rio doce e Ipiramanha.
Fabricação de pequenas e médias embarcações	Ano todo	Nas ilhas como um todo com destaque para as localidades de Ajuai, alto Itacuruça, Maúba Maracapucú, Campompema, Tucumanduba, Sapucajuba

Fonte: Pesquisa de campo 2014

De maneira geral a dinâmica de uso dos recursos naturais nas ilhas de Abaetetuba está fortemente condicionada à dinâmica de safras e entressafras. Isso sugere um condicionamento a um calendário social que tem como importante referência o que alguns autores (DIEGUES, 2006; MALDONADO, 1993; LOPES, 2006) denominam “tempo ecológico” ou “tempo da natureza”. Destaca-se nesse aspecto o convívio com a variação cíclica no nível das águas dos

rios, que influencia um modo de vida particular. O regime de subida e descida da maré compõe um ciclo anual bem marcado por mudanças nas condições de transporte, no acesso à água, nos alimentos disponíveis, e nas produções extrativas.

O dinamismo do sistema de várzea nas ilhas de Abaetetuba se manifesta na complexidade da exploração dos recursos naturais pelos habitantes locais. Ali os ribeirinhos desenvolvem-se uma série de atividades ao longo de ciclos anuais de modo que nenhuma inviabiliza completamente a prática da outra. Todavia, existem épocas em que algumas dessas atividades se sobressaem. Um dos exemplos dessa dinâmica é o agroextrativismo do açaí que é intensificado geralmente entre os meses de agosto à dezembro, por ocasião da *safrá de verão* (retomaremos a esse ponto adiante).

A alternância entre períodos de águas baixas e altas define, em grande medida, o calendário das atividades econômicas nas ilhas de Abaetetuba. Há variações nos padrões de renda, na disponibilidade de recursos naturais e nas condições de alimentação dos moradores que respondem ao ritmo dos ciclos naturais. Seria mais ou menos uma realidade próxima ao que Lopes (2006) buscou dimensionar no título de sua Dissertação, “no verão açaí, no inverno camarão”, ao se referir aos ciclos de extração de produtos ribeirinhos em uma pequena comunidade do estuário amazônico situada às proximidades da capital Belém.

Dentre as diversas formas de uso dos recursos naturais acionadas pelos ribeirinhos moradores das comunidades das ilhas de Abaetetuba, poderíamos destacar duas atividades em particular que traduzem múltiplas peculiaridades das estratégias de adaptação ribeirinha ao ambiente amazônico: a pesca e o agroextrativismo do açaí. Iniciaremos então pela atividade pesqueira como sendo uma atividade de destaque entre os moradores locais.

#### 4.3 A PESCA E OS SABERES TRADICIONAIS LIGADOS AO UNIVERSO DAS ÁGUAS

Os recursos pesqueiros na vida do homem amazônico remontam ao período anterior à colonização (século XVI) quando os índios exerciam a prática da pesca de subsistência, vista como uma das atividades complementares à alimentação destas populações (VERÍSSIMO, 1970). Após gerações a pesca continua tendo papel de destaque entre as populações ribeirinhas, embora seja notada uma série de transformações socioambientais, causadas pela construção de grandes obras instaladas no início dos anos de 1970, fato que tem afetado em muito as condições de vida das populações que dependem direta ou indiretamente desta atividade para sobreviver, a exemplo das populações ribeirinhas.

Silva (2006) assinala que é comum a observação de que na região amazônica o ribeirinho habitante das margens dos rios e lagos, conseqüentemente, torna-se um pescador

artesanal, ante o potencial ictiológico existente na Bacia amazônica. Este potencial, portanto, é atrelado ao modo de vida do ribeirinho, principalmente, do *ribeirinho-pescador* que ao manipular os recursos pesqueiros estabelece formas complexas e peculiares de relação com a natureza. Dimensionando a importância da pesca na região Amazônica, Furtado; Leitão; Mello, (1993), lembram-nos que

[...] a pesca na Amazônia, mais do que em outras regiões brasileiras, marca imemorialmente a vida material e social das populações indígenas e dos seguimentos da população rural que vivem às margens do seu universo hídrico utilizando [...] a biodiversidade nele existente como fonte de alimentos (FURTADO; LEITÃO; MELLO, 1993, p. 11).

Nestas condições, rios, lagos paranás, igarapés, furos, estuários de rios, dentre outros corporificam os ambientes desta atividade, manejado tradicionalmente como uma variedade de engenhos que têm permitido tanto a obtenção da subsistência e venda de excedente quanto a reprodução dos recursos neles contidos.

A dinâmica socioespacial que envolve o uso dos recursos naturais nas comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba está fortemente ligada ao desenvolvimento da atividade pesqueira. Nestas comunidades, em especial aquelas situadas às margens do rio Pará e seus afluentes, a pesca aparece como uma atividade imprescindível sendo, em determinadas épocas do ano, a atividade de maior importância em relação às demais desenvolvidas localmente.

Às margens dos pequenos rios e igarapé sob influência do rio Pará nos limites do município de Abaetetuba vivem dezenas de povoados que constituem pequenas comunidades ribeirinhas, muitas das quais recebem o nome do próprio rio de onde originam, por exemplo, rio Maúba, rio Ajuai, rio Paruru, Rio da prata, rio Anequara, dentre outros.

De acordo com dados informados pela Colônia de Pescadores do município de Abaetetuba 7.172 (sete mil cento e setenta e dois) moradores desde município, incluídos homens e mulheres, são cadastrados como pescadores no ano da pesquisa (2013) os quais são contemplados com o auxílio financeiro concedido pelo Governo Federal (seguro desemprego) no período de defeso (período em que a pesca é proibida em função do processo de reprodução das espécies). Em termos proporcionais esse número significa que a cada 5 moradores ribeirinhos das ilhas, pelo menos 1 está envolvidos com a atividade de pesca. A existência de uma rica ictiofauna típicas do ecossistema aquático local (como é o caso do mapará, do camarão regional) favorece o desenvolvimento da pesca como uma das principais atividades de subsistência ribeirinha a nível local.

É possível identificar na microrregião do Baixo-Tocantins e, especialmente nas ilhas de Abaetetuba, diversos tipos de pesca, muitas das quais com características peculiaridades que marcam de maneira significativa a pesca local. Neste estudo adotamos como exemplo empírico as comunidades situadas ao entorno do complexo hidrográfico do rio Pará na confluência com o rio Tocantins onde o desenvolvimento desta atividade é de fundamental importância para a população ribeirinha. O Quadro 7 representa uma síntese de alguns tipos de pesca mais comuns nas ilhas considerando as respectivas espécies, períodos do ano e localidades em que são mais frequentes.

Quadro 7 - Tipos de pesca de subsistência praticada por ribeirinhos nas ilhas de Abaetetuba-PA

MODALIDADES	ESPÉCIES CAPTURADAS	PERÍODO DO ANO	PRINCIPAIS COMUNIDADES ONDE OCORREM
Pesca de Bloqueio	Espécies variadas, especialmente o mapará	Março à novembro	Maúba, Tucumanduba, Maracapucú, Anequara, Sapucajuba.
Pesca de Malhadeira	espécies variadas	ano todo	Na maioria das comunidades
Pesca de Matapi	Camarão	ano todo, principalmente entre fev. à jun.	Nas ilhas como um todo com destaque para as comunidades de Campopema, Tabatinga, Cuitininga, Panacuerazinho, Sirituba, Tucumanduba, Maúba, Parurú, Anequara, Rio Doce, Capim, dentre outras.
Pesca de tapagem	espécies variadas	ano todo	Nas ilhas como um todo
Pesca de lança	camarão e espécies de peixe variadas	ano todo	Nas ilhas como um todo sobretudo próximo ao rio Pará.
Pesca de espinhel	filhote, dourada, pirarara, arraia	principalmente nos meses de março à novembro	Principalmente ao entorno do complexo hidrográfico do rio Pará onde se destaca a pesca de bloqueio.

Fonte: pesquisa de campo 2014

Conforme frisou Silva (2006), os recursos naturais mobilizados pelas populações pesqueiras diversificam-se segundo os domínios aquáticos, o mesmo ocorrendo com as técnicas que objetivamente lhes permitem o acesso a esses domínios. Nas ilhas de Abaetetuba, particularmente nas áreas de contato direto com o rio Pará, os diversos habitats estuarinos de

água doce têm sustentado uma abundante população de peixes e crustáceos, que, por sua vez, servem de sustento aos moradores locais. Instrumentos diversos, como o caniço, a linha, o espinhel, a rede de bloqueio, a malhadeira, a rede de lancear, o parí, o matapí, entre outros, têm sido os instrumentos principais de pesca nos rios e igarapés desta região.

#### 4.3.1 A PESCA DE BLOQUEIO

A pesca de bloqueio é considerada uma das mais importantes modalidades de pesca praticada pelos habitantes das margens do rio Pará nos limites do município de Abaetetuba e áreas circundantes, principalmente nas comunidades de Maúba, Tucumanduba, Maracapucú e Anequara. Consiste numa espécie de armadilha em que se usa a rede de náilon para capturar os peixes, principalmente o mapará (*Hypophthalmus marginatus*). Com características sazonais o mapará tem sido alvo principal da pesca de bloqueio<sup>11</sup> no rio Pará.

Por ser um peixe típico da Bacia do Tocantins o mapará tornou-se um símbolo econômico, cultural e alimentar da microrregião do Baixo-Tocantins no Estado Pará. Além de garantir parte da dieta alimentar dos ribeirinhos, a comercialização desta espécie representa uma importante alternativa econômica na complementação da renda familiar tanto no município de Abaetetuba quanto em outras áreas do Baixo-Tocantins onde se verifica a pesca de bloqueio, como Cametá, Igarapé-Miri, Muaná, dentre outros.

Neste tipo de pesca os pescadores precisam ter habilidade e agilidade de maneira que o tempo de captura seja o mínimo possível para que os peixes não escapem. Isso exige uma um conjunto de conhecimentos por parte dos pescadores ribeirinhos, em tanto em relação às técnicas peculiares ao bloqueio quanto ao dinamismo dos movimentos cíclicos da natureza, como enchente, vazante, aspecto lunar, safra e entressafra condições do clima etc. Tais conhecimentos são passados de pai para filho através da oralidade e das experiências práticas de pesca vivenciadas no dia-dia (retomaremos a este ponto mais adiante).

A pesca de bloqueio compreende diversas etapas. Cada etapa pressupõe um conjunto de conhecimentos e habilidade específicas para sua realização. A *primeira etapa* consiste em localizar os cardumes de mapará nos pontos de pesca ao longo do rio Pará e seus afluentes. Geralmente os cardumes de mapará costumam ficar em pontos ou poços com profundidade de

---

<sup>11</sup> A maioria dos locais onde esta se desenvolve no rio Pará não são normatizados por fronteiras concretas, mas sim por limites imaginários, abstratos, reconhecidos pelos pescadores. Assim o local de trabalho onde a atividade pesqueira se desenvolve não é limitado fisicamente, como na agricultura, pois se trata de um recurso móvel – o peixe, mas que se encontra em maior quantidade em determinados pontos estratégicos – os pesqueiros. O local de pesca é marcado abstratamente – a percepção espacial está relacionada á esfera cognitiva do pescador.

até 20 metros. Chama atenção nesta etapa o papel desenvolvido pela figura do “taleiro”, um pescador que com sua larga experiência de pesca consegue identificar os cardumes de mapará usando apenas uma “tala” confeccionada de um tipo de vegetal nativo, a paxiúba (*Dictyocary umptarianum Steyerm*), contendo aproximadamente 3 à 4 metros de comprimento apontada em uma de suas extremidades. Esta *vara* é mergulhada pelo *taleiro* em direção ao fundo do rio a fim de saber se há ou não ocorrências de cardumes de mapará. Ao retirar este instrumento do fundo do rio o *taleiro* consegue identificar através da sensibilidade do toque dos peixes na vara, se será viável ou não “abrir o borqueio”, como eles mesmos dizem. Enquanto o *taleiro* realiza seu trabalho percorrendo de um lado para o outro do ponto de pesca em uma pequena canoa buscando sinais do cardume de peixes, os demais pescadores aguardam na canoa de rede prontamente para agir, ou seja, “abrir o borqueio”.

A experiência e a sabedoria do *taleiro*, demonstrada pela sensibilidade do atrito dos peixes com a tala, permitem distinguir cardumes, como mapará, pescada branca, Bacu, e outros. Quando é encontrado o cardume de mapará, o *taleiro* faz uma inferência sobre o estoque pesqueiro. Ele sabe o tamanho dos peixes e a quantidade aproximada do cardume. A partir dessas informações ele pode sinalizar ou não o cerco. Se o sinal do *taleiro* for positivo, inicia-se, assim, a segunda etapa.

A *segunda etapa* consiste no cerco propriamente dito ao mapará com auxílio duas redes. Inicialmente apenas uma rede é lançada pelos pescadores, enquanto isso, outros pescadores se jogam no rio em posição oposta para realizar a batção ou a “carolina” (como eles dizem) que consiste em “fazer barulho” na água no intuito de encurralar os peixes dentro do cerco. Após alguns minutos os ribeirinhos remam com toda força para soltar a outra rede no rio de modo que cerque o peixe no sentido horizontal. Concluída esta etapa, é preciso mergulhar para colocar uma rede dentro outra fechando o cerco por completo (vertical e horizontal). É aí que os “mergulhadores” entram em cena. Estes têm a árdua função de conduzir os cabos até o fundo do rio onde são amarrados na extremidade inferior da rede para que esta possa ser puxada até a canoa de modo que os peixes sejam capturados. Enquanto isso os pescadores prendem a rede nas canoas (para que estas não afundem) aguardando o momento para puxar.

A partir de então dar-se o início à *terceira etapa* que consiste em puxar a rede até o nível da água para que o peixe seja capturado. Depois de amarrada, aos poucos a rede vai sendo conduzida pelos trabalhadores da “turma” até as canoas de pesca visando fechar cada vez mais o cerco até que os peixes flutuem

Esta etapa exige muito esforço físico e atenção, pois além do cuidado para que os peixes não escapem. Após alguns minutos os peixes começam a aparecer saltando de um lado para outro (Fotografia 12). É neste momento que este tipo de pesca propicia um espetáculo aos olhos de quem presencia, especialmente para os pescadores que precisaram sair ainda de madrugada de suas casas na busca do sustento da família.

Fotografia 12 - Fechamento da pesca de bloqueio no rio Maúba, Ilhas de Abaetetuba-PA.



Fonte: Trabalho de campo 2014

A pesca do bloqueio é praticada entre os meses de março à novembro, sendo que nos demais meses do ano (dezembro à fevereiro), esta atividade deve ser suspensa em função do período de defeso instituído por portaria do IBAMA, nº 10 de 29 de abril de 1987 que visa proteger espécies durante seu período reprodutivo. Refere-se as espécies como caratinga, dourada, ituí, piramutaba, sarda, tucunaré e mapará. Essas espécies são capturadas com rede. Nesse período apenas a pesca com linha de mão para o consumo é permitida sendo que o limite para captura de peixes é de até cinco quilos.

Depois da pesca, todos se reúnem para partilhar os peixes (Fotografia 13). A divisão é feita no meio do rio sendo que o dono da “turma”, ou seja, da rede de bloqueio, fica com a maior parte que é destinada principalmente para comercialização em cidades próximas, como Abaetetuba e Igarapé-Miri.

Fotografia 13 - Divisão dos peixes depois da pesca de bloqueio no rio Maúba, Ilhas de Abaetetuba-PA.



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

O desenvolvimento de novos instrumentos de pesca, como a malhadeira, a rede de puçá, a rede de bloqueio, tem proporcionado maior facilidade para capturar o mapará. A rede de puçá, por exemplo, muito usada na pesca do mapará, é predatória sendo confeccionada com malhas pequenas impedindo que os peixes menores escapem. Tal prática afeta de forma determinante o processo natural de reprodução desta e de outras espécies em fase de desenvolvimento. Isso remete a uma questão recorrente em algumas áreas ribeirinhas da Amazônia que diz à capacidade de usar de maneira sustentável os recursos de que a natureza dispõe. Neste caso, a falta de consciência dos próprios pescadores associada pode ser um entrave ao manejo sustentável dos recursos naturais pesqueiros nestas áreas.

#### 4.3.2 A PESCA DE MALHADEIRA

A pesca de malhadeira é uma das mais tradicionais desenvolvidas no Baixo Tocantins, especialmente na área de estudo. Acontece em ambientes variados (rios, igarapés, furos, baias etc.) e visa essencialmente o consumo da família sendo uma pequena parcela destinada à comercialização. Por isso a pesca de malhadeira é praticada o ano todo em complementação às demais atividades subsistentes desenvolvidas fora do ambiente aquático, como, por exemplo, o cultivo do açaí, que analisaremos mais adiante.

Assim como as demais modalidades de pesca na região, a pesca de malhadeira depende das condições das marés. Geralmente é realizada na preamar (nível máximo do rio) ou baixamar (nível mínimo do rio) antes da virada da maré. Nestas condições a correnteza do rio cessa possibilitando que a malhadeira não seja arrastada pelas águas barrentas e carregada de partículas sólidas em suspensão.

Na maré lançante, ou seja, no período em que a maré atinge seu nível *excepcional*, as águas inundam os terrenos de várzea que passam a abrigar temporariamente espécies de peixes que transitam nestes locais para se alimentar. Aproveitando-se destas condições os ribeirinhos colocam as redes entre em pontos estratégicos no meio da mata inundada onde os peixes costumam aparecer durante a noite. A retirada dos peixes se dá com a maré baixa e assim que o dia amanhece, pois os outros animais que costumam frequentar o ambiente, principalmente guaxinins (*Procyon Ancrivorus*) e os porcos, podem tirar proveito da situação comendo os peixes que ficaram presos na rede já que a rede fica exposta em cima da terra.

#### 4.3.3 A PESCA DE TAPAGEM

Esse tipo de pesca remete a uma das mais antigas técnicas envolvendo a prática de uso dos recursos naturais entre as populações ribeirinhas da Amazônia em que seus ancestrais, os *índios das águas*, usavam rústicos apetrechos de pesca confeccionados com material extraído da natureza.

Esta prática ainda é encontrada entre os ribeirinhos de Abaetetuba. Consiste em bloquear ou “tapar” a entrada ou saída de peixes nos pequenos igarapés principais ou tributários. Antigamente usava-se o “parí”, uma espécie de parede, tecido com tala de Jupati e cipó titica. Atualmente essa atividade é realizada também com a rede de náilon ou fio. A difusão desse tipo de rede tem conduzido à intensificação da pesca predatória na região tendo como consequência a diminuição de diversas espécies da ictiofauna local.

A tapagem é realizada quando a maré atinge seu nível máximo, ou seja, na preamar, pois quanto maior o nível do rio maior é a capacidade de inundação do igarapé, o que influencia na quantidade de espécies de peixes que adentram os igarapés e seus tributários até onde a água penetra. Neste momento o parí ou a rede de náilon são estendidos de um lado para o outro na entrada do igarapé. Com a descida da maré o igarapé vai secando aos poucos e os peixes que tentam sair não têm como escapar ficando presos (Fotografia 14).

Fotografia 14 - retirada do *pari* depois da pesca de tapagem, Ilhas de Abaetetuba-PA



Fonte: trabalho de campo 2014

O montante dos peixes de diversas espécies que são capturados na pesca de tapagem é chamado pelos ribeirinhos de “sarandagem”. O pescado ou a “sarandagem” oriunda desse tipo de pesca nas ilhas de Abaetetuba é destinado essencialmente ao consumo da família. De acordo com alguns moradores, assim como a pesca de gapuia, esse tipo de pesca está em fase de declínio. Um dos fatores citados por eles é a retirada de argila no interior dos igarapés destinada para produção oleira que faz com que os peixes se afugentem destes locais em virtude da degradação ambiental causada por esse tipo de atividade.

#### 4.3.4 A PESCA DE MATAPI

A analogia feita por Lopes (2006) através da expressão “*no verão açáí; no inverno camarão*”, é bem empregada para retratar a temporalidade da pesca do matapi na zona estuarina onde se insere área de estudo. Se no verão amazônico a atividade principal é o açáí, no inverno (dezembro à maio) a pesca de camarão destaca-se com uma das principais atividades de uso dos recursos naturais entre os ribeirinhos que ali habitam, especialmente os moradores das comunidades de campopema, Sirituba, Costa Maratauíra, Tabatinga, Tucumanduba, Anequara, Maúba, Ajuai, Parurú e outras.

O camarão de água doce (*Macrobrachium amazonicum*) é a espécie da família *Palaemonidae* que se adapta facilmente as condições do ecossistema estuarino amazônico e constitui uma importante fonte de proteína para as populações ribeirinhas que habitam as áreas ao entorno dos rios e igarapés. Nas ilhas de Abaetetuba o camarão pode ser encontrado

tanto nos rios e igarapés quanto nas beiras de praias ao longo do rio Pará na confluência com o rio Tocantins.

O camarão de água doce pode ser capturado de diversas formas, como na tapagem de pequenos igarapés, em lanços na beira de praias etc. Contudo, a técnica mais comum usada pelos ribeirinhos na captura desta espécie é a do matapi, um apetrecho de pesca confeccionado de tala de jupati (palmeira típica da região) e amarrado com cipó títica em formato arredondado contendo um “funil” em cada extremidade que funciona com uma espécie de armadilha em que o camarão entra e não consegue sair (Fotografia 15).

Fotografia 15 - Matapi: apetrecho utilizado na pesca do camarão nas ilhas de Abaetetuba-PA (60cm de comprimento 26cm de diâmetro).



Fonte: arquivo da pesquisa 2014

Os matapis geralmente são confeccionados pelos próprios pescadores que também fazem os reparos necessários. Estudos desenvolvidos por Monteiro et al (2012) no município de Abaetetuba mostram que o matapi é o apetrecho de pesca mais utilizado entre os ribeirinhos que fizeram parte da pesquisa chegando a um percentual de mais de 80%. Isso denota a importância deste tipo de pesca no município tida como uma das mais tradicionais formas de uso dos recursos naturais entre os ribeirinhos que ali habitam.

Para atrair o camarão os ribeirinhos usam a “poqueca” que funciona como **isca** e são feitas de farelo ou babaçu e revestidas com folha verde do arumã. Após ser preparada a “poqueca” é furada com tala para facilitar o contato com o farelo e assim servir de isca ao camarão.

A pesca do camarão é realizada geralmente à noite, pois no decorrer do dia a visibilidade não permite que a pesca seja satisfatória. No entanto, ainda no decorrer do dia, (geralmente no final da tarde) os ribeirinhos começam a preparar as “poquecas” e iscar os

matapis, um trabalho realizado com auxílio das mulheres e também das crianças que desde cedo aprendem a arte da pesca com o pai, irmãos e outros membros da família.

No finalzinho da tarde e início da noite os matapis colocados nos rios ou igarapés amarrados por um fio ou cipó a uma vara, galho ou raiz de arvores. Também são amarrados em “cordões”, isto é em um tipo de cipó resistente chamado garachama (*Arrabidae*) presos em varas de madeira e colocado em pontos estratégicos na beira dos rios ou baías, uma cena típica do universo ribeirinho neste município que apesar da aparente inércia se mostra proporcional à complexidade da dinâmica de uso dos recursos naturais.

Quando o dia amanhece é hora de “despescar” o matapi, ou seja, retirar o camarão que ficou preso. Depois que são despescados, geralmente os pescadores tiram os matapis da água e levam para casa para retornar apenas no finalzinho da tarde onde são novamente colocados nos pontos de pesca. Alguns moradores, porém, deixam os matapis nos pontos de pesca durante o dia onde são amarrados em varas a uma certa distância acima do nível da água para secarem ao sol; uma cena típica do universo ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba que apesar da aparente inércia retrata o caráter plural que envolve a dinâmica de uso dos recursos naturais pelos moradores locais.

A pesca do camarão abrange pescadores de todas as idades, destacando-se também o papel das mulheres. Conforme ressaltou Vilhena (2011), as mulheres pescadoras de camarão referem-se à sua atividade com um termo especial: ‘tirar’ camarão. Elas são “tiradoras” de camarão, o que sugere que há localmente uma aceção diferente entre a pesca nos rios e na baía, desenvolvida pelos homens, e a pesca com matapis, em que se destacam as mulheres.

A canoa é a embarcação que mais se destaca, sendo o remo o meio de propulsão mais utilizado nesse tipo de pesca. Segundo os pescadores locais o período de safra do camarão acontece geralmente no inverno (neste caso no inverno amazônico) entre os meses de fevereiro a maio/junho quando os camarões estão graúdos. É exatamente nesse período que os pescadores mais exercem essa atividade.

A pesca de camarão é orientada também por uma combinação com os ciclos da maré, que são chamados de “lançante e quebra”, os quais estão relacionados às fases da lua. As marés lançantes são as maiores e, portanto, possuem um volume maior de água, o que provoca um carreamento maior das folhas em suspensão no rio que por sua vez podem tapar a boca do matapi dificultando assim a entrada do camarão.

Além de ser um componente básico da dieta entre os moradores das ilhas, associado ao peixe, o açaí e a farinha de mandioca, muitas famílias ribeirinhas também dependem da venda do camarão como meio de sobrevivência. Para manter o camarão vivo, e assim poder vender

por um preço bom na cidade, os pescadores usam o *viveiro* que é um matapí grande com capacidade para armazenar até vinte kg de camarão. Ainda de madrugada os pescadores despescam os matapis retiram uma parte para o consumo e o excedente é destinado para comercialização.

Também existem muitos moradores das comunidades locais se dedicam exclusivamente à venda do camarão atuando como intermediários entre o pescador e o consumidor final. Neste caso, geralmente o ribeirinho atravessador possui sua própria embarcação, como, por exemplo, a *rabeta* que é um dos principais tipos de embarcação motorizada usada no deslocamento até a cidade de Abaetetuba e Igarapé-Miri onde os ribeirinhos costumam estabelecer intercâmbios econômicos com os feirantes que atuam nas feiras livres.

O principal local de venda do camarão no município é beirarão da cidade de Abaetetuba. Em vista do destaque do comércio local do camarão, a cidade de Abaetetuba possui um ponto específico para a venda: a feira do camarão (Fotografia 16).

Fotografia 16 - Feira do camarão na cidade de Abaetetuba-PA



Fonte: pesquisa de campo 2014

Diariamente chegam dezenas de pescadores ribeirinhos em pequenas canoas trazendo o camarão e o peixe que logo são negociados junto aos intermediários feirantes da cidade. Uma parte do dinheiro arrecadado pelos ribeirinhos com a venda do camarão serve para adquirir os matapis (quando estes não são confeccionados pelos próprios membros da família) além das

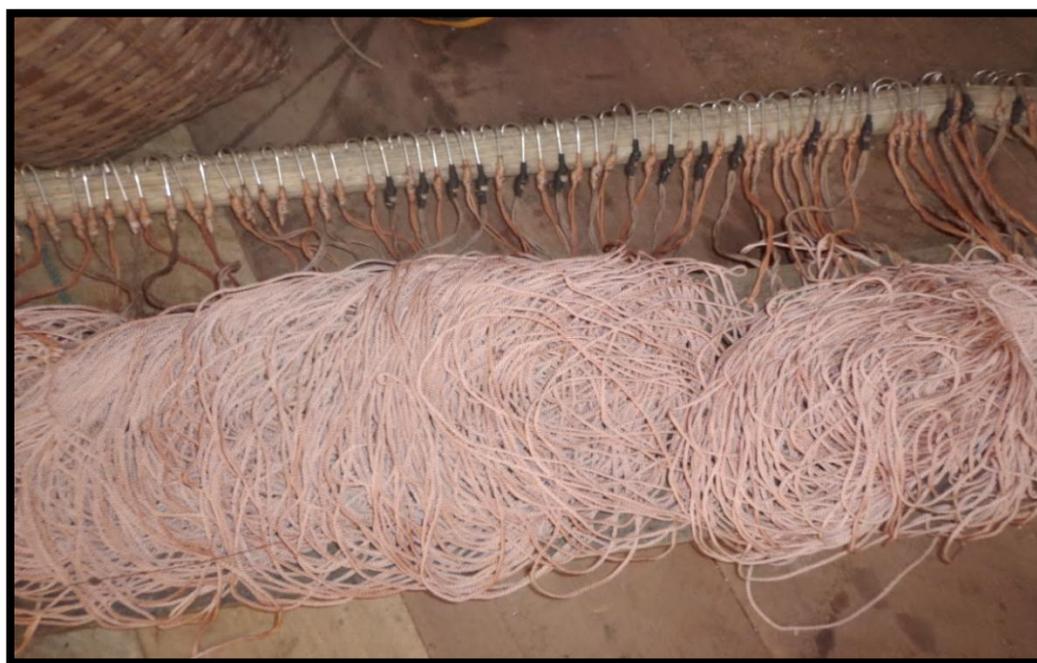
canoas e dos remos usados na pesca. Outra parte é destinada para compras de gêneros alimentícios não produzidos no seio da família, além da compra de bens de valor de uso, como televisão, rádio, roupas e até mesmo o celular que, diferentemente de tempos atrás, é uma realidade muito presente no dia-dia dos moradores das ilhas de Abaetetuba.

#### 4.3.5 A PESCA DE ESPINHEL

A pesca de espinhel na Amazônia apresenta uma variedade de classificação assim como diferentes técnicas de utilização para determinadas espécies de acordo com a peculiaridade do ambiente e com a tradição cultural que envolve esta atividade. Nas ilhas de Abaetetuba este tipo de pesca é realizado principalmente ao entorno do rio Pará e seus afluentes, destacando-se as comunidades de Maúba, Ajuai, Paruru, Anequara, Tucumanduba, rio da Prata e outros.

O espinhel é composto de uma sequência de anzóis destinados a fisgar peixes amarrados em fios de náilon que os sustenta (Fotografia 17) A distância entre um anzol do outro quando colocados nos pontos de pesca é em média uma braça (aproximadamente 2 metros) podendo o espinhel ser flutuante ou fixo.

Fotografia 17 - Espinhel: apetrecho de pesca usado por ribeirinhos na comunidade de Maúba, ilhas de Abaetetuba.



Fonte: pesquisa de campo 2014

Nas comunidades citadas a pesca de espinhel é realizada o ano todo e geralmente está associada á pesca de malhadeira, pois enquanto o ribeirinho aguarda o peixe fisgar no

espinhel este aproveita para “dá umas redadas” – como eles mesmos dizem – ou seja, lançar a malhadeira ao rio no intuito de pescar outras espécies escassas ao espinhel, como, por exemplo, o mapará que é um dos principais alvos da pesca local. As espécies de pescado mais comuns na pesca de espinhel são dourada, filhote, arraia, bacú, piraíba, pirarara e outros.

Esse tipo de pesca nas ilhas de Abaetetuba compreende basicamente quatro etapas para sua realização. *Primeiramente* é necessário providenciar a “isca” para colocar nos anzóis. Geralmente os ribeirinhos usam a “maioíra”, uma espécie da fauna aquática local parecida com uma cobra e que vive em buracos no meio na praia de argila às margens dos rios e igarapés de água doce. Para retirar a *maioíra*, os pescadores cercam alguns pontos da praia na maré seca com redes de náilon e entram na água enterrando os pés ou as mãos com força na praia submersa forçando a *maioíra* a sair de seu esconderijo natural indo em direção à rede. Neste momento, algumas são capturadas pelos pescadores com as mãos antes mesmos que estas saiam do buraco. Após alguns minutos as redes são retiradas de maneira similar ao cerco dos bloqueios e colocadas nas canoas para serem cortadas em pequenos pedaços que servirão de isca aos peixes. Além da maioíra, os pescadores usam também como isca algumas espécies de peixes de baixo valor econômico que são capturados com redes de náilon de malha fina.

A *segunda etapa* da pesca de espinhel consiste em iscar os anzóis, um procedimento realizado frequentemente antes que o pescador saia de sua casa em direção ao ponto de pesca. No caso das comunidades pesquisadas, o locais da pesca ficam mar afora a uma certa distância da margem do rio. Neste caso, os pescadores usam uma pequena embarcação motorizada usada para o deslocamento até estes locais. Como a pesca acontece diariamente na maioria das vezes o espinhel não é desembarcado, como acontece com outros apetrechos de pesca como a malhadeira e o matapi. Sendo assim, o trabalho de iscar os anzóis é feito na própria embarcação de preferência em baixo de árvores para evitar o calor do sol.

A *terceira etapa* compreende o trabalho de instalação ou ancoragem do espinhel nos locais de pesca presos ao fundo com auxílio de ferros ou pedras contendo uma bóia em cada extremidade que servem como referência de localização. Na maioria das vezes os pescadores deixam o espinhel na baía e vão para suas residências retornando para retirar apenas no dia seguinte.

A *quarta* e última etapa consiste exatamente no retorno ao local de pesca para retirar o espinhel. Nesta fase merece destaque a experiência e os conhecimentos empíricos demonstrados pelos pescadores para não se perdem o espinhel de rumo no meio da imensidão de água à alguns quilômetros da margem beira da baía. Nota-se neste aspecto a capacidade de percepção geográfica dos pescadores que usam diferentes mecanismos visuais de localização

para identificar o local exato onde espinhel foi ancorado. Sobre isso um dos pescadores locais, quando entrevistado sobre como identifica o espinhel no meio da baía, relata:

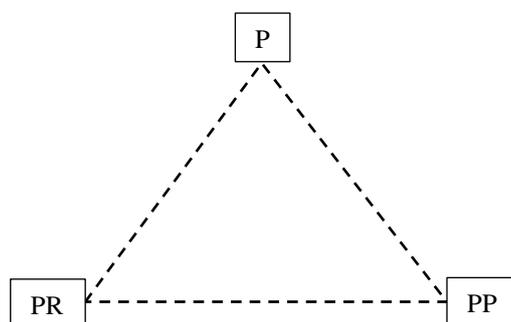
Como a gente tá longe da beira geralmente a gente usa uma árvore bem alta como base para nos guiar. Quando a gente vai pra “fora” [baía] a gente marca o rumo da árvore e conta mais ou menos o tempo que a gente leva para chegar no ponto da pesca. No outro dia é só marcar e mesma árvore e contar o tempo e aí a gente sabe tranquilo onde o espinhel tá (**Entrevista concedida por um pescador de 46 anos, em 04/03/14**).

A árvore, de que este pescador se reporta, pode ser traduzida como uma “marca” de pesca. De acordo com Maldonado (1993),

A marcação é sem dúvida uma prática social ligada à territorialidade, conceito que informa fundamentalmente o conhecimento marítimo e as outras práticas que ela se associam na construção do horizonte de relacionamento das sociedades pesqueiras como real (MALDONADO, 1993, p. 98).

A marcação sintetiza um conjunto de conhecimento de navegação, de localização de um ponto no mar, sem ajuda de bússola e outros instrumentos náuticos. “Está intimamente associada ao *caminho da terra* formado pelo *caminho* e *assento*: chega-se ao cabeço [ou pesqueiro] pelos sinais da terra, montes, serras, torres de igrejas que vão *subindo e descendo e andando* durante a navegação para o cabeço” (DIEGUES, 2000, p. 71). Os sinais estão associados à água e/ou a terra ou as duas ao mesmo tempo.

Furtado (1993) expõe que essa forma de localização ou referência é feita pela associação com outros acidentes físicos que permitem estabelecer a proximidade com os locais de pesca ou pesqueiros. Segundo esta autora trata-se de um *sistema de triangulação visual*. Esse sistema pode ser apresentado abstratamente da seguinte maneira, lembrando que o triângulo pode assumir formas variadas.



O vértice “**P**” representa o inicial ou ponto de partida para onde os pescadores precisam retornar. O vértice “**PR**” por sua vez representa o acidente físico que serve de referência para o pescador no deslocamento até o *pesqueiro* assim como no retorno até o ponto de partida. Já o vértice “**PP**” do triângulo imaginário representa o ponto exato de pesca

ou *pesqueiro*. É exatamente com base nesse princípio, ou seja, no conhecimento empírico, que os ribeirinhos de Abaetetuba desenvolvem a pesca de espinhel no rio Pará como um dos principais meios de garantia da sobrevivência.

Com base na análise dos tipos de pesca descritos anteriormente poderíamos lançar o seguinte questionamento: o que de fato estas práticas têm a ver com a dinâmica de socioespacial local? a resposta a esse questionamento perpassa pela compreensão de dois aspectos: 1) a importância da pesca enquanto meio de sobrevivência; 2) os conhecimentos inerentes a essa atividade enquanto expressão do modo de vida.

Em relação ao primeiro aspecto entende-se que durante séculos a pesca sempre esteve presente na base da economia ribeirinha na Amazônia, em especial nas ilhas de Abaetetuba. Isso sugere que esta atividade foi e continua sendo de fundamental importância no processo de reprodução social e econômica dos moradores locais.

Em segundo lugar é inegável que os conhecimentos empíricos dos pescadores sobre os ambientes e os recursos pesqueiros em pequenas comunidades ribeirinhas da Amazônia, a exemplo das ilhas de Abaetetuba, remete à compreensão de um conhecimento tradicional, que tem como base de pensamento o que Moraes (2005) denomina “saberes da tradição”, isto é, os saberes “desenvolvidos às margens do conhecimento escolar e da ciência” (ALMEIDA, 2001, p. 53). Diz respeito aos “conhecimentos concebidos, produzidos, trocados e transmitidos no cotidiano de vida e de trabalho das populações que habitam as margens de rios, lagos e igarapés que são essenciais e inerentes ao desenvolvimento do ritual das pescarias” (REIS, 2008, p.10). Esses saberes da tradição são ao longo da história passados de pai para filho de forma oral e experimental. É exatamente com base nesse aspecto que partimos do pressuposto de que o desenvolvimento desta atividade está intimamente ligado ao universo cultural que remete à compreensão de um conjunto de técnicas e saberes cuja tradição encontra-se sedimentada no próprio modo de vida.

Segundo Moraes (2005), esse saber atrelado à percepção e habilidade que o pescador possui sobre o ambiente de pesca leva-o a identificar cardumes e espécies de peixes pelo simples barulho que fazem; a co-relacionar a dinâmica das marés à lua e a criar métodos de captura que vão desde a confecção dos apetrechos de pesca até a construção das pequenas embarcações.

Quanto mais ajustado o pescador ao seu ambiente, mais condições cognitivas tem ele para desvendar e se apropriar da natureza. É por aí que ele tem acesso objetivo ao conhecimento das relações existentes entre sua atividade e as faunas aquáticas e terrestre; a flora, os ventos e os mares, as nuvens, a chuva e assim por diante e os sinais são decodificados com sabedoria (FURTADO, 1993, p. 2006).

Isso implica reconhecer que não se trata apenas de um *fazer*, mas, antes, de um *saber-fazer*. Neste caso um saber que não foi adquirido formalmente, mas instituído pela oralidade e pela experiência cotidiana. De acordo com Diegues (2005, p. 34), o *saber-fazer* no mundo da pesca está relacionado ao “domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal”.

Esse conjunto de conhecimentos e técnicas só pode ser compreendido se levarmos em conta o próprio **modo de vida** compreendendo o conjunto coletivo de conhecimentos e técnicas transmitidas e consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua existência em um meio determinado (LA-BLACHE, 1954; SORRE, 2003).

Assim como em outras áreas ribeirinhas da Amazônia, também nas ilhas de Abaetetuba os saberes necessários ao desenvolvimento da pesca derivam da própria relação que os ribeirinhos estabelecem com a natureza. Daí a importância de se levar em conta a dimensão espacial, ligada aos múltiplos ambientes de pesca, assim como a própria temporalidade que envolve os movimentos cíclicos da natureza.

No primeiro caso, os rios, furos, baias e igarapés traduzem-se não apenas enquanto meros ambientes de trabalho, mas constituem, igualmente, espaços de uma sociabilidade sutil onde as ações concretas do cotidiano se manifestam. É a partir destes ambientes que os ribeirinhos estabelecem suas relações (materiais e imateriais) com a natureza.

Quanto à temporalidade, tem-se que, assim como em outras áreas ribeirinhas do estuário amazônico, nas ilhas de Abaetetuba o desenvolvimento da pesca também está condicionado à um calendário específico cujo o horário de trabalho não é determinado simplesmente pelo *tempo do relógio* (como acontece nas chamadas sociedades urbano-industriais) mas principalmente por um *tempo natural* ligado aos movimentos cíclicos da natureza, especialmente à dinâmica de subida e descida de marés.

Vilhena (2011) em seus estudos sobre os acordos de pesca no Baixo Tocantins, onde está circunscrita a área de estudo, sinaliza para a importância do *tempo natural* e sua influência na vida dos pescadores locais, especialmente aqueles envolvidos com a pesca de bloqueio. De acordo com este autor

Um fator ambiental crucial na maneira como os pescadores organizam o trabalho é a influência do ciclo das marés, que sofre interferência direta dos ciclos lunares. Isso exige profundo conhecimento por parte dos pescadores, uma vez que o planejamento de algumas atividades é feito antecipadamente justamente por necessitar de condições climáticas favoráveis (VILHENA, 2011, p. 153).

Tomando como exemplo as comunidades em estudo pode-se dizer que as diversas modalidades de pesca desenvolvidas pelos habitantes locais estão fortemente condicionadas à

dinâmica de marés (enchente e vazante), sobretudo se levarmos em conta que ali o simples deslocamento de uma residência para a outra depende da maré.

O conhecimento empírico destas populações sobre a dinâmica de marés e sobre o ciclo lunar é fundamental no processo de uso dos recursos naturais, especialmente no universo da pesca, pois pode significar o sucesso ou insucesso da pescaria. Segundo Vilhena (2011),

No caso específico da pesca de “borqueio”, que exige mais tempo nos rios ou na baía para sua realização, há toda uma preparação anterior por parte do dono de turma com os demais taleiros para conferir no calendário os dias “de lua” e os dias de “quarto”, que se referem ao ciclo lunar e sua influência sobre as marés. Essa preocupação explica-se pelas características próprias do ambiente estuarino (...). (VILHENA, 2011, p. 153-4).

De acordo com os pescadores da região as marés mais indicadas para sair para pescar de bloqueio são as que ocorrem no período de quarto-crescente e quarto-minguante, mais exatamente na baixa-mar, momento em que as águas estão calmas sem o perigo das redes serem arrastadas e prenderem-se em pedras ou galhos submersos. Pode-se dizer que a dinâmica de marés expresa uma “ordem natural” que por sua vez manifesta-se no ritmo social interno, de modo particular no que diz respeito à dinâmica de uso dos recursos pesqueiros.

Através do conhecimento sobre os movimentos ciclos da natureza, (enchente, vazante, verão inverno, condições climáticas etc.) e da experiência adquirida no dia-dia, os pescadores obedecem ao ritmo da natureza. Essa temporalidade pode ser observada na dinâmica interna às comunidades ribeirinhas locais, sobretudo nas influências que as forças naturais exercem no ritmo de vida destes agentes. Ou seja, o *tempo natural* característico das pequenas comunidades rurais, exercendo forte influência sobre o tempo “mercantilizado”, controlado pelo relógio, como se verifica com mais frequência na lógica produtiva das grandes empresas mercantis.

Estas particularidades fazem com que os pescadores se tornem naturalmente conhecedores do ambiente aquático do qual extraem o sustento diário. O momento de sair ou não pra pescar depende das variações de marés, da época do ano e das condições climáticas. E, como já foi dito anteriormente, é no vaivém das águas (enchentes e vazantes) que se dá a reprodução da vida social e da experiência cultural num cotidiano que se realiza de maneira plural. Assim, os ribeirinhos envolvidos diretamente com a atividade pesqueira parecem definir sua existência e demarcar afazeres diários não somente em função do *tempo do relógio*, mas, sobretudo, em decorrência das principais safras de peixes.

A experiência do ribeirinho-pescador lhes possibilita saber como e quando pescar, pois, como diz o velho ditado popular: “nem sempre o mar está para peixe”. Sobre isso um dos pescadores entrevistados comenta:

Não é só ir pra baía pescar, a gente tem que saber os horários e os lugares antes de sair de casa. Tem tempo que a maré não tá boa geralmente na virada da lua quando chega o lançante [períodos de lua cheia em que a maré atinge um nível bem elevado]. Até o camarão some; aí a gente tira um açaí, sai pro mato atrás de alguma caça, e vai se virando até a maré melhorar (**Entrevista concedida por um pescador da comunidade de Tucumanduba em janeiro de 2014**).

Como se observa na fala deste morador, a experiência sobre a dinâmica dos ciclos naturais é um fator fundamental na determinação de estratégias de sobrevivência, como no exemplo dos tipos de pesca analisados.

O conhecimento empírico dos ribeirinhos pode ser vislumbrado também fora do ambiente aquático compreendendo diversos outros setores produtivos. Como já foi dito, a pesca nas ilhas de Abaetetuba é praticada o ano todo em complementação às demais atividades produtivas, pois por se tratar de trabalhadores *polivalentes*, há sempre uma variedade de outras atividades desenvolvidas como meio de subsistência, como é o caso do agroextrativismo do *açaí* que analisaremos no tópico seguinte.

#### 4.4 O AGROEXTRATIVISMO DO AÇAÍ E OS SABERES TRADICIONAIS LIGADOS À FLORESTA

Assim como a pesca, o agroextrativismo do açaí também exerce papel fundamental na dinâmica socioespacial ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba. Por compreender uma faixa do estuário amazônico tipicamente tropical, favorecidas por condições ambientais propícias à ocorrência de açaizais (como alto índice pluviométrico, altas temperaturas, proximidade com os rios, etc.) as ilhas de Abaetetuba se destacam pela considerável concentração de açaizeiro que predomina em até cinco vezes comparado às outras espécies vegetais típicas do sistema de várzea local.

Os ribeirinhos moradores das comunidades locais encontram no açaí o componente básico da alimentação associado ao peixe, camarão e à farinha de mandioca. Além disso, é uma das principais alternativas de renda com o crescimento do mercado do fruto. Dessa forma, o açaí tem significado um *recurso vital* na dinâmica de reprodução socioespacial ribeirinha local, sendo, em muitos casos, alimento único na mesa de inúmeras famílias ribeirinha que ali habitam.

Como uma espécie tipicamente tropical, o açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) se desenvolve bem em condições de clima quente e úmido. Populações naturais de açaí são encontradas em solos de igapó e terra-firme, porém com maior frequência e densidade em solos de várzea em função do fluxo das marés que inunda a várzea possibilitando um processo natural de fertilização. Por estas condições as maiores áreas ocupadas com essa espécie

encontram-se na Amazônia Oriental Brasileira mais precisamente na zona que compreende o estuário amazônico, considerada como seu centro de origem e dispersão e onde existem densas e diversificadas populações de açazeiro que ocupavam em torno de um milhão de hectares (CALZAVARA, 1972; CAVALCANTE, 1991). De acordo com Sánchez (1995),

O açáí é o recurso extrativo mais importante de toda a bacia amazônica. Existem cerca de 100,000 km<sup>2</sup> de floresta inundável dominada pelo açáí no estuário amazônico. São cem mil quilômetros de floresta livres de mecanização, compactação do solo, adubos químicos, inseticidas, e lucro empresarial ocupadas por uma densa população que mora permanentemente na área e sustenta-se com estas produções (SÁNCHEZ, 2005, p. 199).

Embora o açazeiro ocorra naturalmente em grandes concentrações em toda a região do estuário amazônico, a produção econômica de frutos é creditada, basicamente, às microrregiões homogêneas de Cametá, Furos de Breves e Arari que, de acordo com estudos desenvolvidos por Nogueira; Figueirêdo e Müller (2005), contribuem com mais de 90% da produção do estado do Pará. Em termos de oferta de frutos, têm destacadas participações os Municípios de Cametá, Limoeiro do Ajuru, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Ponta de Pedras e Mocajuba.

O uso do açazeiro por considerável parcela da sociedade amazônica, em particular na zona do estuário, vem ensejando discussões profícuas ao longo dos últimos anos no âmbito acadêmico-científico, as quais têm sido sendo abordadas sob diversas perspectivas, dando ênfase à questões de caráter ecológico, econômicos, anatômicos, sociais e culturais, relacionadas à sustentabilidade e à sociodiversidade presente nas áreas ribeirinhas marcadas pela dinâmica de produção do açáí. A título de exemplificação poderíamos citar os estudos de Nogueira, (1995, 1997, 1999), Jardim (2000), Enríquez (2003), Jardim; Mourão; Grossmann (2004), Marinho (2005), Sánchez (2005), Sobrinho (2005), Nogueira; Figueirêdo e Müller (2005), Machado (2008), dentre outros. Alguns desses estudos atentam para o fato de que os ribeirinhos estão realizando um tipo de manejo que permite o aumento da produção de açáí que representa a principal alternativa de geração de renda em pequenos agrupamentos comunitários no estuário amazônico, a exemplo da área de estudo.

No município de Abaetetuba o agroextrativismo do açáí, como prática tradicional de uso dos recursos naturais, têm sido uma das principais alternativas de sobrevivência. Através do conhecimento *autóctone*, passado de geração para geração, e em meio a ingerências externas, como uma espécie de resistência cultural viva e dinâmica, os habitantes das Ilhas de Abaetetuba seguiram a herança ancestral, adaptando os sistemas de manejo às necessidades de

sobrevivência. Na medida em que apareciam oportunidades de mercado do produto estes ampliavam os excedentes de produção para complementar a renda familiar.

Graças à considerável potencialidade produtiva, favorecida pelas condições naturais propícias ao desenvolvimento à ocorrência do açaizeiro e à grande aceitação no mercado regional, o município de Abaetetuba emerge como um dos principais produtores de açaí do Estado do Pará nos últimos anos (Quadro 8).

Quadro 8 - Principais produtores de açaí nas microrregiões de Breves, Arari e Cametá (PA) no ano de 2012.

MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO EM TONELADAS (ano 2011)	POSIÇÃO
LIMOEIRO DO AJURU	25.000	1º
OEIRAS DO PARÁ	10.000	2º
PONTA DE PEDRAS	8.974	3º
MUANÁ	8.037	4º
INHANGAPI	6.000	5º
IGARAPÉ MIRI	5.500	6º
AFUÁ	5.280	7º
CACHEIRA DO ARARÍ	2.768	8º
BARCARENA	2.100	9º
ANAJÁS	990	10º
BREVES	900	11º
<b>ABAETETUBA</b>	<b>500</b>	<b>12º</b>

Fonte: IBGE, 2012

Em pesquisa anterior (PINHEIRO e FERREIRA, 2010) analisamos a importância socioeconômica deste produto no contexto deste município salientando que o açaí vem se destacando nos últimos anos não apenas como suprimento alimentar, mas, igualmente, como fonte de renda e importante símbolo cultural dos abaetetubenses, especialmente dos habitantes das ilhas.

Como foi visto do primeiro capítulo, durante o período auge dos engenhos de cachaça e da cana-de-açúcar nas Ilhas de Abaetetuba (1960-1975), a ênfase principal foi à conversão de florestas primárias e secundárias em canaviais e pouca atenção foi dada ao agroextrativismo do açaí. Com o fim do ciclo produtivo da cachaça, mais precisamente a partir das décadas de 1990, os senhores de engenhos abandonaram suas terras, deixando para trás uma enorme quantidade de pessoas sem acesso a trabalho e renda. Nesse momento, em contraste, as agroflorestas ganham destaque e a planta dominante nas várzeas destas ilhas passou a ser o açaizeiro. Os ribeirinhos passaram a priorizar o cultivo do açaí como alternativo tanto para a ocupação da terra quanto para geração de trabalho e renda.

No entanto, antes da valorização do fruto açaí como importante meio de geração de renda, muitos municípios produtores de açaí do Baixo Tocantins, em especial o município de Abaetetuba, vivenciaram um período de exploração predatória do palmito em larga escala sob incentivo das indústrias processadoras do produto oriundas do Sul e Sudeste do Brasil que passaram a se instalar na região a partir da década de 1970-80 no momento em que os engenhos entravam em decadência.

A diminuição do extrativismo predatório do palmito só iria diminuir a partir da década de 1990 com o crescimento do mercado do fruto favorecido pelo crescimento populacional nos grandes centros urbanos, principalmente Belém que se tornou um dos principais núcleos consumidores de açaí no estado. Assim, conjugando a necessidade de recuperar os estoques de alimento com a abertura do mercado para os frutos de açaí, as famílias ribeirinhas do município de Abaetetuba iniciaram um processo de recuperação dos açazais nativos, retomando as práticas tradicionais de manejo.

Com a expansão do consumo os ribeirinhos envolvidos com a produção do açaí têm diminuído nos últimos anos a extração e venda do palmito para as indústrias processadoras concentrando suas atividades na colheita e venda de frutos. Atualmente grandes extensões de terras nas ilhas de Abaetetuba são destinadas ao agroextrativismo do açaí.

#### 4.4.1 TÉCNICAS TRADICIONAIS DE CULTIVO E MANEJO DE AÇAIZAIS

Já foi dito anteriormente que os movimentos cíclicos da natureza influenciam de maneira determinante a dinâmica socioespacial de uso dos recursos naturais aquáticos nas ilhas de Abaetetuba. Este fato pode ser verificado especialmente no caso do cultivo dos açazais pelos ribeirinhos que de alguma forma está ligado ao *ritmo* da natureza, ou seja, à dinâmica de safras e entressafras.

As *safras* de açaí são épocas do ano em que se registram os maiores índices de produtividade nos açazais, devido a grande incidência de frutos amadurecidos. Ao intervalo de tempo entre uma safra e outra se convencionou chamar de *entressafra*, período em que se observam as menores quantidades produzidas no ciclo anual do fruto. Concretamente, as safras não apresentam duração bem definida, tão pouco a mesma produtividade, o que pode estar diretamente relacionado aos fatores ecológicos e agrônômicos que caracterizam as diversas áreas produtoras de açaí no estuário amazônico.

De acordo com Nogueira; Figueirêdo e Müller (2005), no estuário amazônico, onde se podem incluir as ilhas de Abaetetuba, é possível identificar duas épocas perfeitamente diferenciadas para colheita do açaí, a saber:

- **Safra de verão (ou safra, propriamente dita):** ocorre geralmente entre os meses de agosto á dezembro no período de estiagem cujo volume de produção é de duas à três vezes maior que a **safra de inverno**. Nesse período, os cachos apresentam maior homogeneidade quanto o estágio de maturação o a açai obtido tem coloração vermelho-arroxeadado (chamado pelos ribeirinhos de *açai tuíra*) o qual é considerado de melhor qualidade.

- **Safra de inverno (ou entressafra):** coincide com o período de intensidade das chuvas (janeiro à julho) que corresponde ao inverno amazônico. Nesse período a ocorrência de frutos é menor sendo comum a colheita antes de seu estágio ideal de maturação, ou seja, quando o açai ainda está *parau* na expressão dos ribeirinhos. Compreende a chamada entressafra; neste período o açai é considerado de qualidade inferior.

A Tabela 4 destaca as safras anuais da produção do açai nas ilhas de Abaetetuba considerando os dois principais períodos de produção descritos acima.

Tabela 4 - Dinâmica de safra entressafra de açai nas ilhas de Abaetetuba (PA) de acordo com o período do ano

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ENTRESSAFRA							SAFRA				

Fonte: pesquisa de campo 2014

Aproximadamente 80% da produção de frutos se verifica nos períodos de safras que tem início no mês de agosto/setembro com o pico da produção nos meses de outubro e novembro começando a decair no mês de dezembro). É exatamente no período de safra que os ribeirinhos de Abaetetuba se mobilizam em função do agroextrativismo do açai como uma das principais atividades de uso dos recursos naturais.

O manejo do açai praticado por ribeirinhos no município de Abaetetuba depende fundamentalmente da dinâmica de safras e entressafra e tem como base os conhecimentos tradicionais constituídos a partir de experiências empíricas adquiridas no contato diário com a natureza. O simples ato de colher ou “apanhar” o açai, por exemplo, exige um certo grau de experiência que só pode até colocar em risco a vida daqueles que realizam essa atividade, neste caso os chamados “peconheiros”.

Nossas pesquisas de campo sobre o agroextrativismo do açai no município permitiu-nos identificar diversas formas de manejo, cada uma de natureza singular desenvolvidas com técnicas e conhecimentos peculiares. Descrevemos sucintamente algumas destas formas de

manejo levando em conta a complexa relação estabelecida com a natureza a partir do desenvolvimento desta atividade.

#### 4.4.2 O PREPARO DOS AÇAIZAIS PELOS RIBEIRINHOS

O processo de preparo dos açaiçais, visando maximizar a produtividade do fruto, inicia-se com a limpeza da área a ser manejada, devendo-se eliminar plantas de menor porte e cipós. Nas comunidades de Campopema, Ajuái, Tucumanduba, Cuitininga, Panacuerazinho, Furo Gentil, dentre outras, o preparo é realizado principalmente nos meses de entressafra preferencialmente quando a maré não inunda a *várzea alta*.

O preparo inicia-se geralmente em novembro, quando o açaí começa a ficar escasso, intensificando-se nos meses seguintes. Retrai-se em fevereiro e março, época na qual ocorre uma pequena safra de inverno, readquirindo, após este período, um novo impulso até o final do mês de maio, quando a grande *safra do verão* se inicia.

No processo de preparo dos açaiçais pode verificar pelos menos quatro tipos de manejo: 1) *Manejo intensivo*, 2) *Manejo intermediário ou consorciado*, 3) *Manejo moderado* e 4) *Sem manejo*. No manejo intensivo os ribeirinhos eliminam-se quase toda vegetação deixando apenas o açazeiro para aumentar a penetração e diminuir a competição com outras espécies. Esse processo é realizado a cada ano geralmente no período da entressafra quando os ribeirinhos realizam limpezas nos açaiçais eliminando um maior número de espécies competitivas com o açaí, com a tendência de formar populações homogêneas. No entanto a maioria dos produtores ribeirinhos entrevistados reconhece, com base em experiências empíricas, que na maioria dos casos o manejo intensivo realizado a partir da retirada de outras árvores não tem sido uma prática promissora, uma vez que o açazeiro precisa ser consorciado com outras espécies vegetais. Um dos grandes problemas com relação a esse tipo de manejo nas áreas ribeirinhas (isto é o manejo em que as outras espécies são eliminadas priorizando apenas as plantações homogêneas do açazeiro) é a perda progressiva da biodiversidade da várzea que pode levar a ocorrências de problemas mais graves para as populações que tradicionalmente dependeram da diversificação dos recursos naturais presente no ecossistema de várzea.

No manejo intermediário (ou consorciado), os ribeirinhos eliminam apenas parte da vegetação concorrente com os açaiçais, sobretudo aquelas representadas pelas espécies sem valor econômico. Embora não possuam conhecimento técnico, os próprios ribeirinhos relatam que a presença de outras espécies nativas (como o cupuaçu, o cacau, a manga, a andiroba o anajá, o burutí, o taperebá, o buriti, o jenipapo, a seringueira, dentre outras) potencializam a

produção do açaí. “*Se deixar só o açazeiro ele fica fraco e dá poucos cachos. A gente tem que deixar outras árvores no meio do açaisal*” comenta um morador da comunidade de Maúba, ilhas de Abaetetuba. Essa forma de manejo tem sido promissora por não causar grandes danos ambientais ao ecossistema de várzea. Desse modo, os ribeirinhos acabam conciliando, de modo racional e equilibrado, a proteção ambiental com o rendimento econômico.

O manejo moderado por sua vez consiste apenas na retirada de espécies indesejáveis, como as que possuem espinhos (murumuru, juquiri etc.), assim como as que não possuem valor econômico (limorana, verônica, aninga etc.). A retirada destas espécies visa facilitar o trânsito de pessoas no meio dos açais, preservando todos os estipes de açaí por touceiras e a maior parte das espécies de árvores e palmeiras.

Também existem áreas de produção de açaí sem qualquer tipo de manejo. Uma das hipóteses para esse caso pode ser a falta de garantia da posse da terra. Além disso, muitas famílias ribeirinhas das ilhas também se ocupam com outras atividades subsistentes, como a pesca, o comércio, a micro indústria cerâmica etc. e, por isso não praticam manejo, ou seja, a produtividade na mão-de-obra é maior nas outras atividades.

Deve-se observar, a despeito destes tipos de manejo, que apesar da aparente “homogeneidade” dos sistemas de manejo de açais, em região do estuário tem-se uma particularidade que pode estar relacionada, dentre outras, às condições ecológico-ambientais, às oportunidades de mercado, e a própria racionalidade econômica dos produtores ribeirinhos.

#### 4.4.3 A COLHEITA DO FRUTO

A extração ou colheita do açaí envolve objetos técnicos bastante simples. Esta prática exige necessariamente uma *peconha*<sup>12</sup> para escalar o estipe do açazeiro, uma faca ou terçado, para cortar o cacho de açaí, e uma rasa, para debulhar os frutos extraídos. O procedimento de escalada no açazeiro é uma tarefa que exige muita força física por parte dos extratores. Uma vez constatado que não existe ameaça no tronco da palmeira, os ribeirinhos colocam a *peconha* nos pés e iniciam a escalada, realizando pequenos saltos sincronizados. Neste movimento, centraliza sua força nos membros, redobrando a atenção para que não escape do açazeiro. Chegando ao topo, analisa o cacho da palmeira que escalou, bem como os demais existentes na mesma touceira, cortando apenas aqueles que estão “pretos”. Feito isto, desce

---

<sup>12</sup>*Peconha* é o instrumento usado pelos apanhadores de açaí que ajuda a prender os pés no açazeiro no momento da escalada.

pausadamente, com uma mão agarrada no estipe e outra segurando os cachos extraídos, conforme se pode observar na Fotografia 18.

Fotografia 18 - Apanhador descendo do açazeiro com o cacho de açaí nas mãos, ilhas de Abaetetuba-PA.



Fonte: pesquisa de campo

Um apanhador experiente chega a escalar até vinte (20) metros de altura para alcançar os *cachos* e pode obter até 50 rasas de frutos por dia, durante os meses de safra. Alguns produtores não pagam terceiros e extraem o produto usando apenas a mão-de-obra da família.

A extração ou colheita do açaí é um trabalho realizado essencialmente pelos homens, embora eventualmente seja realizado também por mulheres. Um apanhador experiente chega a escalar até 20 (vinte) metros de altura para alcançar os *cachos* e pode obter até 30 rasas (de 15 kg) de frutos por dia, durante a época da safra. Devido a intensidade do sol no período da tarde os extratores procuram desenvolver suas atividades preferencialmente no horário da manhã, ocasião em que a insolação está menos intensa.

Após a colheita dos cachos, ainda no açazeiro, são realizadas as operações de debulha, que consistem na liberação dos frutos dos cachos e na seleção dos frutos de acordo com a coloração ou estágio de maturação (Fotografia 19).

Fotografia 19 - Debulha do açaí por um morador da comunidade de Maúba, ilhas de Abaetetuba-PA



Fonte: pesquisa de campo, 2014

Como se pode observar na imagem, o açaí é debulhado preferencialmente, em rasas (paneiro confeccionado com fibra de um vegetal nativo denominado urumã, *Thaliageniculata* L.) com capacidade para armazenar 15 kg de açaí. Nessa operação, é feita a seleção visual e a eliminação de frutos inapropriáveis para o consumo.

É importante frisar que a extração do açaí não se restringe apenas à simples coleta dos frutos. Esta etapa se inicia bem antes já com o deslocamento do extrator ao açazal e só termina com o transporte do produto para casa, ocorrendo, neste intervalo, outras etapas, como a localização do “açaí preto”, a debulha dos cachos extraídos e a catação. Assim, concretamente, a extração do açaí apresenta-se bem mais complexa do que se imagina.

Nos meses de pico de safra do açaí no estuário amazônico (setembro á dezembro) uma única família ribeirinha chega a retirar até 500 rasas de açaí de 15 kg. À título de exemplificação acompanhamos a produção de açaí em três famílias ribeirinhas que habitam a localidade de rio Maúba às margens do rio Pará distante aproximadamente 3 horas de barco da sede municipal, a cidade de Abaetetuba. A coleta dos dados quantitativos se deu entre os meses de setembro á dezembro de 2013. Os dados obtidos representam o seguinte montante mostrados na Tabela 5.

Tabela 5 - Amostragem da produção de açaí em três unidades familiar nas ilhas de Abaetetuba-PA, ano 2013.

FAMILIAS	PERÍODO/ SETEMBRO À DEZEMBRO DE 2013				
	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL EM RASAS DE 14 KG
FAMÍLIA I	96	149	155	113	513
FAMÍLIA II	88	143	139	97	467
FAMÍLIA III	77	138	156	88	459

Fonte: pesquisa de campo

A maior parte da produção é destinada à comercialização, sendo que independente do período do ano (safra ou entressafra) a prioridade é sempre para atender o consumo da família, pois, conforme já salientado, o açaí é o principal componente da dieta alimentar ribeirinha para as famílias ribeirinhas deste município.

Em períodos de entressafras quando a produção diminui, os ribeirinhos aproveitam para preparar os açaizais derrubando as árvores mais elevadas e pouco produtivas, limpando o terreno e plantando novos contingentes de açaizeiros. Nesse período a pesca aparece como alternativa na complementação na subsistência da família. Sobre isso, um dos moradores da comunidade pesquisada relata:

Aqui pra nós é a pesca e o açaí. No inverno não dá pra vender o açaí, é muito pouco, só dá pro nosso consumo aí a saída é a pesca. Mas quando chega a safra do açaí a gente ganha um dinheiro a mais. É com esse dinheiro que a gente compra outras coisas que a gente precisa. Mas mesmo na safra do açaí, a gente continua pescando **(Entrevista concedida por um morador da Comunidade de Maúba em junho de 2013)**.

Verifica-se nesse relato que tanto a pesca quanto o açaí são atividades fundamentais na garantia da sobrevivência familiar. Tais atividades ocorrem de forma complementar de acordo com o período do ano. No caso do açaí, o cultivo do fruto *in natura* além de representar uma possibilidade economicamente viável (de excelente rentabilidade) pode significar ainda conservação enquanto recurso natural, exercendo, assim, efeito econômico e ecológico positivo sobre a conservação dos açaizais.

#### 4.4.4 A COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ

A comercialização do açaí tem papel de destaque na garantia da subsistência ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba. O comércio do produto está mais concentrado nos meses

de agosto à dezembro em consequência do período de safra. A dinâmica de comercialização do açaí pelos produtores ribeirinhos é realizada através do emaranhado de rios e igarapés enquanto principais vias de acesso aos que dão acesso às cidades próximas.

Nos períodos de safra do açaí (geralmente de agosto à dezembro) a demanda pelo produto cresce no mercado regional. Como a economia deste município é fortemente influenciada pela produção ribeirinha oriunda da região das ilhas, todos os dias chegam ao porto da cidade de Abaetetuba diferentes gêneros de produtos de originalidade ribeirinha, dentre os quais o açaí. São barcos, rabetas e pequenas canoas que transportam esses produtos para serem comercializados numa das principais feiras livres do Baixo-Tocantins: a Feira de Abaetetuba situada às margens do rio Maratauíra (Fotografia 20).

Fotografia 20 - Comercialização do açaí na Feira da cidade de Abaetetuba-PA



Fonte: trabalho de campo

O açaí que é um dos principais ícones do comércio local. A feira do açaí em Abaetetuba traduz um dos locais mais tradicionais usados pela população ribeirinha no intercâmbio comercial com a cidade de Abaetetuba. O comércio do açaí na feira de Abaetetuba beneficia tanto os moradores ribeirinhos (que com o dinheiro adquirido nas trocas compram outros bens não produzidos nas ilhas) quanto os próprios comerciantes da cidade (que vendem seus produtos dinamizando a economia local). Aliás, essa dependência mútua malgada a partir da relação entre a cidade e o rio é um dos traços marcantes da dinâmica

socioespacial vivenciada nas pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia, a exemplo da cidade de Abaetetuba.

Graças à considerável potencialidade dos terrenos de várzea favorecido pelas condições naturais propícias ao desenvolvimento desta fruticultura, o mercado de açaí na feira de Abaetetuba é abastecido no inverno e no verão pela produção oriunda das ilhas. Porém em alguns períodos do ano o açaí fica escasso e com preço elevado, principalmente para o consumidor final. A escassez coincide com o período de entressafra de açaí na várzea. Nesse período além do aumento do preço a qualidade do produto diminui.

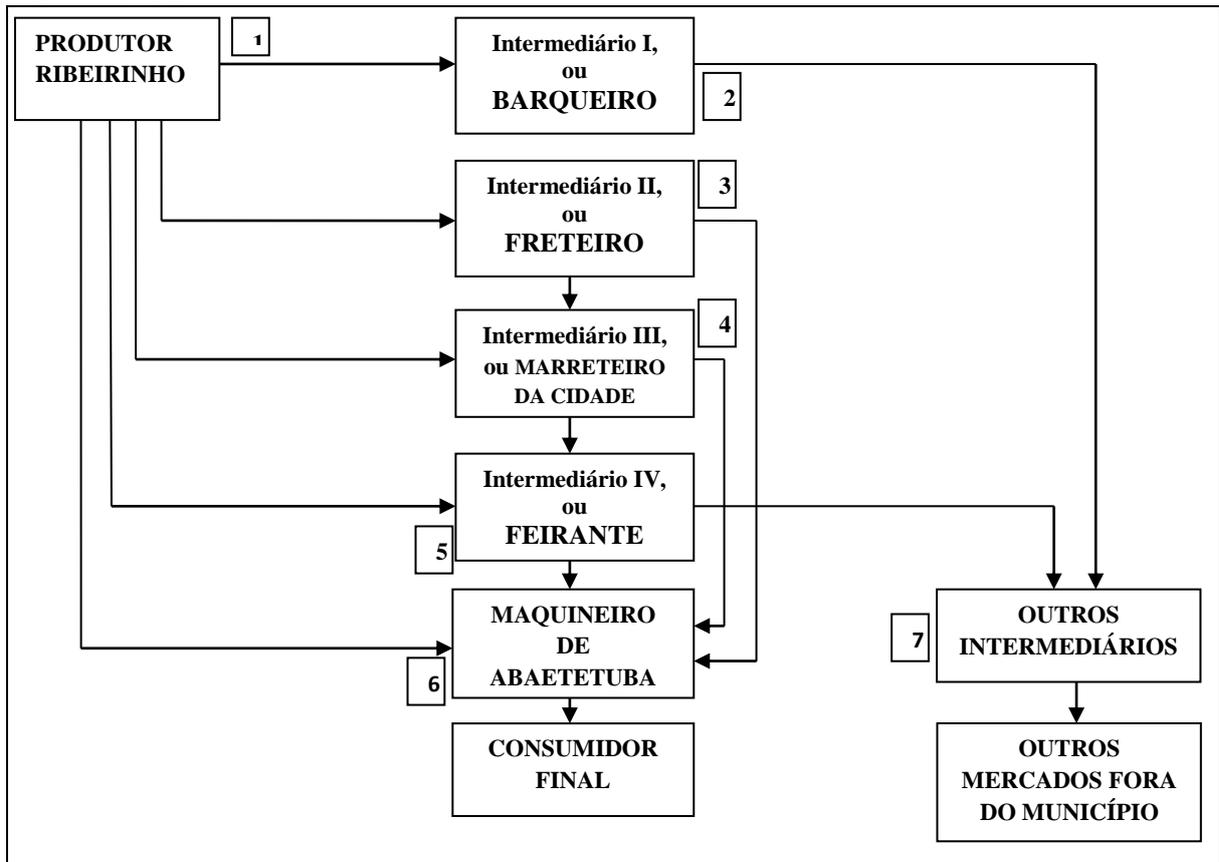
A cadeia de produção e comercialização do açaí no município de Abaetetuba envolve agentes econômicos diversos, que atuam tanto nas áreas ribeirinhas quanto na sede municipal, principalmente no porto enquanto principal entreposto da comercialização do produto no município.

Baseado em nossa pesquisa de campo, e em consonância com os estudos desenvolvidos por Guimarães et. al. (2004), identificamos, dentre outros, os seguintes agentes que atuam na cadeia de produção e comercialização do açaí no município de Abaetetuba:

- 1. Os produtores ribeirinhos;**
- 2. Os barqueiros;**
- 3. Os “freteiros”;**
- 4. Os marreteiros da cidade;**
- 5. Os feirantes de Abaetetuba;**
- 6. Os *maquineiros* ou batedores, e;**
- 7. Os outros atravessadores.**

Identificar o papel de cada um destes agentes na dinâmica de produção e comercialização do açaí neste município não se constitui uma tarefa fácil, haja vista a complexidade e o dinamismo das interseções socioespaciais. Para melhor compreensão acerca desse processo elaboramos propomos um fluxograma da cadeia de produção e comercialização do açaí em Abaetetuba que pode ser representado no Esquema 1

Esquema 1 - Principais agentes envolvidos na dinâmica de produção e comercialização do açaí no município de Abaetetuba-PA



Fonte: adaptado de Guimarães et. al. (2004).

O fluxograma representa os divergentes agentes econômicos que compõe a dinâmica de produção e comercialização do açaí com destaque para o produtor ribeirinho que aparece no início da cadeia produtiva. O dinamismo socioespacial que envolve os canais de comercialização do açaí neste município pode representado com base no papel dos seguintes agentes:

**1. Produtores ribeirinhos.** Como vimos anteriormente, a área que compreende a porção insular do município de Abaetetuba constitui-se como a principal fornecedora de açaí que é consumido pela população urbana do município além do excedente que é direcionado para outros mercados, principalmente a capital Belém. Após colher os frutos, os produtores destinam uma parte da produção ao consumo familiar e o excedente é comercializado de diversas maneiras. No circuito de comercialização nota-se a presença do intermediário I (barqueiro) que vem na unidade de produção comprar o açaí (fruto). Os produtores também podem transportar o produto até a feira de açaí em Abaetetuba onde negociam podem negociar com diversos atravessadores, ou mesmo repassar diretamente para *maquineiro*, ou seja, o dono das unidades de beneficiamento do produto, conforme mostra o fluxograma.

É comum na dinâmica de comercialização do açaí em pequenos portos localizados próximos às principais microrregiões produtoras do Estado do Pará a presença dos atravessadores também denominados de *marreteiros*. Os marreteiros de açaí são agentes econômicos que apresentam grande mobilidade e senso de oportunismo para aproveitar as “brechas” que o mercado e seus concorrentes proporcionam. Alguns possuem pequenas embarcações, nas quais se deslocam nos rios encomendando e negociando os frutos com os produtores de açaí.

No caso dos atravessadores ou intermediários do município de Abaetetuba existe uma grande diversidade entre eles sendo possível classifica-los em pelo menos quatro categorias: O intermediário I, ou *barqueiro das ilhas*; intermediário II, ou *freteiros* e; intermediário III, ou *marreteiro da cidade* e intermediário IV, ou *feirante de Abaetetuba*.

**2. Intermediário I, ou *barqueiro*.** O intermediário um é aqui identificado como marítimo, ou barqueiro das ilhas. Ele possui sua própria embarcação. Sua relação é caracterizada pela compra do produto na unidade de produção repassando para os intermediários que se encontram no porto de Abaetetuba (principalmente para o marreteiro do porto e o feirante). Este também pode entregar para outros intermediários que levam para outros mercados fora do município.

O acerto do negócio acontece geralmente um dia antes quando este intermediário passa em sua embarcação deixando as rasas para os produtores e acertando o dia a hora em que vão recolher o açaí. Neste contato, esses intermediários externalizam o interesse na compra do açaí, evidenciando o preço que estão pagando na *lata*<sup>13</sup> e a hora em que devem estar passando na beirada. Os produtores ribeirinhos geralmente argumentam (especulam), dizendo que tal preço está baixo ou que já têm outras “encomendas” para o mesmo dia, a fim de que o marreteiro melhore sua proposta. Ao final deste breve diálogo, quase sempre chegam a um acordo provisório, no qual o “dono” do açazal se compromete a negociar parte ou a totalidade da produção, desde que o preço oferecido seja bem generoso. Para assegurar a compra do açaí, os barqueiros geralmente deixam uma parcela do dinheiro e também as rasas que simbolizam o fechamento do negócio entre ambos.

**3. Intermediário II, ou *freteiro*.** É comum no interior da Amazônia que as pessoas utilizem barcos, ou pequenas canoas movidas a motor, como principal meio de transporte na locomoção até as cidades. Nas ilhas de Abaetetuba o agente responsável por este transporte é conhecido como *freteiro*. Este personagem transporta pessoas e produtos de origem ribeirinha

---

<sup>13</sup>O termo “lata” refere-se à unidade de medida do açaí. Uma lata equivale a 14 kg de açaí (fruto).

do interior para cidade. No período de safra de açaí é comum que o *freteiro* compre o açaí nas ilhas e comercialize na cidade possibilitando uma renda extra. Ao deixarem os passageiros em suas residências, os *freteiros* logo encomendam o açaí para o produtor combinando o horário em que vão passar para recolher. De maneira geral, os *freteiros* comercializam o açaí em pequena escala pelo fato de priorizarem o transporte de passageiros. Vendem seus produtos para os compradores do porto, para os feirantes ou diretamente para os *maquineiros* de Abaetetuba.

**4. Intermediário III, ou marreteiro do porto de Abaetetuba.** Esse comerciante está estabelecido no porto de Abaetetuba, principal ponto de comercialização do município. Conforme frisado por Grossmann et al (2004), estes intermediários podem ser encontrados nesse local de venda a partir da 4 horas da manhã. Geralmente possuem pouco investimento financeiro, e por isso seu trabalho consiste apenas em negociar o açaí que chega ao porto e repassa ali mesmo para outros intermediários. Muitos destes comerciantes de tantos anos de trabalho já conhecem os produtores ribeirinhos que diariamente trazem seus produtos para vender no porto da cidade. Quando os barcos chegam ao porto pela manhã bem cedo trazendo o açaí, estes logo estabelecem o primeiro contato. No ato da negociação dizem para os produtores: “a venda está fraca”, “tem muito açaí”, “hoje vai cair o preço”, tudo isso expressa uma intenção: a de persuadir o produtor afim de que este lhe venda o açaí por um “preço bom”, isto é, por um preço que lhe possibilite a maior margem de lucro possível.

**5. Intermediário IV, ou feirante de Abaetetuba.** De maneira geral, é esse comerciante que mais se destaca na venda do açaí para os *maquineiros* ou batedores instalados na cidade de Abaetetuba. Muitas vezes capitalizado, esse intermediário costuma vender o açaí (fruto) para receber do *maquineiro* apenas quando este estiver negociado sua polpa, caracterizando, aí, uma forma de crédito entre estes dois agentes. Conforme expõe Grossmann et al (2004), esse fato explica porque muitas vezes os produtores não conseguem vender sua produção diretamente para o *maquineiro*, pois normalmente precisam receber pelo seu produto imediatamente após a venda, inviabilizando, assim, esse tipo de transação e, dessa maneira, deixando de se apropriar de uma margem de benefício mais elevada. Esse intermediário feirante pode, ainda, comercializar com outros intermediários, mas essa forma de negociação é menos frequente.

**6. Maquineiro, ou batedores de açaí de Abaetetuba.** Esse agente se encontra no final da cadeia de comercialização. Ele adquire o fruto no porto de Abaetetuba e leva para sua unidade de transformação, geralmente, bem rústicas, onde, através do beneficiamento, obtêm a polpa ou vinho de açaí que é comercializado junto ao consumidor final.

Calcula-se que existam entre 500 a 1.000 pontos de venda de açaí nos diversos bairros da cidade de Abaetetuba. A maioria ainda funcionando sem condições de infra-estrutura, assim como de higiene adequadas, pois, em muitos casos, este trabalho não possibilita ganhos satisfatórios que possibilite tal adequação, sobretudo nos períodos de entressafras quando custo do açaí aumenta consideravelmente e a margem de lucro diminui.

O transporte do açaí até a unidade de beneficiamento, ou vitaminose, é realizado, geralmente, pelos motociclistas conhecidos no município como “batalhadores de bicicleta”. O açaí também é transportado em pequenos carrinhos de mão por trabalhadores que ficam de plantão na feira a fim de realizar esse tipo de transporte. Assim, mesmo não participando diretamente da cadeia de comercialização do açaí, os chamados “batalhadores” ou trabalhadores da feira (seja na bicicleta ou no carrinho-de-mão) também dependem do açaí como meio de sobrevivência, principalmente no período de safra.

**7. Outros intermediários.** Este comerciante pode ser encontrado no mercado de Abaetetuba, ou ainda, nas áreas de produção. Ele adquire o produto e revende para outros mercados fora do município. Ele também pode estar a serviço de uma empresa de beneficiamento que o contrata para comprar o açaí que será beneficiado e exportado para outros estados do Brasil até de outros países.

Toda essa dinâmica socioespacial que envolve os canais de produção e comercialização do açaí no município em estudo não seria possível sem o protagonismo dos ribeirinhos. São eles os principais responsáveis pelo abastecimento diário do açaí que dinamiza a economia local associando sistemas tradicionais de manejo com as oportunidades de mercado do fruto em expansão.

Através do cultivo e manejo do açaí os ribeirinhos fazem uso de um conhecimento fundamentado em práticas tradicionais vistas como mecanismo potencialmente viável no que diz respeito ao uso sustentável dos recursos naturais. Assim como em outras áreas do estuário Amazônico, também nas ilhas de Abaetetuba o agroextrativismo do açaí traduz um modo peculiar de uso dos recursos naturais que transcende o nível estritamente econômico, pois as práticas tradicionais de manejo relacionam-se a um conhecimento autóctone, profundamente marcado pela tradição da cultura indígena que ainda hoje marca profundamente o modo de ser e de viver dos moradores das margens dos rios que compreendem as comunidades locais.

Nesse aspecto, conforme chamou atenção Brondízio (2006), o caso do agroflorestamento do açaí nos ajuda a repensar a intensificação do uso da terra na Amazônia a partir de uma perspectiva sociocultural e de mercado. Daí a necessidade de se relativizar a inserção destes agentes ao mercado, pois se trata de uma racionalidade econômica incompleta,

nos termos de Abramovay (2007), em que o modo de vida sempre será um fator fundamental quando se analisa a dinâmica de uso dos recursos naturais.

Conservando os argumentos desenvolvidos pode-se dizer que o açaí tem significado um *recurso vital* na dinâmica de reprodução socioespacial ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba, pois além de representar uma possibilidade economicamente viável, (de excelente rentabilidade) pode significar ainda conservação, enquanto recurso natural, eficiência produtiva e equidade social, exercendo, assim, efeito econômico e ecológico positivo sobre a conservação de açazais. Por isso as práticas tradicionais de manejo de açaí no estuário Amazônico, e em particular nas ilhas de Abaetetuba, são vistas como um modelo alternativo de uso da terra frente à escassez da vez mais intensa dos recursos naturais dos quais os ribeirinhos sempre dependeram para sobreviverem, a exemplo dos recursos pesqueiros.

Apesar da natureza distinta envolvendo as duas atividades analisadas, a pesca e o agroextrativismo do açaí, estas guardam entre si significativas interseções. O Quadro 9 busca mostrar algumas características de cada atividade levando em conta o grau de aproximação entre estas.

Quadro 9 - Peculiaridades e similaridades da pesca e do agroextrativismo do açaí nas ilhas de Abaetetuba-PA

<b>PESCA</b> Peculiaridades	<b>AÇAÍ</b> Peculiaridades	Similaridades
<b>Meio em que ocorrem:</b> Condicionada ao meio aquático (rios, furos e igarapés, baias).	Condicionada ao meio terrestre (várzea e terra- firme)	Dependência do sistema de várzea, proximidade com o rio.
<b>Temporalidade:</b> Safrade peixes (período de ocorrência do camarão, mapará, pescada, etc.).	Safrado açaí (período de maior frutificação)	Dependência dotempo natural ou ecológico(safrade inverno, verão, enchente vazante, condições climáticas etc.).
<b>Conhecimentos e técnicas:</b> Saberes ligados ao universo aquático	Saberes ligados à terra e à floresta.	Conhecimento aprofundado sobre os movimentos cíclicos da natureza.

Fonte: pesquisa de campo, 2014

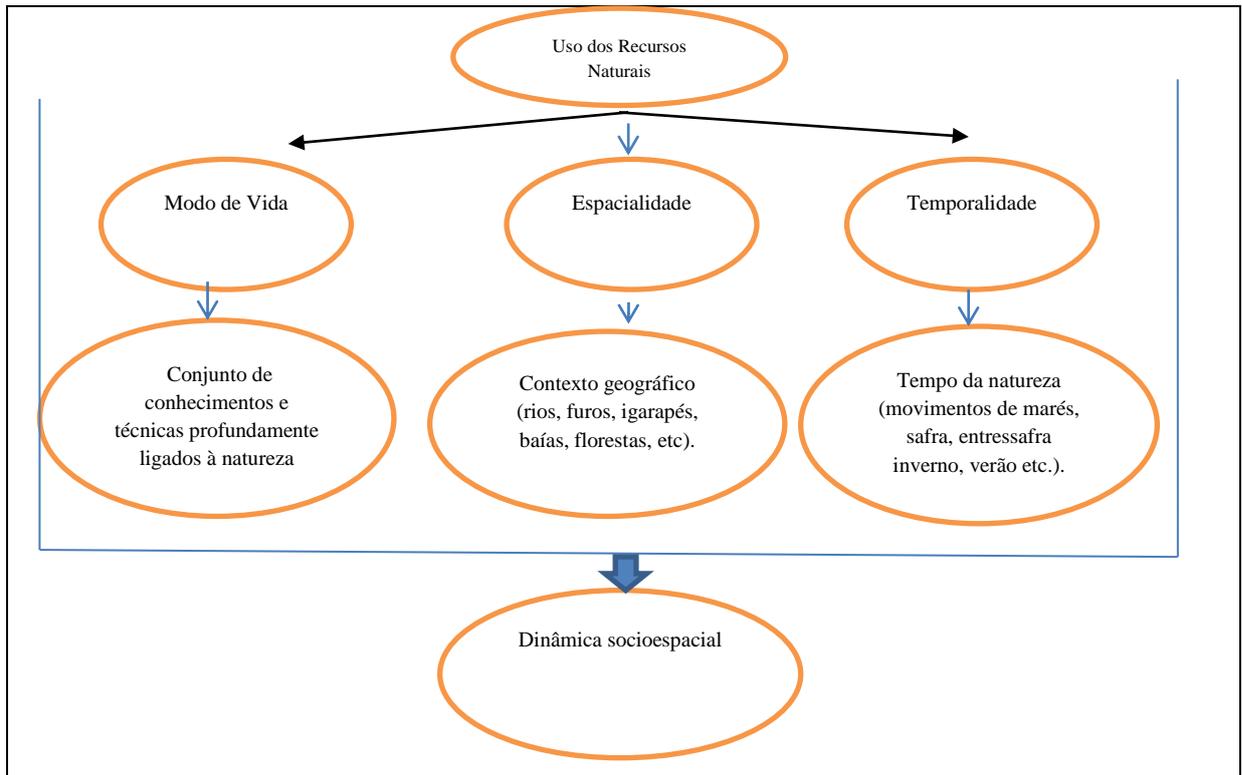
A propósito das peculiaridades ligadas a cada uma destas formas de uso dos recursos naturais conclui-se que um dos principais fatores a ser notado são exatamente a complementaridade e o grau de importância das atividades citadas no atendimento às necessidades subsistentes da família ribeirinha. O conjunto destas atividades constitui o que alguns autores entendem por *economia domestica* que tem a ver, dentre outros, com a família e o meio onde se reproduzem social, econômica e espacialmente. Refere-se, segundo Marinho (2005), à produção, à renda e ao consumo das unidades domésticas engendradas a partir de condições ambientais e socioeconômicas existentes em um determinado meio. Nas várzeas amazônicas, em especial nas ilhas de Abaetetuba, essa economia apresenta nuances particulares, em sintonia com o regime das inundações, das safras e ao mesmo tempo com a dinâmica das relações comerciais predominantes.

As relações mais amplas estabelecidas com o mercado não significam, porém, a passagem de uma produção de caráter subsistente para um quadro de acumulação característico da lógica de produção capitalista, visto que no seio destes grupos sociais a inserção ao mercado institui aquilo que Abramovay (2007) denomina *racionalidade incompleta* que não está ligada à aspectos estritamente econômicos mas está em função principalmente da própria satisfação das necessidades subsistentes. Trata, assim, primordialmente, de uma estratégia de reprodução, tendo em vista que há muito tempo estes agentes realizam intercâmbios de trocas e o mercado é apenas mais um dos elementos dessa interação, com a diferença de ser intermediado pela moeda.

Conforme vimos no decorrer deste capítulo, a dinâmica de uso dos recursos naturais entre os moradores das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba está intimamente ligada ao conhecimento tradicional compreendido no seio do modo de vida. A referência ao termo tradicional é feita no sentido de considerar as ações concretas do cotidiano como sendo uma reconstituição objetiva de uma realidade ou condição ancestral que resistiu ao tempo manifestando-se nas mais diversas tramas de produção da vida, a exemplo das práticas socioespaciais aqui analisadas.

Pode-se dizer que a dinâmica de uso dos recursos naturais reflete uma maneira peculiar de relação com a natureza, característica das pequenas comunidades ribeirinhas do interior da Amazônia. No Esquema 2 destacamos alguns aspectos inerentes à essa dinâmica.

Esquema 2 - Elementos ligados à dinâmica cotidiana de uso dos recursos naturais pelos ribeirinhos nas ilhas de Abaetetuba-PA.



Fonte: Elaborado e organizado por Denison da Silva Ferreira, 2014.

A interseção dos elementos destacados esquema acima permite concluir que o uso dos recursos naturais enseja um contexto peculiar em que a espacialidade, a temporalidade e o modo de vida configuram elementos fundamentais traduzindo, em última análise, múltiplas dimensões da dinâmica de reprodução socioespacial envolvendo as dezenas de comunidades ribeirinhas circunscritas no contexto do município em estudo.

Conforme buscamos mostrar no decorrer deste capítulo, uma dos aspectos fundamentais que marca a dinâmica socioespacial ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba é exatamente a complementaridade de distintas atividades subsistentes acionadas a partir do meio aquático e terrestre, a exemplo da pesca e do agroextrativismo do açaí. Em conclusão deste capítulo poderíamos dizer que esta complementaridade, em diferentes setores produtivos, foi e continua uma das principais características do modo de vida entre os ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de algumas peculiaridades os três capítulos que compõem esta dissertação possuem em comum o fato de retratam um conjunto de condições ligadas ao dinamismo da vida ribeirinha na Amazônia, em especial no que diz respeito à área de estudo. A título de considerações finais faz-se necessário resgatar alguns pontos relacionados ao desenvolvimento dos respectivos capítulos aqui apresentados.

Conforme analisado no primeiro momento da Dissertação, o processo histórico de ocupação em áreas ribeirinhas da Amazônia, principalmente a partir da primeira metade do século XVII com a chegada dos colonizadores, ensejou profundas transformações nas condições de vida dos genericamente de *índios das águas*. Tal processo culminou na miscigenação de povos de diferentes matrizes etno-culturais que, a partir principalmente do contato com o colonizador, viriam mais tarde a constituir diferentes seguimentos da população ribeirinha da Amazônia, à exemplo da área de estudo.

Ao longo do processo histórico de ocupação da Amazônia, os povos ribeirinhos passaram a incorporar costumes diversos como resultado da herança cultural do índio, do europeu assim como do próprio negro africano introduzido na Amazônia pelo colonizador. Conforme frisado no primeiro capítulo, a introdução de novas características culturais trazidas pelos colonizadores não impede que a população ribeirinha assimile uma série de técnicas essenciais ao ecossistema fluvial, assim como seus antepassados – os ameríndios.

Isso leva-nos a refletir sobre a capacidade de reprodução socioespacial destas populações diante das transformações que se colocam em questão. Essa reprodução, vale frisar, é expressa não simplesmente pela sobrevivência material, mas, sobretudo, pelo reconhecimento de um modo de vida constantemente resignificado que atravessa gerações constituindo uma das marcas da dinâmica socioespacial vivenciada nos diversos cantos da Amazônia sob predominância ribeirinha.

O debate empreendido no segundo e terceiro capítulo buscou refletir, a partir do exemplo da área de estudo, sobre o dinamismo da vida ribeirinha no estuário Amazônico considerando algumas das transformações socioespaciais, em especial no que diz respeito às estratégias de adaptação ao ambiente de várzea. No que diz respeito às mudanças ligadas à economia da cachaça, apresentadas no segundo capítulo, a análise possibilitou concluir que, para além dos fatores estritamente econômicos, o funcionamento dos engenhos representou um importante marco histórico do processo de reprodução socioespacial ribeirinha entre os moradores das ilhas de Abaetetuba. Um dos exemplos notados nesse aspecto diz respeito ao próprio processo de mistura étnico-cultural envolvendo os habitantes das comunidades locais,

uma vez que o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar e nos engenhos de aguardente na região do Baixo-Tocantins, e em especial no município de Abaetetuba, contribuiu decisivamente para o encontro efetivo de grupos étnicos distintos que ocuparam as margens dos rios e igarapés das ilhas de Abaetetuba, já habitadas por populações ribeirinhas descendentes de índios e europeus. Tal fato explica, em parte, a presença marcante de descendentes de escravos negros que hoje habitam muitas localidades das ilhas, como é o caso das comunidades de Alto e Baixo Itacuruçá, Piquiarana, Campopema, rio Abaeté, Jenipaúba, Acaraqui, e outras.

Com o declínio dos engenhos, pós década de 1990, a população ribeirinha das ilhas de Abaetetuba mais uma vez demonstrou a grande capacidade de readaptação ao ambiente amazônico buscando novos meios de sobrevivência visando compensar condições adversas provocadas pela retração do ciclo econômico da aguardente.

O terceiro capítulo visou chamar a atenção exatamente para a complexidade que envolve as estratégias atuais de sobrevivência ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba enquanto importante aspecto da dinâmica socioespacial local. Para o desenvolvimento da análise adotou-se como exemplo a pesca e o agroextrativismo do açaí. A análise buscou mostrar que estas duas atividades expressam sobremaneira múltiplas peculiaridades da dinâmica socioespacial na comunidade das ilhas acionada a partir do rio, da várzea e da floresta. O condicionamento a um calendário econômico específico (intimamente ligado ao ritmo da natureza), os conhecimentos empíricos ligados ao universo ribeirinho, assim como o caráter múltiplo das práticas de uso dos recursos naturais, são alguns elementos intrínsecos a essa dinâmica.

Feito esse breve resgate sobre a discussão os respectivos capítulos da dissertação, alguns pontos merecem ser destacados. Em *primeiro* lugar é preciso considerar que as comunidades ribeirinhas nas ilhas de Abaetetuba não são homogêneas. Mesmo se tratando de um pequeno recorte espacial é possível vislumbrar diferenças significativas na maneira de ser e de viver entre as dezenas de comunidades locais. A religiosidade, a organização social, a própria relação com a natureza através das estratégias de sobrevivência, enfim, as cosmologias que envolvem a vida cotidiana são alguns dos aspectos relacionados á essa diferenciação.

O exemplo das comunidades pesquisadas permite refletir sobre a complexidade do processo histórico de ocupação estabelecido nas áreas sob influência dos rios e igarapés da Amazônia. Daí a importância de levar em conta a dimensão espacial traduzida na diversidade de ambientes com os quais estas populações interagem cotidianamente no processo de

reprodução socioespacial. No caso em estudo, as peculiaridades do contexto geográfico local (como, por exemplo, o regime de subida e descida de marés, a proximidade com os rios e, sobretudo, a potencialidade do sistema de várzea local em relação à biodiversidade) influenciam de maneira decisiva a própria organização social local, de modo especial no que diz respeito à dinâmica de uso dos recursos naturais.

Um *segundo* ponto que merece destaque diz respeito a dinâmica de interação entre os ribeirinhos e a cidade. Assim como em outras áreas ribeirinhas do estuário amazônico, também nas ilhas de Abaetetuba os ribeirinhos estão sempre em contato com o meio urbano, especialmente as cidades circunvizinhas de Abaetetuba, Igarapé-Miri, Belém e Moju. Este contato pode ser traduzido, dentre outros, nas relações socioeconômicas estabelecidas diariamente nos beiradões destas cidades às proximidades dos rios. Isso significa que não existe uma relação de estranhamento e um comportamento desajeitado por parte dos ribeirinhos em relação ao ambiente urbano.

Tal fato leva-nos a concluir que os ribeirinhos não vivem “isolados”, como frequentemente costuma-se desdenhar. Além disso, para além das relações possibilitadas através da mobilidade física, o termo “isolamento” perde o sentido na medida em que se verifica a difusão cada vez mais notória dos meios de comunicação (televisão, celular, rádio, internet, etc.) que de certa forma possibilitam a inserção destes agentes em escalas mais amplas da sociedade envolvente, seja no meio urbano ou rural.

Hoje nas comunidades das ilhas Abaetetuba, mesmo aquelas mais distantes da sede municipal, é comum que muitas famílias ribeirinhas disponham de celulares que permitem a comunicação até entre vizinhos de uma mesma localidade, fato que de alguma forma influencia a dinâmica socioespacial interna. Isso pode ser verificado em relação à dinâmica de comercialização do açaí na feira de Abaetetuba em que os ribeirinhos produtores, mesmo sem se deslocarem até a cidade, podem acompanhar o movimento diário de venda do produto na feira, através da comunicação via celular, e saber se as vendas foram boas ou ruins para assim planejar o melhor dia no intuito de obterem um bom preço na comercialização do açaí.

Também é importante destacar um *terceiro ponto* em relação ao tema em debate que perpassa pela compreensão de que os ribeirinhos não são “pobres coitados” ou “indolentes”. Isso significa dizer que os tradicionais moradores das margens dos rios e igarapés da Amazônia, a exemplo da área de estudo, vivem num regime essencialmente familiar e longe de parecerem “miseráveis” produzem seus próprios meios de sobrevivência. Embora dependente do mercado para comercialização de seus produtos, promovem um certo grau de autonomia, suficiente, ao nosso ponto de vista, para não serem considerados meros

“apêndices” do sistema econômico capitalista. Trata-se, portanto, de formas de vida diferenciadas e não inferiores.

Retomando a hipótese referida no início da dissertação, conclui-se que a dinâmica socioespacial entre as pequenas comunidades ribeirinhas da Amazônia, onde podemos incluir a área de estudo, está intimamente relacionada ao modo de vida (entendido como um conjunto de técnicas transmitidas e consolidadas pela tradição) enquanto expressão das ações concretas do cotidiano.

Nesse sentido, considerar as práticas de uso dos recursos naturais (como as que foram debatidas no terceiro capítulo), como práticas de reprodução do modo de vida ribeirinho, implica tomar como pressuposto não apenas o *fazer*, resultado de uma ação, mas, sobretudo, o *saber-fazer* expresso no âmbito do modo de vida, neste caso um *saber* que não foi adquirido formalmente, mas através de um conhecimento que tem como base na *ciência da tradição* – para usar as palavras de Moraes (2005).

Ademais, há de se convir que a razão dominante em nossa sociedade tem negado historicamente esse saber prático acumulado sobre a complexidade dos ecossistemas e as formas de se realizar o trabalho sobre ele. Nessa perspectiva, a articulação da vida ao dinamismo do *tempo natural* (como vimos principalmente no caso da pesca e do açaí), é esvaziada de sentidos, sendo mesmo usado inclusive o termo *não-trabalho* como imagem negadora. Tal visão produz uma invisibilidade reforçada por uma certa negligência em reconhecer estas formas de vida como sendo parte constituinte da produção e organização atual do espaço amazônico. Isso configura um entrave ao reconhecimento das formas de organização temporal e espacial que norteia o modo de vida nestas áreas. Fato que tem contribuído para que estas populações tenham seus modos de vida invisibilizados ao longo da história.

De outro modo, pensamos que o debate acadêmico-científico deve ser um dos principais instrumentos na busca do reconhecimento das temporalidades e formas de organização social e espacial destes grupos sociais, pois o protagonismo dos ribeirinhos desde os tempos mais remotos não pode ficar à parte da história da Amazônia como nos acostumamos a ver.

Antes de finalizar é importante destacar que a análise aqui desenvolvida não se encerra por aqui. Muitos outros aspectos que envolvem a vida ribeirinha na Amazônia, e em particular no município em estudo, (como, por exemplo, a inserção dos ribeirinhos no atual processo de reordenamento do espaço Amazônico que afeta diretamente as condições de vida de significativa parcela destas populações) precisam de melhores aprofundamentos

acadêmicos, sem deixar de considerar os esforços já empreendidos nessa direção. Por isso, vislumbramos em trabalhos futuros problematizar outros aspectos dessa realidade considerando que o tema em estudo constitui uma fonte importantíssima de pesquisa acadêmica. O desafio está lançado.

O exemplo estudado ajuda a refletir sobre as condições socioespaciais sob as quais as comunidades ribeirinhas da Amazônia se inserem no mundo de hoje. Além disso, possibilita perceber que o conhecimento aprofundado da natureza e de seus movimentos ciclos por parte dos ribeirinhos se reflete na elaboração de estratégias múltiplas de uso e de manejo dos recursos naturais. Isso significa que, seja na água ou na terra, tais *estratégias* não geram somente *meios de vida*, mas, acima de tudo *modos de vida*. Este é o exemplo das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**: 3ª ed. Campinas: São Paulo/Edusp, 2007.

ADMS, Cristina. **Estratégias adaptativas de Duas populações Caboclas (Pará) ao ecossistema de Várzea Estuarina e Estacional: Uma análise Comparativa**. 2002. 387 f. Tese (Ciência em Ecologia) Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

ADMS, Cristina; MURRIETA, Rui S. S; NEVES, Walter. **As sociedades caboclas da Amazônia: modernidade e invisibilidade**. In: ADMS, Cristina; MURRIETA, Rui S. S; NEVES, Walter. (Org.). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006 (p. 15-32).

ALMEIDA, Maria da Conceição. **Complexidade e Cosmologia da Tradição**. Belém, UDUEPA, 2001.

ANDERSON, Scott Douglas; MARQUES, Fernando Luiz Tavares. **Engenhos Movidos a Maré no Estuário do Amazonas: vestígios encontrados no município de Igarapé-Miri, Pará**. Belém: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*, sér. Antropologia v. 8 (2), 1992.

\_\_\_\_\_. **Engenhos na várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia**. In: PHILLIPPE, Léna; ADÉLIA Engrácia de Oliveira. *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 101-119. (Coleção Eduardo Galvão).

ARENZ, Karl Heinz. **Filhos e filhas do Beiradão. Formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia**. Santarém: FIT, 2000.

\_\_\_\_\_. **São e Salvo: a pajelança da População ribeirinha do Baixo Amazonas como desafio para a evangelização**. 2003. 304f. Tese (Doutorado em Teologia Dogmática) Pontifícia Faculdade Nossa Senhora de Assunção, Quito (Equador), 2003.

ARIMA, Eugênio; MACIEL, Nazaré; CHRISTOPHER, U. **Oportunidades para o Desenvolvimento do Estuário Amazônico**. Série Amazônia n° 15 - Belém: Imazon, 1998.

BENATTI, José Heder. **Aspectos jurídicos e fundiários da várzea. Uma proposta de regularização e gestão dos recursos naturais**. In: BENATTI, José Heder, et al. *A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: uma análise para a elaboração de novos modelos jurídicos*. Manaus (AM), Edições IBAMA / Pró-Várzea, 2005.

BENCHIMOL, Samuel. **O homem e o rio na Amazônia: uma abordagem eco-sociológica**. In: COSTA, José Marcelino da Costa. (Org.) *Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais*. Belém: NUMA, 1995.

BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. (Coleção Primeiros Passos n. 19), 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BEZERRA NETO, José Maria. **Escravidão Negra no Grão-Pará**. Sécs XVI a XVIII. Belém, Paka-Tatu, 2001.

BRONDÍZIO, Eduardo. S. **Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada**. In: ADMS, Cristina; MURRIETA, Rui S. S; NEVES, Walter. (Org.). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006 (p. 195-236).

CALZAVARA, B. B. G. **As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico**. Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP. Belém, (5): 103, 1972.

CANTO, Luís Otávio. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: Museu paraense Emilio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão, 2007.

CANTO, Luís Otávio; SOUZA, Armando Lírio; FERRÃO, Euzalina da Silva. **Ribeirinhos do Mapuá**. In: MOTA, Geovane. et. al. *Caminhos e Lugares na Amazônia: ciência, natureza e território*. 1ª ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2009.

CARLOS, Ana Fani. Alessandri. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, Fábio de. **Economia familiar cabocla na várzea do médio Amazonas**. In: ADMS, Cristina; MURRIETA, Rui S. S; NEVES, Walter. (Org.). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006 (p. 173-194).

CAVALCANTE, P. **Frutas comestíveis da Amazônia**. Belém: CEJUP, 1991.

CHAVES, M. P. S. R.; BARROSO, S. C.; LIRA, T. M. **Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia**. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 111-122, 2009.

CMB (WORDL COMISSION ON DAMS) **Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)**. Relatório final, 2000.

COELHO, Roberta Ferreira. **Ribeirinhos urbanos: modos de vida e representações sociais dos moradores do Puraquequara**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 2006.

CORDEIRO, Luís. **O Estado do Pará, seu comércio e indústrias, 1719-1920**. Belém, Tavares Cardoso, 1920.

CORREA, Ana Maria Maciel. **Permanências e Mudanças Sociais numa Comunidade Ribeirinha: Colares**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará, 2008.

COSTA et. al. **Relatório sobre o Engenho Pacheco, em Abaetetuba/PA**. Governo do Estado do Pará: Secretária de estado de Cultura, 2008.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. **Comunidades Eclesiais de Base: presente, passado e futuro**. Uberlândia (MG), Interações: Cultura e Comunidade, v. 4, n. 6, jul. 2009, p. 173-185.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará 1º Volume**. Belém (PA): UFPA, 1973.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea Amazônica**. 2007, 261f. Tese (Geografia Humana) – São Paulo, 2007.

CRUZ, Valter Carmo. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia**. 2006. 201f. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) – UFF, Niterói, 2006.

\_\_\_\_\_. **O rio como espaço de referencia identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia**. IN: TRINDADE J, Saint-Clair Cordeiro de Trindade; TAVARES, Maria Goretti. (Org.). *Cidades Ribeirinhas na Amazônia: Mudanças e Permanências*. EDUFPA, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: Núcleo de Apoio à pesquisa sobre Populações Humanas e áreas úmidas Brasileiras – NAPAURB-USP –, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Navegando pelas montanhas: pesca de embarcação e mestrança em galinhos, rio Grande do Norte – Brasil**. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana (Org.). *A imagem das Águas*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (USP), 2000.

ENRÍQUEZ, G; SILVA, M. A. da; CABRAL, E. **Biodiversidade da Amazônia: uso e potencialidades dos mais importantes produtos naturais do Pará**. Belém: UFPA, 2003.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

FRAXE, Terezinha de Jesus P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2004.

FURTADO, Lurdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza. (Org.) **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, 1993.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

\_\_\_\_\_. **“Reservas pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas**. In: FURTADO, Lurdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza. (Org.) *Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, 1993.

\_\_\_\_\_. **Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia.** In: FURTADO, Lourdes Gonçalves (Org.). *Amazônia, Desenvolvimento, Sociodiversidade e Qualidade de Vida.* Belém, UFRA, 2002 (p. 147-159).

GARCIA, Graça Lobato; LOBATO, Eládio. **Memórias dos Engenhos do Baixo Tocantins: Antigos engenhos de aguardente; Município de Abaetetuba e Igarapé-Miri.** Belém, Pará, 2011.

GODIN, Neide. **A invenção da Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1994.

GONÇALVES, Walter P. Gonçalves. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2001.

GROSSMANN, Monika et al **Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açais no estuário amazônico e regulamentações oficiais.** In: JARDIM, Mário Augusto Gonçalves; MOURÃO, Leila; GROSSMANN, Monika. *Açaí (Euterpe oleracea Mart.): possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

GUIMARÃES Luis Alfredo. et al **Produção e comercialização do açaí no município de Abaetetuba.** In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. *Açaí: possibilidade e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. (p. 159-179).

GUSMÁN, Décio de Alencar. **Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio negro (Brasil), séculos XVIII e XXI.** In: ADMS, Cristina; MURRIETA, Rui S. S.; NEVES, Walter. (Org.). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade.* São Paulo: Annablume, 2006 (p. 67-80).

HAESBAERT Rogério. **Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural á essencialização das identidades).** IN: *Identidade e Territórios: questões e Olhares contemporâneos.* ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério. (Org.). Rio de Janeiro: accs, 2007, (p. 93-123).

HARRIS, Mark. **Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo.** In: ADMS, Cristina; MURRIETA, Rui S. S.; NEVES, Walter. (Orgs.). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade.* São Paulo: Annablume, 2006 (p. 81-108).

HEIDTMANN, Henrique Carlos. **A sensibilidade territorial das políticas públicas: um estudo em comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal.** 2008. 182f. Tese (Administração Pública) – São Paulo, 2008.

HIRAOKA, Mário. **Mudanças nos Padrões Econômicos de uma População ribeirinha do estuário do Amazonas.** IN: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza. (Org.) *Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, 1993.

INPA. **Influência do pulso das cheias e vazantes na dinâmica ecológica de áreas inundáveis.** Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/prog/ppg7/projetos/.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (BGE). **Censo demográfico**, 1960 a 2000.

JARDIM, M. A. G. **Morfologia e ecologia do açazeiro *Euterpe oleracea* Mart. e das etnovariedades espada e branco em ambientes de várzea do estuário**. 2000. 119f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. **Açaí: possibilidade e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

LA-BLACHE, Paul. Vidal. **Princípios de Geografia Humana**. Edições Cosmos. Lisboa: Portugal, 1954.

LEFEBVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

\_\_\_\_\_. **Estrutura social: a reprodução das relações sociais**. In: FORACCHI, Marialice M. MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à sociologia*, Livros técnicos Científicos, 1997.

LEITE, Serafim, **História da Companhia de Jesus do Brasil**. Tomo III, Livro III, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

LIMA, Deborah de Magalhães. **Construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. Belém: Novos Cadernos NAEA vol. 2, n. 2, dez/ 1999 (p. 119-130).

LIMA, Marta Goreth Marinho. **Mobilidade geográfica como estratégia de sobrevivência de pescadores artesanais na Amazônia: o caso de Cubatão em Icoaraci, Pará**. 1998. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPA), Belém, PA, 1998.

LIMA, Rubens Rodrigues: **A conquista da Amazônia: reflexos de segurança nacional. Belém: Faculdade de Ciências agrárias do Pará**, Boletim n. 6, 1973.

LIRA, Sérgio, Roberto, Bacurí et. al. (Org.) **Pólo oleiro-cerâmico de Abaetetuba, Expansão e Crise**. UFPA/POEMA, Belém, 1998.

LOPES, Robson Wander Costa. **CEBs Ribeirinhas: Análise do processo de organização das Comunidades Eclesiais de Base em Gurupá-Pa. 2013 206f**. Dissertação (Ciência da religião), Universidade Estadual do Pará, Belém (PA), 2013.

LOPES. João Luiz da Silva. **No Verão, Açaí; no Inverno, Camarão: tempo e praticas econômicas na ilha de Paqueta (Belem-Pa)**. 2006. 175f. Dissertação (Ciências Sociais), Belém, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2006.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras, 2001.

MACHADO, Jorge. **História de Abaetetuba: com referência na história social e econômica da Amazônia.** Abaetetuba: Alquimia, 2008.

MACHADO, Ricardo Lucas Bastos. **Caracterização do sistema agroextrativista familiar do açazeiro nativo (*Euterpe oleracea* Mart.), na Comunidade Quilombola São Maurício, Alcântara, Maranhão.** Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2008.

MALDONADO, Simone. **Mestres e Mares: Espaços e indivisão na pesca marítima.** São Paulo, Annablume, 1993.

MARINHO, José Antônio Magalhães. **Dinâmica das relações socioeconômicas e ecológicas no extrativismo do Açaí – Médio Rio Pracuuba, São Sebastião da Boa Vista, Marajó (PA).** 186 f. Dissertação (Planejamento do Desenvolvimento). Belém: NAEA, 2005.

MARQUES, Fernando Luis Tavares. **Modelo da agroindústria canavieira colonial no estuário amazônico: estudos arqueológicos de Engenhos dos séculos XVIII e XIX.** Porto Alegre (RS): Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul, 2004. 193f. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre (RS): Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul, 2004.

MARQUES, Fernando Luiz Tavares; SILVEIRA Maura Imazio. **Relatório final do projeto “Levantamento de potencialidades arqueológicas e históricas na área dos municípios de Barcarena e Abaetetuba, PA”.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 2004.

MAUÉS, Raimundo Heraldo. **Uma outra “invenção” da Amazônia.** Belém: CEJUP, 1999.

MONTEIRO, Mônica da Silva. **Pesca do camarão da Amazônia, *macrobrachium amazonicum* em Abaetetuba, Pará, Brasil.** In: Anais do 10º Seminário Anual de Iniciação Científica da UFRA (PA), Set., 2012.

MCGRATH, David. **Varzeiros, geleiros e o manejo dos recursos naturais na várzea do Baixo Amazonas.** Belém: Paper do NAEA, n. 04, jan. p. 01-25, 1991.

\_\_\_\_\_. **Parceiros do crime: O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional.** Belém: Novos Cadernos NAEA, vol. 2, n. 2 – dez. p. 57-72, 1999.

MÉRONA, Bernard de; JURAS, Anastácio Afonso; SANTOS, Geraldo Mendes dos; CINTRA, Israel Hidenburgo Aniceto. **Os peixes e a pesca no baixo Rio Tocantins: vinte anos depois da UHE Tucuruí, Brasil.** Ministério De Minas e Energia, 2010.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Saberes da pesca; uma arqueologia da Ciência da Tradição.** 2005, 230f. Tese (Doutor em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MORÁN, Emilio F. **A Ecologia Humana das populações da Amazônia.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, coleção ecologia & ecosofia, 1990.

NAHUM, João Santos. **Região, Discurso e Representação: A Amazônia nos Planos de Desenvolvimento**. Boletim de Geografia de Maringá, v. 29, n. 2 p. 17-31, 2011.

\_\_\_\_\_. De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense. Revista Campo Território (RJ), v. 6, n. 12, p. Ago., 2011.

NODA, S.N. et. al. **Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas**. In: DIEGUES, Antonio Carlos. MOREIRA, André de Castro C. Espaços Naturais de Uso Comum. São Paulo: NAPAUR-USP, p. 181-204, 2011.

NOGUEIRA, Oscar Lameira. **Recursos Genéticos Vegetais - o caso do açaizeiro no estuário amazônico**. Belém, 1995.

\_\_\_\_\_. **Estrutura e dinâmica populacional de açazais nativos de várzea na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999.

\_\_\_\_\_. **Regeneração, manejo e exploração de açazais nativos de várzea do estuário amazônico**. 1997. 149 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 1997.

NOGUEIRA, Oscar Lameira; FIGUEIRÊDO, Francisco José Câmara; MÜLLER, Antonio Agostinho. **Açaí**. Belém, PA, Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

O LIBERAL. Belém, 19 Jul. 1992, p. 02.

OLIVEIRA et.al. Ana Cristina Mendes. **Impactos ecológicos do manejo comunitário de recursos naturais em comunidades ribeirinhas de várzea e terra-firme na região de Tefé, AM**. Belém: Novos Cadernos NAEA, v. 11, n. 2, dez. 2008, (p. 57-84).

OLIVEIRA, JR. Jair Antônio. **Arquitetura ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos**. 2009, 203f. Dissertação (Design e Arquitetura) – São Paulo: USP, 2009.

PACHECO, Juacéli Correa. **Engenhos remanescentes de cana no Município de Abaetetuba (PARÁ)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia), Abaetetuba: Campos Universitários do Baixo Tocantins, 1988.

PEREIRA, Cloves Farias. **Vida ribeirinha no lago cururu territorialidade, formas de apropriação e usos dos territórios no Baixo Solimões (AM)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura Na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso; GOMES, Geraldo. Antigos **Engenhos de Açúcar no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

PINHEIRO, Pedro Wander dos Santos; FERREIRA, Denison da Silva. **Cultura do Açaí na Várzea Amazônica: Circuito Espacial Produtivo e Comercial do Açaí nas Ilhas de Abaetetuba/Pa**. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos (RS), 2010., Anais... RS: Porto Alegre: 2010.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Petrópolis: Vozes, 1995.

REIS Luís. **Abaetetuba**. Belém-PA: Gráfica Falangola editora, 1969.

REIS. Adebaro Alves dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA)**. 2008. 128 f. Dissertação (Desenvolvimento Sustentável). Núcleo de Altos estudos Amazônia (NUMA), Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed., São Paulo: companhia das letras, 1995.

RIEPIER, Ana. **Imagens do Baixo São Francisco - a percepção da paisagem na construção da identidade da população ribeirinha**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fundação Universidade Federal de Sergipe, 2001.

ROCHA. Ademir. **Ilhas, rios Furos de Abaeté/ Abaetetuba-PA/Engenheiros** (blog), 2010 Disponível em [www.ademirrochabolgespot.com.br](http://www.ademirrochabolgespot.com.br), Acessado em 20 fev. 2012.

RODRIGUES, Carmen Izabel. **Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença**. Belém: Novos Cadernos NAEA v. 9, n. 1, jun. 2006 (p. 119-130).

ROQUE, Carlos. **História dos municípios do Pará**. Belém: Província do Pará, CEJUP, 1998.

SALLES, Vicente. **O Negro na formação da Sociedade Paraense**. (textos reunidos). Belém: Paka-Tatu, 2004.

SÁNCHEZ, Camilo Torres. **O Mundo da Vida no Estuário Amazônico: Ecologia Política da Biodiversidade no Arquipélago de Belém do Pará-Brasil**. 361 p. Tese (Ciência do Desenvolvimento Agricultura e Sociedade), Rio de Janeiro; UFRJ, 2005.

SANTOS, Geraldo; MÉRONA, Bernard. **Impactos imediatos da UHE Tucuruí sobre as comunidades de peixe e pesca**. In: MAGALHÃES, Sônia, BRITO; Rosyan, CASTRO, Edna (Org.). Energia na Amazônia. Belém: UFPA; MPEG, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SARAIVA, Adriano Lopes; SILVA Josué da Costa. **Espacialidade das festas religiosas em Comunidades Ribeirinhas de Porto Velho, Rondônia**. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n.. 24, Jul./Dez, p. 7-18, 2008.

SILVA BRUNO, Hernani. **História do Brasil. Geral e regional**. v. I (Amazônia), São Paulo: Cultrix, 1996.

SILVA, Christian Nunes. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara**. 2006 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – UNIVERSIDADE Federal do Pará, Belém/IFCH, 2006.

SILVA, Josué da Costa. **O Rio, a Comunidade e o Viver**. 2000. 181. F. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, Josué da Costa; FILHO, Theóphilo, Alves de Sousa. **O viver ribeirinho**. In: SILVA, Josué da Costa et al. (Orgs.). Nos BANZEIROS do rio: Ação interdisciplinar em busca da sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia. Porto Velho/RO, Edufro, 2002. p. 23-51.

SILVA, Maria das Graças. **O espaço Ribeirinho**. São Paulo, Terceira Margem, 2000.

SIQUEIRA, E. et al. Estratégias de Subsistência da População Ribeirinha do Igarapé Paricatuba, ilha de Marajó, Brasil. Belém, **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Série Antropol.** 9(2). 1993.

SOARES, Lúcio de Castro. **Amazônia**. Conselho Nacional de Geografia, Rio, 1963.

SORRE, Max. **Geografia**. (tradução Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques). São Paulo: Ática, 1984.

\_\_\_\_\_. **A geografia humana (Introdução)**. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro: Ano v, n. 10, p. 137-143, 2003.

\_\_\_\_\_. **A noção de Gênero de Vida e seu valor atual**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, p. 15- 62.

SOUSA, Isis Amaral. **O que fazer do poder Público Municipal na Amazônia: os caminhos da Política Educacional em Abaetetuba-Pa**. 2009. 206f. Tese (Doutorado em Educação), São Paulo: PUC, 2009.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida**. Uma interpretação da Amazônia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: natureza homem e tempo**. 2ª ed. (coleção relatos do Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Repercussões Sócio-econômicas do Complexo Industrial ALBRÁS-ALUNORTE em sua área de influencia imediata**. Belém: IDESP, 1991, 336p.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. Belém, UFPA, 1970.

VILHENA, Josiel do Rêgo. **Manejo comunitário de recursos comuns na Amazônia: Uma análise sobre os acordos de pesca da região do Baixo-Tocantins no Estado do Pará**. 2011.

231f. Tese (Doutor em Desenvolvimento Socioambiental), Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3 ed. (Coleção Reconquista do Brasil). Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WEISTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. (Tradução Lólio Lourenço de Oliveira). São Paulo: HUCITEC, 1993.

WITSKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora da UFAM, 2007.

ZON, Adolfo. **Doação de fotos e materiais de sua pesquisa pessoal sobre os engenhos de Aguardente**. Abaetetuba, 2013.

Anexo "A"



DIÁRIO OFICIAL Nº. 31604 DE 10/02/2010  
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
Certidão De Tombamento

Número da Publicação 68960

**CERTIDÃO DE TOMBAMENTO**

De acordo com a Lei Estadual nº. 5629, de 20.12.1990, que “Dispõe sobre a preservação e Proteção de Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará”, a partir da presente data fica **Tombado o Engenho Pacheco** de Propriedade do Sr. Jurandir Corrêa Pacheco, composto por Área de produção, Bagaceira, Fermentação, 02 (dois) Depósitos, Residência do Proprietário, 02 (dois) Trapiches e Estaleiro, incluindo 01 (um) Alambique/Destilador, 01 (uma) Caldeira, 01 (uma) Moenda, 01 (uma) Máquina/Motor Gerador, 01 (uma) Máquina Bomba, 06 (seis) Tonéis de Fermentação, 01 (um) Tonel de resfriamento, 01 (um) Tonel de Resfriamento da Cachaça, Localizado na Margem Direita do Rio Furo Grande, Medindo 1.616, metros de frente, 1.521 metros lateral direita, 1.879 metros lateral esquerda e 1.873 metros de fundo formando uma área de 298,8 hectares, limitando-se pelo lado Direito com o Igarapé Casa Velha, pelo lado esquerdo com o Igarapé Divisa e pelos fundos com o Igarapé Antônio Ferreira, de coordenadas VTM 719.641 Este/9.803.262. Sul, no Município de Abaetetuba, estado do Pará. O tombamento, na forma da Lei, deverá ser inscrito nos Livros de Tombo nº. 3 – Livros de Bens Imóveis de valor histórico, Arquitetônico, Urbanístico, Rural, Paisagístico, como: obras, cidades edifícios e sítios Urbanos ou rurais – e nº. 4 – Livros de Bens Móveis de valor histórico, artístico, folclórico, iconográfico, toponímico, etnográfico, incluindo-se acervos de biblioteca, arquivos, museus, coleções, objetos, e documentos de propriedade pública e privada.

Belém, 08 de Outubro de 2009

Luis Flávio Moura Carvalho  
Diretor do DPHAC/SECULT

Lélia Maria da Silva Fernandes  
Diretora de Patrimônio SECULT

Homologo:  
Edilson Moura da Silva  
Secretário de estado de Cultura